

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças . Cecília Maria Bouças Coimbra (depoimento, 2014 / 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (5h 30min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Cecília Maria Bouças Coimbra
(depoimento, 2014 / 2015)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Dulce Chaves Pandolfi; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 14/08/2014 a 24/02/2015

Duração: 5h 30min

Arquivo digital - áudio: 7; Arquivo digital - vídeo: 7; MiniDV: 7;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

Temas: Alfabetização; Anistia Internacional; Anistia política; Argentina; Arquivos públicos; Assuntos familiares; Atividade profissional; Cíveis e militares; Colégio Pedro II; Comunismo; Congresso Nacional; Departamento de Ordem Política e Social - DOPS; Direitos humanos; Ditadura; Estado e sociedade; Faculdade Nacional de Filosofia; Família; Governo Dilma Rousseff (2011-2016); Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); História; Imprensa; Inquérito policial militar; Legislação; Medicina; Militância política; Militares e estado; Movimento estudantil; Movimento Revolucionário 8 de Outubro; Organização dos Estados Americanos; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Partido dos Trabalhadores - PT; Políticas de arquivo; Psicologia; Regime militar; Repressão política; Rio de Janeiro (cidade); São Paulo; Sociedade civil; Tortura; União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS);

Sumário

1ª Entrevista: 14.08.2014

Arquivo 1: Nascimento e origens familiares; formação escolar no Colégio Pedro II; formação universitária em História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; participação no grêmio escolar; questionamentos religiosos; entrada no Partido Comunista; posicionamento político dos pais; foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) no Rio de Janeiro; professores universitários; colegas de turma da Universidade; participação no Centro de Estudos de História; participação no diretório acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia; criação do Centro Cultural Brasil-China no Rio de Janeiro; disputa teórica sino-soviética; presença no Caco no dia 1º de abril de 1964; morte do estudante Antonio Carlos Silveira Alves no dia 1º de abril; presença do nome de Antonio Carlos no dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos; trabalho no Programa Nacional de Alfabetização de Paulo Freire; como soube do golpe militar; concentração na UNE no dia 31 de março; concentração no Caco no dia 1º de abril, cercados por integrantes do DOPS, do Comando de Caça aos Comunistas e da Polícia Militar da Guanabara; ação de Ivan Cavalcanti Proença para retirar os estudantes do prédio, com segurança; saiu de sua casa e foi morar em Vila Isabel, na casa de um operário; retorno à faculdade, depois do AI-1; contato com integrantes da Dissidência, em 1968; prisão em 1970; formatura e trabalho como professora em colégios estaduais; prisão e processo administrativo; aliada dos integrantes do MR-8; os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) no Ministério de Educação e Cultura, após o golpe de 1964; participação nas manifestações em 1968; a prisão, juntamente com seu marido, no DOPS, em agosto de 1970; apreensão de cerca de 150 livros, em sua casa, pela polícia; documento sobre sequestro do embaixador dos Estados Unidos, em 1969, encontrado em sua casa; encaminhamento para o DOI-Codi; identificação do prédio da PE, na rua Barão de Mesquita; identificação do prédio e da cela onde ficou presa; disponibilização do material do Instituto Carlos Éboli sobre o prédio do DOPS; atuação do médico Amílcar Lobo; tortura sofrida pela equipe de Riscalde Corbaje, o Dr. Najib, integrada por Luiz Timótheo de Lima, conhecido como Padre; foi recebida por Mário Borges, conhecido como Capitão Bob, ao chegar no DOPS; formalização da prisão um mês depois, quando já estava no DOI-Codi; descrição das torturas que sofreu; considerações de Marilena Chauí e Hélio Pellegrino sobre tortura; formalização da prisão e indiciamento em IPM.

Arquivo 2: Formalização da prisão; testemunha do desaparecimento de Jorge Leal Gonçalves e de Eduardo Leite, o Bacuri; estratégias para manter contato com os presos da cela ao lado, no prédio do DOI-Codi; ajuda que recebiam de alguns soldados do DOI-Codi; transferência de Novaes para o 1º Batalhão de Carro de Combate (1º BCC), em Bonsucesso; soltura no meio da praça Saens Peña, na Tijuca; comunicado de que deveria responder a Inquérito Policial Militar lá no 1º BCC; assinatura periódica do ponto no Ministério do Exército, no Palácio Duque de Caxias e encontro com torturadores; impossibilidade burocrática de inseri-la em algum IPM; a absolvição no processo judicial; dificuldade de participar de reuniões políticas; estudante de Psicologia na UFRJ; trabalho como psicóloga em escolas; depoimento na OAB, sobre o desaparecimento de Jorge Leal Gonçalves e de Eduardo Leite, o Bacuri; Inês Etienne Romeu reconhece a Casa da Morte, em Petrópolis, em

1981; a organização por Modesto da Silveira de um grupo de pessoas para ir ao consultório de Amílcar Lobo, incluindo Cecília Coimbra e Dulce Pandolfi; depoimento junto à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), contra Amílcar Lobo, por iniciativa de Hélio Pellegrino; entrevista de Zuenir Ventura, para o Jornal do Brasil, com o grupo de denunciou Amílcar Lobo, em 1981; depoimento na OAB, a pedido de seu presidente, Eduardo Seabra Fagundes; chegada no consultório de Amílcar Lobo; nota dos três ministros militares informando que não permitiriam revanchismo; criação do Grupo Tortura Nunca Mais, em 1985; abertura de processo disciplinar contra Amílcar Lobo, pelo Cremerj; o encontro com Amílcar Lobo em programa do jornalista Jorge Antonio Barros, na Rádio JB, em 1985; surgimento do Tortura Nunca Mais; denúncia de Brandão Monteiro de que Walter Jacarandá, que o havia torturado, seria indicado como comandante do Corpo de Bombeiros; conhecimento de que o torturador Riscalá Corbaje, o dr. Najib, estava trabalhando como assessor do Banerj e que Luiz Timótheo de Lima, o Padre, trabalhava como assessor do Romualdo Carrasco na Câmara de Vereadores; identificação e denúncia de torturadores que estavam ocupando cargos de confiança no governo de Leonel Brizola; exigência que o recém-criado Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos ouça presos políticos; depoimentos e ex-presos no Palácio Guanabara; vínculo com os integrantes do Tortura Nunca Mais; demanda apresentada nos depoimentos: afastamento dos torturadores de cargos públicos; característica suprapartidária do Tortura Nunca Mais; sugestão de Villas-Bôas Corrêa de batizar o grupo como Tortura Nunca Mais, em função do Relatório Nunca Más, produzido pela Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas, presidida por Ernesto Sábato, na Argentina; seminário de lançamento do grupo Tortura Nunca Mais; discussões sobre a Lei de Anistia e os crimes conexos; crime de tortura como crime de lesa-humanidade; discussão e crítica, no âmbito do Tortura Nunca Mais, dos princípios de reconciliação e pacificação nacional; edição da Lei de anistia encarada como derrota, em função da derrota do projeto de anistia ampla, geral, irrestrita; recepção dos exilados no aeroporto, após a edição da Lei de anistia; prevalência da "anistia fardada"; numerosa presença de familiares de mortos e desaparecidos políticos e de mulheres no Tortura Nunca Mais; crítica à declaração de ausência prevista na Lei de anistia; atestado de óbito pós-edição da Lei nº 9.140, de 1995; intercâmbio com grupos da Argentina; reparação pecuniária como forma de o Estado brasileiro reconhecer sua responsabilidade pelas mortes e desaparecimentos; críticas à Lei nº 9.140, que deixava o ônus da prova nas mãos dos familiares, quando os arquivos ainda continuavam fechados; reunião entre familiares de mortos e desaparecidos com José Gregori, em 1995, antes da edição da Lei nº 9.140; processo de elaboração do primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos; iniciativas pós-criação do Tortura Nunca Mais, como mapeamento de ex-presos políticos e familiares, realização de encontros anuais, incentivo a criação de grupos Tortura Nunca Mais em outros estados, pesquisas no arquivo do DOPS e no Instituto Médico Legal (IML), após autorização de Nilo Batista.

Arquivo 3: Criação de outros grupos Tortura Nunca Mais; informações sobre o enterro de indigentes no cemitério Ricardo de Albuquerque; Nilo Batista foi o primeiro assessor jurídico do grupo Tortura Nunca Mais; permissão de Nilo Batista para que pesquisassem no IML, ligado à Secretaria de Segurança Pública, em 1991; menção ao documentário Memória para uso diário, de Beth Formaggini, sobre o Tortura Nunca Mais; Romildo do Valle encontrou informação sobre a morte de seu irmão Ramires Maranhão do Valle, nos livros do IML, de 1973; pesquisas no Instituto Carlos Éboli, onde foram encontradas fotos de pessoas

mortas e necropsias; denúncia no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro contra os médicos legistas que forneceram falsos laudos de óbito; identificação dos corpos de Merival Araújo, Lincoln Bicalho Roque e Aurora Maria do Nascimento Furtado, por meio das fotos encontradas, além de mais onze pessoas enterradas como indigentes no cemitério Ricardo de Albuquerque; primeira visita ao cemitério Ricardo de Albuquerque; acesso aos livros da Santa Casa de Misericórdia e os registros de óbito; exumação de corpos no cemitério Ricardo de Albuquerque e trabalho com equipe argentina de antropologia forense; abertura da vala no cemitério Ricardo de Albuquerque e presença do governador Marcello Alencar; exumação dos corpos e encaminhamento para o IML de Campo Grande e depois para o Hospital Geral de Bonsucesso; dificuldade de identificação das ossadas encontradas; ideia de procurar a documentação no IML; abertura dos arquivos dos DOPS; ausência de documentos dos desaparecidos do PCB na documentação do DOPS; digitalização do arquivo do DOPS sobre mortos e desaparecidos; elaboração de lista com nomes de mortos e desaparecidos; publicação do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, impresso pelo governo de Pernambuco, acrescentando nomes à lista elaborada pelo CBA; dossiê sobre Alberto Aleixo, gráfico do PCB e irmão de Pedro Aleixo, encontrado no arquivo do DOPS; manifestação de familiares de mortos e desaparecidos políticos no Palácio do Planalto, quando Fernando Henrique Cardoso estava assinando a Lei nº 9.140; tentativas de mudar o texto do projeto de lei que levou à Lei nº 9.140; auxílio de Nilmário Miranda, então deputado federal (PT-MG) aos familiares de mortos e desaparecidos políticos; origem da Lei nº 9.140; questionamento de Ângela Harkavy, irmã do desaparecido Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, ao presidente Fernando Henrique Cardoso sobre situação dos mortos e desaparecidos políticos, em 1995; organização de entidades como Tortura Nunca Mais, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos de São Paulo e Anistia Internacional para pressionar o governo federal; criação da Comissão de Direitos Humanos na câmara dos Deputados, por iniciativa de Nilmário Miranda; solicitação de relatório sobre mortos e desaparecidos às Forças Armadas, feita por Nilmário Miranda; impressões sobre a Lei nº 9.140; conceito da ONU sobre reparação; Suzana Lisboa como representante dos familiares de mortos e desaparecidos na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos criada pela Lei nº 9.140; ação dos familiares dos mortos e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia na Organização dos Estados Americanos (OEA); crítica ao período abrangido pela Lei nº 9.140, entre 1961 e 1979, para considerar as mortes e os desaparecimentos políticos.

2ª Entrevista: 24.02.2015

Arquivo 1: Reuniões com o Dr. José Gregori antes da oficialização da Lei 9.140; reflexões sobre os limites e as perspectivas da legislação no reconhecimento de óbito dos desaparecidos políticos; a esperança dos familiares no encontro dos restos mortais dos desaparecidos; a reunião com Belisário dos Santos em São Paulo; a defesa da reformulação da Lei 9.140 aos moldes da legislação chilena por Nilmário Miranda; o fundamento da proposta de Gilney Viana acerca dos atestados de óbitos previstos na Lei 9.140; as alianças e acordos feitos na promulgação da lei; as ameaças de morte recebidas pela entrevistada e a denúncia à Anistia Internacional; a votação da lei no Congresso; a questão dos arquivos públicos; a perversidade na proposta de reconhecimento da morte dos desaparecidos por seus próprios familiares; o contato com familiares de desaparecidos fora do Estado do Rio de Janeiro; a formação de entidades em outros Estados a partir do Tortura Nunca Mais; a opção por não adotar uma entidade de caráter nacional; reflexões sobre as reminiscências do

aparato repressivo da ditadura no tempo presente; a recepção dos parentes de desaparecidos políticos; o trabalho de pós-doutorado sobre a produção do criminoso em diferentes momentos da história; os impactos dessa percepção em Minas Gerais e no Rio de Janeiro; a criação da medalha Chico Mendes de resistência; os homenageados da medalha; as denúncias realizadas pelo Tortura Nunca Mais contra a violência das Forças Armadas nas comunidades na Operação Rio; a distinção entre preso político e preso comum; críticas às pautas privilegiadas pela esquerda; a elaboração do anexo da Lei 9.140 com o nome dos desaparecidos; o dossiê realizado pelo Tortura Nunca Mais na Comissão Nacional da Verdade; a busca por canais institucionais de apresentação das demandas; as doações e financiamentos do Tortura Nunca Mais; o projeto de atendimento psicológico a pessoas atingidas pela violência do Estado; o fim do projeto pelas divergências políticas; a atuação da Clínica do Testemunho; a criação de uma rede de psicólogos ativistas e as referências teóricas da psicologia social; o financiamento da organização dinamarquesa ligada ao *International Rehabilitation Council for Torture Victims*; a tentativa de expansão do projeto para outros estados; reflexões sobre a psicologia na ditadura.

Arquivo 2: O primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 1); a proposta de desvinculação dos institutos médicos legais das secretarias de Segurança Pública; o trabalho na Comissão de Direitos Humanos de Psicologia; a atuação da Comissão de Anistia; a ideia da reparação econômica simbólica discutida pelo Tortura Nunca Mais; a carga pejorativa do termo “indenização” e a substituição por “reparação”; a posição aquém do Brasil no conceito de reparação da Organização das Nações Unidas (ONU); os casos de tortura e assassinatos realizados nas Forças Armadas após a ditadura; o caso do cadete Márcio Lapoente; a criação da Comissão de Direitos da Pessoa Humana em 1974; as discussões sobre a Comissão de Reparação do Rio de Janeiro; os arquivos do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP-DH); a criação de dossiês com o nome de torturadores em instâncias federais; os processos em trânsito na Comissão de Reparação do Rio de Janeiro; o processo de reparação da entrevistada; a defesa do abolicionismo penal pela entrevistada; reflexões sobre a vingança e a punição; opiniões sobre o projeto de lei de Randolpho Rodrigues acerca da alteração da Lei da Anistia; a responsabilização ética aos torturadores pelos crimes cometidos; o PNDH 2 em pauta; a proposta de Heloisa Greco da criação da Comissão da Verdade; as experiências das comissões da Verdade em diversos países.

Arquivo 3: O anúncio da Comissão Nacional da Verdade no Dia Internacional dos Direitos Humanos; os entraves pelo setor conservador para a criação da Comissão Nacional da Verdade; os objetivos da Comissão Nacional da Verdade; a participação de diferentes setores na elaboração da Comissão; críticas voltadas à ação da Comissão; as distintas experiências da entrevistada durante a ditadura relatadas para a Comissão Nacional; o caso do torturador Roberto Blanco dos Santos; o levantamento de dados para a investigação da Casa da Morte, em Petrópolis; a publicação do livro *Habeas corpus – que se apresente o corpo* e a discordância do grupo de pesquisadores quanto à relação de desaparecidos; a interpretação da Lei da Anistia de crimes conexos; a organização da militância do Tortura Nunca Mais; o apoio de diversos grupos na ditadura militar; a publicização das informações da ditadura; a descoberta de documentação do Forte do Leme sobre o uso da psicologia na desqualificação dos militantes na ditadura.

Arquivo 4: A ideia de pacificação e reconciliação nacional; as formas de dominação da sociedade através de diferentes sistemas de controle no Estado brasileiro; a perpetuação da história dos vencedores na construção de uma história oficial.

1ª Entrevista: 14/08/2014

Dulce Pandolfi – Cecília, sempre a gente começa pelo começo da vida da pessoa. A gente está interessada que você dê um depoimento aqui sobre esse trajeto, digamos, mais ou menos dali da anistia até hoje, até a formação da Comissão da Verdade; mas a gente quer começar com a sua história de vida: seu nome completo, onde você nasceu, os primeiros momentos, até chegar na sua militância política.

Cecília Coimbra – Bom. É um prazer estar aqui com vocês. Ainda mais com pessoas tão jovens e com minha amiga querida, minha grande companheira Dulce. Eu sou...Eu era estudante de história, nasci no Rio de Janeiro, de pais portugueses extremamente conservadores; meu pai, inclusive, defendia a ditadura do Salazar, inclusive, quando eu entrei para a universidade em 61 e fui fazer história na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, a chamada Fenefi da UB, que tinha, à época a gente dizia, tinha o maior núcleo do Partido Comunista estudantil da América Latina. Logo que eu entrei para o curso de história, eu comecei a participar de algumas reuniões do Partido Comunista Brasileiro, ainda em 61. E logo... entrei, eu tinha... Eu já tinha, desde a minha adolescência...Que eu tinha sido do Pedro II, eu tinha estudado junto com Muniz, Carlos Alberto Muniz, que era do grêmio do Pedro II, na seção Norte, ali no Engenho de Dentro. Eu já tinha, quando adolescente, participado de greve de bonde...

D.P. – Você foi criada na Zona Norte.

C.C. – Eu fui criada... É. Eu nasci em Riachuelo e fui criada em Quintino Bocaiúva, depois fui para o Méier.

D.P. – Você nasceu em que ano?

C.C. – Eu nasci em 41. Eu tenho 73 anos. Nasci no dia 16 de março de 1941. A filha mais velha de uma família de quatro homens. Eu tenho quatro irmãos. Eu sou a única mulher, mais velha.

D.P. – Sua família era uma família de classe média?

C.C. – Classe média. Classe média baixa. Meu pai era... Minha mãe era... sempre foi uma pessoa de não ter conseguido estudar medicina. Ela vinha de uma família, era uma família de elite portuguesa, meu pai vinha de aldeia. Tanto que minha avó, mãe de meu pai, era empregada da casa de minha mãe. A minha madrinha, que é irmã do meu pai, ela foi babá da minha mãe. Então minha mãe casou com o filho de uma das empregadas. (ri) Era um português de aldeia, e extremamente conservadores, todos os dois. A minha mãe, muito católica, e meu pai muito apaixonado pela minha mãe. Eu lembro assim da minha infância, era assim uma paixão muito grande, uma coisa assim... muito bonito, muito bonito. E a gente... Eu comecei, desde a época da... Eu tive uma formação católica e...

D.P. – Mas estudou em colégio particular?

C.C. – Não. Eu estudei em colégio público. Eu estudei no Pedro II.

D.P. – Desde sempre? Você já entrou...

C.C. – É. Era escola pública. Eu sempre estudei em escola pública. Depois fiz concurso para o Pedro II. Era aquele exame de admissão. E fiz o primeiro e segundo grau no Pedro II. E eu lembro que eu comecei...Eu gostava muito de história, sempre gostei muito de história. E comecei a estudar muito a questão de Calvino, Lutero. Eu lembro que eu comecei a questionar, a primeira coisa, (até, outro dia, dando uma entrevista para (), o pessoal ria) o dogma da transubstanciação. O pessoal disse: “o que é que é isso, Cecília?” Eu digo: “o dogma é o corpo de Cristo na hóstia.”. E eu comecei a questionar aquilo, comecei a duvidar. Comecei a ler muita coisa.

Ângela Moreira – Isso, ainda na escola.

C.C. – É. Ainda no primeiro... no ginásio, o antigo ginásio. Devia ter treze, quatorze anos. Questionando muito religião, porque a minha mãe era *muito* religiosa, extremamente dogmática em termos de religião. E eu sei que eu entro para o Partido Comunista muito em função desses meus questionamentos religiosos, que vinham desde a adolescência.

D.P. – Você está contando então da sua adolescência. Antes da faculdade, você já pegou essas greves de bonde.

C.C. – É. Aumento da passagem de bonde.

D.P. – Mas você participava desse movimento secundarista?

C.C. – Participava... Não. Não organizado. Não tinha participação no movimento secundarista organizado. Eu era do grêmio, não muito atuante no grêmio; me lembro do Muniz, que foi presidente do grêmio na época que eu estava saindo de lá, do segundo grau, mas não...nunca me... Participava, assim muito esporadicamente, de alguns movimentos. Mas sem nenhuma... E muito questionando a coisa religiosa. Então eu quando entro para o curso de história, para a Faculdade Nacional de Filosofia, eu li muito, muita coisa, li Alan Kardec, li muita coisa sobre várias correntes religiosas, e era uma coisa assim, que eu cheguei à conclusão de que Deus era meio spinozista. Mais tarde é que fui ler Spinoza e percebi que tinha uma coisa meio spinozista. Quer dizer, Deus está comigo, que é uma coisa... está comigo, está na natureza. Deus não é uma coisa transcendental. Está, como diria o Deleuze, está no plano de imanência, está aqui. E foi com esse pensamento que eu entro para o Partido Comunista. E ali eu começo a ter algumas respostas para as dúvidas que me assaltavam, em termos de uma educação extremamente e profundamente *terrorista*. A minha mãe era assim uma coisa... Quando eu digo que ela era dogmática... Quer dizer, o meu pai, por um lado, politicamente, era salazarista, a minha mãe, por outro lado, era uma pessoa extremamente... que quase... Se ela hoje, talvez, estivesse viva, talvez ela fosse aquela coisa do evangélica, daqueles evangélicos que acreditam que o demônio está no teu corpo. Então, ela me contava cenas, que eram cenas assim, que eu tinha pesadelos. Então era coisa assim, que eu... Era uma tentativa de libertação daquilo, mesmo. Posteriormente, eu percebo assim. Mas eu sei que eu me encontrei muito. E uma coisa que foi muito importante para mim, muito importante, foi um aprendizado, com todas as discordâncias que, posteriormente, eu tive com relação ao Partido Comunista, o PCB, quer dizer, a vivência da solidariedade. Isso até hoje me comove. Era uma coisa assim que... Eu acho que a gente pouco viveu isso depois. Mesmo dentro do PT, que eu fui uma das fundadoras do PT aqui no Rio, a gente pouco viveu isso. Então, essa vivência da solidariedade, do companheiro. O companheiro é uma coisa muito forte, muito forte em nós. E eu nunca tive posto assim... nenhum posto, olha... nunca tive nenhum cargo de direção no partido. Já desde o início eu comecei a questionar a hierarquização no Partido, aquela coisa centralizada. Talvez até pelos estudos de história que a gente fazia.

D.P. – Você foi aluna de quem? De Maria Yeda, Manoel Maurício...

C.C. – Eu fui aluna de Maria Yeda, Manoel Maurício, eu fui aluna do Mario Viana, (ri) que era...

D.P. – Hélio.

C.C. – Hélio Viana. Que o Manoel Maurício era assistente dele. Eu fui do Falcão, do Arthur Vaz, do irmão do Arthur, um outro Vaz, que eu esqueci, da Eulália, Eulália Lobo, de história da América, do José Américo Pessanha, que era de filosofia, do Álvaro Vieira Pinto, que também era de filosofia...

D.P. – Era uma turma boa.

C.C. – Era uma turma... É.

A.M. – Que foi destroçada com o golpe.

D.P. – Exatamente.

C.C. – Do Eremildo Luis Viana, Eremildo, o idiota. (ri) Que eu fui da época do Elio Gaspari, do mesmo período que ele.

D.P. – E seus colegas? Você foi da turma de quem? De quem você lembra, da época da faculdade?

C.C. – Rubem César Fernandes, (ri) Ilmar Rohloff de Mattos, Ciro Flamarion, Magali, que eu nunca mais vi...

D.P. – Pedro Celso Uchoa também deve ter sido.

C.C. – Pedro Celso era, mas era o... era o nosso guru. Era o nosso guru Pedro Celso. Mais velho... Luis Sérgio Dias também. O Manoel Maurício... (se engana) O Maurício...

D.P. – Maurício, que era muito amigo do Rubem Fernandes.

C.C. - Do Joel Rufino, Joelzinho. Maurício Martins de Mello. Que é um escultor hoje. Era conhecido como Maurício *Memória*. Prudente, Antonio Prudente. Muita gente.

D.P. – Mais homens. Poucas mulheres?

C.C. – Mais homens. Muito mais homens. Eunice Gutman, que hoje é uma cineasta, era da minha turma.

D.P. – E você participou da História Nova também?

C.C. – Não. Não. Eu não participei da História Nova, não. Eu sei que eu participei do Centro de Estudos de História. O Wilson do Nascimento Barbosa era. Eu lembro que uma vez, num... Essa vale a pena contar. Mostrar um pouco o nosso dogmatismo na época. Eu lembro que uma vez, eu estava fazendo um seminário da Maria Yeda sobre o pacto germano-soviético, Wilson era o secretário da base da Filosofia...

D.P. – Base do Partido.

C.C. – É. E aí disse: “Cecília, você vai defender o pacto germano-soviético.” (ri) E a gente começou a discutir, toda uma discussão. Olha, foi uma loucura. (ri) Maria Yeda ficou enlouquecida. O Ilmar tentava me... e o Ciro, enlouquecido contra mim. (ri) Foi uma coisa muito interessante. E eu defendendo ali, obedecendo à centralização.

D.P. – Mesmo sem estar muito convencida.

C.C. – Sem estar muito convencida. Sem estar muito convencida. Eu lembro que uma vez, eu era do diretório acadêmico junto com Enil, o Enilton Sá Rego...Foi o primeiro diretório acadêmico lá da Faculdade Nacional de Filosofia que ganhou o pessoal ligado mais à Igreja. Era uma disputa entre o pessoal da AP e PCB. Era uma grande disputa na época. E aí eu lembro que o pessoal do Partido – eu já era do Partido, o pessoal do Partido fez a gente... eu estava responsável por... era... Eram poucos os escaninhos que se tinha ali, então a gente tinha que fazer um sorteio, quem seria sorteado para ter os escaninhos. E o pessoal do Partido Comunista disse: “Não. Você vai separar tantos escaninhos para o Partido...”

D.P. – Escaninhos para guardar material?

C.C. – É. Aqueles materiais que... A gente chamava de escaninho. Aquela coisa de metal, que ficava nos corredores. Eu disse: “De jeito nenhum!” Eu tive uma briga *enorme* com Wilson. “Mas não vai ser, de jeito nenhum, que eu vou separar escaninho! Vai ter que entrar, se

entrar, vai ter que entrar no sorteio!” (ri) Então eu já...eu já questionava, dentro do próprio Partido, eu já questionava essa coisa centralizadora, hierarquizante. E aí eu lembro que a gente começou a ler, quando foi criado aqui no Rio o Centro Cultural Brasil-China, (que depois os chineses, que não tinham nada a ver, foram presos, quando veio o golpe) e então a gente ia muito lá, pegava uns materiais, era uma coisa... tipo um papel de arroz. Era um material assim lindíssimo. E aí vinha toda a disputa sino-soviética. Kruschov, Palmiro Togliatti, então toda a coisa do... E Mao-Tsé Tung. E nós ali, pegando material, lendo o livrinho vermelho do presidente Mao e não sei que. Então eu lembro que o Givaldo, na época trabalhava no conselho, Givaldo Siqueira, era do Conselho Universitário do...Conselho Universitário no Partido, e ele é que fazia o acompanhamento nosso. E aí ele foi dizer para a gente que nós estávamos fazendo fracionismo, que nós estávamos criando uma fração chinesa, (não tínhamos nada disso) criando uma fração chinesa dentro do Partido, dentro da base da Filosofia. Nós éramos vistos como os chineses maoístas. Eu digo: eu nunca fui. Nós nunca fomos. Foi muito interessante, que a gente leu muito naquela época, muito, muito. Toda essa disputa sino-soviética, aquele... Isso, antes do golpe. Quando veio o golpe, eu já estava discordando um pouco da linha do Partido. Eu discordava da linha. E quando o golpe veio, eu lembro que eu me escondi, por ordem do Partido... Eu estava, inclusive, no Caco. Eu até escrevi alguma coisa sobre isso, sobre... no dia primeiro de abril, nós estávamos no Caco, ocupando o Caco. Fomos para lá para resistir ao golpe e receber armas do almirante Aragão, que nunca chegaram. E foi (eu até comento isso) foi a primeira morte que a gente assistiu. Um acidente. Teve gente que foi armada, alguns estudantes. Nós não sabíamos nem mexer numa arma. E a arma estava carregada, caiu no chão, e o tiro pegou num amigo nosso, Antonio Carlos, do curso de filosofia, que morreu. Teve morte por hemorragia interna, foi para o Souza Aguiar, não resistiu.

D.P. – Dentro do Caco?

C.C. – Não. Dentro da Fenefi ainda. Eu até relato isso. Isso, durante anos, foi uma coisa assim...

D.P. – No dia do golpe?

C.C. – No dia do golpe. Dia primeiro de abril. Durante anos a gente não falava sobre esse caso. Coisa incrível. Ninguém combinou nada, e nós nunca falamos sobre isso. Eu fui a

primeira a quebrar. Quando a gente fez o dossiê de mortos e desaparecidos, que entregamos a Fernando Henrique Cardoso e ao José Gregori, eu coloquei o nome do Antonio Carlos, como “outras mortes”. Mostrando do acidente de armas. E até hoje a gente nunca citou o nome da pessoa. Uma coisa que a gente... sigilo entre nós. Uma coisa que nos... Eu até escrevo isso num artigo que eu fiz aqui. Deve estar no site do livro. Não sei. Mostrando como aquela primeira morte que a gente viveu, como aquilo foi assustador para a gente. Só que a gente não imaginava que... quantas outras mortes viriam.

D.P. – Mas foi socorrido?

C.C. – Foi socorrido. O Enilton levou ele para o Souza Aguiar. Ele já chegou morto no Souza Aguiar ou morreu pouco depois. Foi o Enilton Sá Rego que levou. Rubem César sabe dessa história. Rubem César estava lá. Eu conversei com Wilson, depois eu conversei com Sérgio Silva também, que é da Unicamp, tentando... Conversei com (Flora) Abreu. Antes de escrever esse artigo, eu conversei com eles um pouco, para a gente... Porque são as minhas lembranças, as minhas memórias daquele primeiro de abril. A gente estava... Eu, antes, inclusive, eu trabalhava no programa de alfabetização do Paulo Freire, Programa Nacional de Alfabetização. Eu tive assim o grande prazer de conhecer o Paulo Freire, de fazer um curso de capacitação com Paulo Freire, que veio de Recife para cá. Lá no Caco. Foi lá no Caco. E eu fui dar, depois, eu fui dar aula para os alfabetizadores. Eu cheguei a trabalhar em São João de Meriti, alfabetizando uma turma.

D.P. – Você ganhava por isso?

C.C. – Ganhávamos. Era pago. Era um trabalho pago. Do Ministério. Um trabalho oficial do Ministério da Educação, governo João Goulart.

D.P. – Você ainda estava em casa ou já tinha saído de casa?

C.C. – Não. Eu estava em casa. Eu morava em casa. Eu morava na casa dos meus pais. Muitas críticas...

D.P. – Não estava casada com Novaes.

C.C. – Não. Morava com meus pais. A gente ia casar. Nós estávamos com casamento...

D.P. – Novaes fazia história também?

C.C. – Novaes fazia filosofia. A gente se encontrou justamente no Partido, lá. E nós estávamos com o casamento marcado para 17 de abril de 64, e nem aparecemos no cartório. Um ano depois é que a gente casou.

D.P. – Então, no dia do golpe, teve esse acidente, essa coisa trágica. E aí?

C.C. – Pois é. A gente soube do golpe no dia que a gente estava começando uma nova turma de alfabetizadores. Quer dizer, voltando um dia. No dia 31 de março, a gente estava lá na Urca, naquele Instituto de Surdos e... Não. Dos cegos. Surdos e Mudos é Laranjeiras. A gente estava dando a aula inaugural para o novo curso que iria começar. Tinha acabado um curso. Era um segundo curso, que ia começar, de alfabetizadores. Quando a gente soube, veio a informação de que estava havendo o golpe. Que as tropas do Mourão estavam vindo para o Rio de Janeiro. Aí fomos todos para a UNE. Dali mesmo, da praia Vermelha, fomos todos para a UNE, a pé. E a UNE está... chegamos à noite, já era de noite na UNE, a UNE totalmente ocupada pelos estudantes gritando *não passarão, não passarão*. E no dia seguinte, ficou combinado que a gente iria para a faculdade de manhã cedo, e foi greve geral no dia seguinte, aquela loucura do CGT, que decretou greve geral no dia primeiro de abril. Então eu lembro que eu fui numa boleia de caminhão para o centro da cidade. Naquela época ainda tinha caminhões trafegando. (ri) Eu fui numa... E chegamos na faculdade. A orientação era ir todos para o Caco, para resistir no Caco, porque as armas do almirante Aragão chegariam lá no Caco. (ri) Nisso há esse incidente com Antonio Carlos. Mas a gente vai para o Caco. A gente é cercado, no Caco, pelo DOPS, pela PM da Guanabara, pelo Comando de Caça aos Comunistas. Eram vários grupos. Foi ali que o Ivan Cavalcanti Proença nos salva. Ivan Cavalcanti Proença, que era da guarda pessoal do João Goulart, ele tinha vários tanques ali na Casa da Moeda, hoje Arquivo Nacional, e ele soube... Ele estava próximo ao Palácio Guanabara com... (ele até contando) o Lacerda comemorando a vitória do golpe, e chegam dois sargentos para ele dizendo que tinha um grupo grande de estudantes cercados no Caco, em que a ordem era atirar para matar, que era a Polícia Militar da Guanabara, agentes do DOPS e grupos paramilitares. Ele vai para lá, ele cerca o Caco com os tanques dele. Ele tira os tanques da Casa da Moeda, cerca o largo do Caco, atira para cima e espera as pessoas saírem. As pessoas saem, e ele entra. Ele bate na porta... A gente tinha posto uma porção de

móveis antigos na porta do Caco, já todo mundo com as janelas metralhadas, e gás lacrimogêneo... Tanto que eu quando fui numa dessas passeatas, uma das maiores, que cercaram a gente, depois, no Amarelinho, (voltando para cá. Eu não tenho nada de organizado) jogaram lacrimogêneo e spray de pimenta, eu digo: “spray de pimenta, estou sendo batizada, - eu digo -, mas esse gás lacrimogêneo está muito fraquinho. O de 64 era mais forte”. (ri) Depois eu vim a saber no Facebook que o gás lacrimogêneo estava vencido. (ri) Esse de agora. O ano passado, nas manifestações de 2013. Mas eu sei que a gente saiu de lá sob a guarda do Ivan Cavalcanti Proença. Que a gente não sabia nem quem era. A gente veio a saber anos depois.

D.P. – Vocês lá, com os móveis, aí vocês...

C.C. – Aí, batendo na porta: sou oficial do Exército, garanto a vida de vocês – alguma coisa assim. E aí a gente sai. E ele indica, diz que a gente tem que sair em grupo de cinco, aí indica dois caminhos para a gente sair. Anos depois é que a gente veio a saber que se tratava do Ivan Cavalcanti Proença, que logo depois foi preso e foi...

A.M. – Exatamente por essa ação.

C.C. – Justamente. E foi expulso do Exército. É o nosso grande... Tanto que o *Tortura nunca mais*, eu fico mexendo com ele, o *Tortura nunca mais* existe graças a você, porque a maioria dos fundadores do *Tortura nunca mais* estava no Caco naquela noite de primeiro de abril. E aí a gente sai. Eu saí com Eli Diniz, que era, na época, namorada do Marcelo Cerqueira, que era o vice-presidente da UNE. O presidente era o Serra.

D.P. – Eli Diniz que é professora do Iuperj.

C.C. – É, do Iuperj, justamente. Nós saímos juntas do Caco. E a gente passou pela praia do Flamengo, vimos a UNE em chamas. Foi já na noite do primeiro de abril. E eu me lembro da Eli falando: “e o Marcelo?” Outro dia até encontrei com Marcelo. Disse: “Eu já estava na clandestinidade, Cecília”.

D.P. – Aí você...

C.C. – Aí fiquei por conta, assim, tendo pontos com o pessoal do Partido; me disseram que eu tinha que sair de casa, eu fiquei na casa de um operário, em Vila Isabel, durante uns quinze dias, logo depois do golpe e não... Uma pessoa que eu nunca mais soube quem é, não sei nem quem é. Tinha muita vontade de... Talvez nem esteja... Era uma pessoa de classe média bem baixa. A mulher estava sabendo que eu estava sendo procurada. Porque eu e Novaes, a gente tinha alugado um apartamento ali na Bento Lisboa, no Catete, porque a gente ia casar no dia 17 de abril. A gente já estava lá. Quando houve o golpe, eu fiquei lá, eu já não estava mais em casa. Quer dizer, nas vésperas do golpe, eu já estava praticamente morando com Novaes lá na Bento Lisboa, no Catete. E dois dias depois que a gente saiu, que o Partido disse vocês têm que sair, a polícia deu no lugar onde a gente morava, estava morando. Eu não sei para onde Novaes foi. Eu sei que a gente se encontrava muito esporadicamente. Até que o Partido disse: vocês podem voltar, o perigo está... as cassações já foram feitas... porque tinha ocorrido o AI-1, e aí, eu demorei alguns meses, e voltamos para a faculdade, com orientação do Partido. Pode voltar. Voltamos. Terminamos aquele semestre na faculdade, já no final de maio que a gente retorna, com aquelas cassações terríveis, Yeda sendo cassada, Eremildo assumindo a Rádio MEC, que a Maria Yeda era diretora da Rádio MEC, eu ficando quase reprovada em história antiga e medieval, porque... por faltas, Eremildo quase me reprovou, fiquei em dependência, não sei que; o Helio Viana me reprovou em história do Brasil, por faltas também. (ri) Eu lembro que quando eu fui falar com Hélio Viana, ele disse assim... ele todo... ele sempre foi calminho – “Não. Você continua fazendo suas atividades subversivas. Eu não vou lhe dar presença, não.”. Fiquei em dependência em história do Brasil também. Eu sei que eu consegui me formar em 65; me formei em história no ano seguinte. E fiz concurso para... Aí fui abandonando o Partido. Eu lembro que eu discordava profundamente da forma como o Partido estava agindo com relação aos primeiros anos do golpe. E em 68 eu começo, através do Muniz, do Carlos Alberto Muniz, a ter alguns encontros com algumas pessoas ligadas ao MR-8. Eu não chego a entrar para o MR-8.

D.P. – Ainda era Dissidência.

C.C. – É, entre a dissidência do PC... É isso.

D.P. – Era chamado Dissidência.

C.C. – Dissidência. É isso. Eu entrei, participei de algumas reuniões da Dissidência do PC, na Guanabara. E eu lembro que... eu tenho um poeta português chamado José Régio, uma poesia enorme, chamada *Cântico Negro*. É um trecho que ele diz assim: “eu não sei por onde eu vou, só que que por ali eu não vou”. Eu não concordava com o Partido; mas não concordava também com as pessoas que estavam começando a luta armada. Foi o que me afastou um pouco do Oito. Embora eu tenha sido solidária. Quer dizer, a minha prisão até se dá, em 70, em função de eu ter ficado em casa com o pessoal que sequestrou o embaixador norte-americano em 69. Então eu não tinha nenhuma organização, quer dizer, eu fui abandonando o Partido, mas eu fui solidária com muitas pessoas de diferentes partidos. Teve gente que ficava lá em casa... A minha casa, realmente, era um local onde as pessoas... Como a gente tinha vida legal, eu já era professora de história, em 69 eu entro para estudar psicologia...

D.P. – Espera aí. Você se forma, vai ser professora de história onde?

C.C. – Eu fui professora de história no... eu dei aula no Bento Ribeiro, Colégio Estadual Bento Ribeiro, dei aula em Bangu, Colégio Estadual Dalto Santos. Eu me lembro que eu, grávida, pegava o ônibus para Bangu, do Méier para Bangu. Porque eu nunca dirigi, então eu pegava aquele ônibus, com a barriga *desse* tamanho, andando para Bangu. Fazia um calor terrível em Bangu. Eu quando fui presa, eu estava dando aula em Bangu. Que eu brigava com o diretor o tempo inteiro, porque eu queria passar *Morte e Vida Severina* para os alunos, que tinha sido proibida na época, e eu queria explicar a questão do latifúndio, não sei o que, escolhi a poesia do João Cabral de Mello Neto, e ele veio falar comigo. Disse assim: “Cecília, nós estamos vivendo um período muito difícil”. Eu digo: “Então você vai na sala explicar por que esse trabalho não será dado”. Ele disse: “Você não faça isso comigo, Cecília!” Coitado do... professor Luis. Eu sei que depois ele foi pedir, pedir na secretaria... Eu fiquei proibida de dar aula depois da prisão. Ele foi me pedir na secretaria, dizer: “não, Cecília nunca teve nenhuma atividade subversiva na escola”. Ele foi muito *legal*, muito *legal*. E aí eu explicava: “por ordem do senhor diretor, nós suspendemos esse trabalho”. Óbvio que todo mundo leu a poesia do João Cabral de Mello Neto. (ri) Eu me lembro que, uma outra vez, um coordenador comprou, pela caixa escolar, o *História da Riqueza do Homem*, e veio falar comigo e com a Marilena, Marilena Ramos Barbosa, que trabalhava comigo no Dalton Santos, que morreu há pouco tempo. Professora de história da Uerj. Irmã do Paulo Ramos. Nós tínhamos indicado o *História da Riqueza do Homem*, do Leo Huberman, que tinha sido

proibido. E aí o Max veio, enlouquecido: “Vocês indicaram um livro proibido, que eu comprei pela caixa escolar para os alunos!” Então tinha esse tipo de... E depois eles foram muito... os diretores foram muito *legais* comigo, depois da minha prisão. Porque eu fiquei proibida, impedida de dar aula, respondendo a processo administrativo. Eu assinava o meu ponto no núcleo dos presos, guarda civil, essas coisas. E eu contava tudo para todo mundo, o que tinha acontecido, o que estava acontecendo... Bom. Então, chegamos à prisão? Porque nós não vamos chegar nunca lá. (ri)

A.M. – Só esclarece aqui, rapidinho. Você se desvinculou do Partido e aí simpatizou com a Dissidência...

C.C. – 66. Em 66 eu começo a participar da Dissidência, 68 eu começo a participar um pouco do MR-8, muito via Franklin Martins e Muniz, principalmente Muniz, que sempre foi muito, muito meu amigo. E é aí que eu cito o José Régio: “não sei por onde eu vou; só sei que por aí eu não vou”. Quer dizer, eu discordava do Partido, discordava das pessoas que estavam fazendo as primeiras expropriações. Eu tinha sido chamada para uma, Novaes também, Novaes chegou a ir, eu dizia: “eu não vou”. E não era uma questão de medo. Era uma questão de dizer *não é por aí*. Era uma coisa muito de pele. Eu tenho... E não sabia por onde ir. É óbvio que eu ficava me sentindo culpada. Meus companheiros estão na luta, estão clandestinos. Então tinha toda uma... Eu me lembro que quando Gabeira ficou lá em casa durante o sequestro do embaixador, em 69, eu discutia muito isso com ele, essa questão da culpa. Discuti isso muito com ele.

D.P. – Quer dizer, você não estava fazendo as ações, mas você estava com um grupo de discussões com o pessoal, sobretudo, do MR-8. Você era uma aliada também. Você estava na MR-8 sem fazer as ações.

C.C. – É, eu era uma aliada. Eu era uma aliada de confiança deles, uma pessoa de confiança deles.

D.P. – Mais uma aliada.

C.C. – É. Teve pessoas que estiveram lá em casa que muito tempo depois, quando a gente vai para o... que eu começo a participar um pouquinho do CBA, que eu participei pouca coisa do

CBA, mas principalmente depois que a gente funda o *Tortura nunca mais*, é que eu... fulano esteve lá em casa. Eu descobri que a Sonia, filha do Moraes e da Cléa, Sonia, a mulher do Stuart Angel, passou uma noite lá em casa. Só descobri isso depois que eu conheci o Moraes e a Cléa. Então, muita gente passou lá por casa, que eu não...muitos, eu nem sei quem são. Alguns mortos, desaparecidos.

A.M. – Após o golpe, você recebeu ou sofreu algum tipo de repressão?

C.C. – 64? Não. A gente respondia o IPM. Mas aquilo era tranquilo. A gente ia para lá... Era no Ministério de Educação e Cultura. Inquérito Policial Militar. Aí um cara me perguntava assim... Calomino era o nome do militar. “Você tem algum apelido?” Eu digo: “Não.” – “Não te chamam de Pinóquio?” Luis Sérgio me chamava de Pinóquio, por causa do meu nariz. A gente era muito magrinho... Ele disse assim: “Pinóquio, te chamam de Pinóquio?” Eu digo: “É. Alguns me chamam.” - “Então é você que está aqui na lista da...” Eles pegaram a lista de presença de todas as reuniões do Partido Comunista, lá na Filosofia. Eu disse: “Não. Não sou eu, não.” – “Como não é você? Está aqui, Pinóquio.” Imagina. O Luis Sérgio que tinha feito a presença, a lista de presença. (ri) Aquilo foi tranquilo, o Inquérito Policial Militar. Depois, o outro Inquérito Policial Militar que a gente respondeu também foi do Paulo Freire, do Programa Nacional de Alfabetização.

D.P. – E onde é que funcionava? Você ia dar esse depoimento onde?

C.C. – No Ministério de Educação e Cultura. Funcionava nas salas do Ministério de Educação e Cultural. Íamos lá. Eu me lembro que eu fui com Novais uma vez, e o Novais também ia para fazer depoimento, eu acho que era o PNA, do Programa Nacional de Alfabetização. Tanto que os caras lá do DOI-Codi diziam assim: “Essa daí já é conhecida, respondeu a dois IPMs”. Eu me lembro daquele cretino, daquele... Riscalá Corbaje dizendo isso para a gente, o dr. Najib. Não. Era... o cara ficava perguntando e o cara tomando... Mas lembro que o Novais chegou lá...

D.P. – Mas aí tem aquelas restrições: não pode sair do Brasil, não pode fazer isso...

C.C. – Não, isso não. Naquele momento, não. Isso foi depois da prisão. Ali, não.

D.P. – Naquele momento era só o IPM. E foram várias audiências de IPM?

C.C. – Não. Eu fui ouvida uma única vez em cada um. Depois, demorou o processo, o do Programa Nacional de Alfabetização acabou sendo arquivado, ninguém respondeu a nada, depois de anos. O da Faculdade Nacional de Filosofia, eu não fui indiciada. Outras pessoas foram indiciadas. Então, eram processos que corriam como os de hoje, mesmo sendo Inquérito Policial Militar. Mas havia coação. Por exemplo, o Novais, ele teve que ir de terno, porque Novais era do CPOR, ele era um tenente da reserva, então ele tinha que comparecer de terno. Então havia humilhações, gritos, mas não como o que a gente viveu em 70. Pelo menos na minha experiência.

A.M. – Em termos burocráticos, a gente conhece pouco essa dinâmica que funcionou em torno dos IPMs. Vocês eram notificados e compareciam ou eram obrigados a comparecer?

C.C. – Éramos. Éramos. Não. Éramos notificados. Teve alguns que nem compareciam. Teve alguns companheiros que não compareciam.

A.M. – Mas havia ainda essa prática de...

C.C. – Isso. Éramos notificados, íamos lá, nos deixavam esperando um tempão, muita ironia, muita galhofa em cima de nós. Havia ameaças, mas eram ameaças sutis, ameaças... “Como é que pode um tenente da reserva estar sentado desse jeito? Sente direito! Continência, tenente!” Era esse tipo de... “Mas que cara de pau. Como é que pode dizer que não é o seu nome que está aqui?” Eu digo: “Não é. Esse Pinóquio não sou eu.” (ri)

D.P. – Aí, 68, você participa ativamente...

C.C. – Participo das manifestações. Meu pai... José Ricardo, meu filho mais velho, já tinha nascido, eu largava o Zé Ricardo para ir para as manifestações; meu pai ficava... “essa coisa desses comunistas!... não sei o quê. Eu lembro que quando houve a invasão da Faculdade de Medicina e que o pessoal saiu na base do corredor polonês, 67, e eu lembro que meu pai falava assim: “quem mandou se meter com comunista?” A gente: “que absurdo! Fascista. Isso é ditadura mesmo!” – “Ditadura? Você não sabe o que é ditadura. Ditadura coisa nenhuma.” Aí eu lembro, antes de morrer, (meu pai morreu em 69, com um câncer assim fulminante) e o meu pai, antes de morrer, disse: “eu quero que você me prometa que não vai se meter em política.” Eu já estava envolvida. Aí eu digo: “Prometo, papai.” Porque aí diz assim: “Isso é

invenção da ditadura. Tortura não... “Isso é invenção dos comunistas. Tortura não existe.” Eu me lembro que quando eu estava sendo... Nem sei se na época eu comentei isso contigo, Dulce, na prisão. Que eu pensava muito assim: será que meu pai acreditaria que tortura, efetivamente, está existindo nesse país? Que a filha dele está sendo torturada? Conteí, falei isso para minha mãe, quando eu saí da prisão. Mas aí eu, em 70, por uma denúncia anônima, eu sou presa, o Novais é preso. A gente vai, fica dois dias no DOPS.

D.P. – Você está em casa?

C.C. – A casa estava sendo observada. A gente está em casa, chega o... é o DOPS que vem, mas a denúncia tinha...Depois é que eu fiquei sabendo. A denúncia foi feita para o Cenimar. O Cenimar já estava observando a casa há cerca de um mês. A gente não sabia disso. Ainda bem que naquele mês ninguém ficou lá em casa, não houve nenhum companheiro lá. E a gente então, os caras vão lá em casa, eu ligo para o Novais, que estava no Isop, da Fundação Getúlio Vargas, (Novais trabalhava no Isop, Instituto de Seleção e Orientação Profissional) ali na rua da Candelária, e eu digo: “Novais, estão aqui em casa e eu estou sendo presa.” Ainda muito crédula. E aí ele falou: “com quem você está falando?” Eu... Aí foram no Isop, prenderam o Novais. E aí, quando a gente chega no DOPS...

D.P. – Seu filho ficou com quem nessa hora?

C.C. – Ficou com a minha mãe.

D.P. – Ela morava com você?

C.C. – Não. Ele estava, por acaso, ele estava na casa da mamãe, porque ele estava com um sarampo terrível. Zé Ricardo estava com um sarampo terrível, com uma crise de sarampo muito grande. Tanto que eles chegaram na casa da minha mãe. Eu estava na casa da minha mãe. Tanto que a minha casa, eles colocaram a minha casa como sendo um *aparelho*, porque a gente estava há alguns dias sem ir para casa porque eu tinha ficado na casa de mamãe, porque eu estava precisando. Eu trabalhava e não tinha com deixar – não tinha empregada na época, não tinha com quem deixar o Zé Ricardo. Então a minha casa... no relatório lá que eles fizeram. E aí a gente é levada para o DOPS. Eu e Novais somos levados para o DOPS. Quer dizer, quando eu chego no DOPS o Novais já está lá. E aí fazem um levantamento da ficha da

gente, vê que a gente é fichada, já tinha respondido a Inquérito Policial Militar, não sei que... E tinham encontrado lá em casa, eles pegaram mais de cento e cinquenta livros na estante: obras completas de Pavlov, romance russo, Dostoievski e não sei que, *Memórias de um Sargento de Milícias*... Cerca de cento e cinquenta livros eles levaram. Numa dessas estantes, que era um estante *enorme*, (que Novais ainda tem essa estante) quase até o teto, numa delas estava um documento, que não tinha assinatura, não dizia de que organização era, mas era um documento sobre o seqüestro do embaixador, sobre a questão de segurança. E aí, “que documento é esse?” (repete) – “Não sei, não sei, não sei.” E levaram a gente para o DOI-Codi. Quando a gente chega no DOI-Codi dois dias depois... Quer dizer, aí, nesse período, me botaram para dormir uma noite no São Judas Tadeu, no presídio São Judas Tadeu. E lá eu encontrei... Que ficava no andar térreo do DOPS. Que era presas comuns, e tinha uma celinha, pequeninha, de presas políticas. Foi lá que eu encontrei Germana, Germana Figueiredo, a Maria Auxiliadora...

D.P. –Mary Jane.

C.C. – Não, não. Mary Jane não estava lá. Maria Auxiliadora Aurora Barcelos, que depois se suicidou na Alemanha... Todo mundo estava vindo... Tinham mais duas, que eu não lembro. Mas eu boto isso no meu depoimento. Elas estavam fazendo um caminho inverso do que eu estava fazendo. Elas já tinham vindo do DOI-Codi. E elas contando os horrores do DOI-Codi. Principalmente Auxiliadora foi muito... Dodora foi *muito* torturada. Todas elas. E eu me lembro...

D.P. – Era o caminho normal. O seu é que foi diferente.

C.C. – Era o normal. O meu é que foi...

D.P. – Por que você veio a partir do DOPS?

C.C. – Não sei. Até hoje eu não sei te dizer. Quem foi, inclusive, lá na casa da minha mãe, que depois foi lá em casa –, eu fui com eles lá em casa, quando eles disseram isso aqui é um aparelho, que eles pegaram esses livros todos e encontraram o tal documento –, foi o Jair Gonçalves. Eu cito, inclusive, o nome dele no depoimento. Que era um cara do DOPS. Mas que tinha livre trânsito no DOI-Codi também, participava do DOI-Codi também. Jair

Gonçalves. E aí eu... Não sei te dizer. Até hoje eu não sei por que eu fui para o DOPS. Não sei.

A.M. – E você ficou quanto tempo lá?

C.C. – Eu fiquei dois dias no DOPS. Interrogatório.

D.P. – Você fazia o interrogatório lá, no primeiro andar.

C.C. – No primeiro andar, justamente.

D.P. – E dormiu na cela lá, com as meninas.

C.C. - É. E fiquei lá com as meninas uma noite.

D.P. – Recebeu logo o uniforme? Não. Nem nada disso.

C.C. – Nada, nada, nada. Era passagem. E as meninas não estavam de uniforme também, não. Isso foi o quê? Em agosto de 70. 24 de agosto, dia do soldado, eu fui presa. (ri) Ficamos 24, 25, 26, mais ou menos, de agosto de 70. Depois me mandaram para o DOI-Codi. E aí me botaram numa viatura, encapuzada, e eu perguntando *para onde estão me levando*, junto com Novais e uma outra amiga, Arlete de Freitas. E quando a gente chegou eu identifiquei que era a PE da Barão de Mesquita. Identifiquei porque a gente saiu... Mas aí eu identifiquei. Eu olhei para o pátio e vi. Até porque eu morava no Méier, então, ali era uma área muito conhecida minha, a Tijuca.

D.P. – Mas você estava de capuz.

C.C. – Dentro do Doi... Quando eles me... Quando eu cheguei, entrei no DOI-Codi naquela parte térrea, que tinha uma identificação logo que a gente entrava, eles aí tiraram o meu capuz. E aí eu olhei, deu para ver o pátio, e aí eu identifiquei onde eu estava. Imediatamente, identifiquei. E aí é aquela coisa, tiram tudo: aliança, (eu usava aliança naquela época) cinto, relógio. E fui para o primeiro andar, me mandaram para uma cela do primeiro andar. O Novais ficou na solitária, lá embaixo.

A.M. – Mas no mesmo período?

C.C. – Sim. Não. Ali juntos. Quando eu cheguei no DOPS, o Novais estava lá no DOPS. Eu fui interrogada separada dele. Eu não vi o Novais os dois dias, no DOPS. Quando a gente foi para o DOI-Codi, eu vi que ele estava na viatura comigo.

D.P. – Os dois de capuz, mas você sabia que era ele.

C.C. – Os dois de capuz, mas a gente sabia; algemados, encapuzados, mas a gente sabia. Eu falei: “Novais, você está aí?” Ele disse: “Estou.” Arlete: “Eu estou aqui também.” A gente, embora encapuzado, a gente identificou, os três se identificaram. E quando eu chego no DOI-Codi eu não vejo mais Novais, e aí me botam... Depois eu vim a saber que ele ficou na solitária, que ficava no andar térreo, perto da sala de tortura. Eu fui levada imediatamente para o primeiro andar, para aquela cela que ficava do lado do Maracanã, que depois...onde eu te encontrei. A cela que depois eu reconheci, muitos anos depois, o banheiro da cela, onde o Roberto (Ciedo) se suicidou. Suicidaram o Roberto (Ciedo). A foto de perícia de local, quando a gente faz as...em 92, que a gente faz as pesquisas lá no IML, eu reconheci. Era a primeira cela que eu fiquei. Aquele banheiro lá, tinha um banheirinho pequeno, não tão grande quanto o banheiro da cela maior, onde a gente ficou depois, eu depois reconheci nas fotos de perícia de local que a gente conseguiu no Instituto Carlos Éboli, (que está à disposição de qualquer pessoa; a gente colocou todo o material que a gente conseguiu, está digitalizado pela OAB e está à disposição, colocamos à disposição da Comissão Estadual da Verdade) eu reconheci a cela, era o banheiro da cela que eu fiquei. Então, eu fui para lá, para...

D.P. – Sozinha.

C.C. – Sozinha. E aí entra o cara que eu, depois, reconheci como Amílcar Lobo. Primeira pessoa que eu vejo...

D.P. – Entrou na cela?

C.C. – Na cela. Era com esparadrapo na identificação, e tirou a pressão, (eu não entendendo nada) – “Você tem alguma doença? Você tem pressão alta? Você é cardíaca?” E eu sem entender direito. “Porque eu sou médico”. E aí, minutos depois que Amílcar Lobo saiu da cela, eu sou chamada. E era...Olha. Não demorou meia hora da minha chegada, o Amílcar Lobo

me atender entre aspas, (sei lá que nome a gente possa dar a isso) eles sabiam de onde era o documento. O serviço de informação, realmente, do DOI-Codi, funcionava. Dois dias, o DOPS não sabia de onde era o documento. Quando eu cheguei, o Najib, que me recebeu, era plantão dele... Eu não sei se eles ficavam responsáveis pelos presos que eles tinham... Essa coisa eu não entendi até hoje. Porque era sempre a equipe dele que me torturava, que me interrogava. O Najib, Luiz Timótheo de Lima, que era conhecido como Padre, e... Principalmente os dois. Depois chegou aquele ruivo que tinha vindo de Minas, que esqueci. Eu queria ler. Devia ter trazido meu depoimento, que eu boto o nome de todos esses caras.

A.M. – Mas a gente pode inserir essas informações.

C.C. – Eu gostaria. Eu acho fundamental que esses nomes fiquem registrados. Fundamental. E aí o Najib já diz, o Riscala Corbaje já diz: não, isso aqui é um documento do MR-8 e do ALN. Esse é o documento que tem a ver com o seqüestro do embaixador norte-americano. Eles identificaram. Coisa de trinta minutos que eu tinha chegado no DOI-Codi. Talvez um pouco mais. E aí... Quer dizer, de encapuzada, de tirar a roupa e... e aquela coisa... Ah! O França, que era... Voltando. Quando eu chego no DOPS, quer dizer, já o DOPS era... o cara me recebe assim: “ô sua filha da puta, com quantos você trepou, sua comunista filha da puta?” Mas aos berros. O França, que era o responsável pelo DOPS na época.

D.P. – Mário França.

C.C. – Mário França. Isso. No DOPS, quando eu cheguei.

D.P. – Era o delegado especial.

C.C. – Era o delegado principal. É. Mario Borges. Isso mesmo.

D.P. – Não tem França no nome? Não. Mario Borges.

C.C. – Mario Borges. Não tem França, não. Mario Borges. E eu me lembro daquela figura dele, grande, gritando: “Comunista filha da puta, com quantos você trepou?” Quer dizer... Quando a gente chega no DOI-Codi, quer dizer, eu estou encapuzada, não sei quem me tira as roupas, e aí o Riscala Corbaje diz: “esse documento, sua comunista, do seqüestro do embaixador...” – e tinha acabado de acontecer o seqüestro do alemão, e eles achavam que a

gente podia saber alguma coisa do seqüestro do alemão. “E você vai dizer coisa...” Tinha acabado de acontecer o seqüestro do alemão, que era outra organização, que eram outros, não tinham nada a ver com o Oito nem com a ALN.

D.P. – Tinha acabado de acontecer, foi em julho. O seqüestro do alemão foi em julho. Já tinha acontecido.

C.C. – Foi em julho, é. Mas eles não sabiam nada ainda. Eles não tinham nenhuma informação.

A. M. – Do suíço, embaixador suíço.

C.C. – É. Qual foi? Foi o alemão. Foi o alemão. Eu lembro que eles perguntaram. O suíço foi depois. Foi. Porque eu lembro que eles falavam muito do alemão. E eles não tinham a informação. Eles não tinham. Eles achavam que a gente poderia ter alguma ligação, quando eles identificaram o documento como sendo do seqüestro do norte-americano.

A.M. – Quando você chegou ao DOPS, a sua prisão foi registrada, foi formalizada?

C.C. – Não, não. Eu lembro que a minha prisão só foi formalizada depois de um mês. Eu estava já na cela, com Dulce e outras meninas, que aí veio como eu sendo do Partidão. Eu me lembro que Maria do Carmo até mexeu. Eu assinei pedido de prisão preventiva. Eles me mandaram, na cela, (não sei se você lembra disso) me lembro que Maria do Carmo disse assim: “Ai, hein, sendo colocada como Partidão, hein”, ainda mexendo comigo. Porque estava escrito: o PCB, Partidão. Quer dizer, foi ali, mais de um mês depois que eu já estava no DOI-Codi, que assinei a prisão preventiva. Eu não assinei nenhum documento. Eu lembro que a gente já estava com Maria do Carmo. Eu me lembro quando Maria do Carmo chegou lá. Me lembro dessa expressão de Maria do Carmo. “Ai, hein. Quem diria. Você é do Partidão e não nos disse nada, hein”. (ri)

D.P. – Você assinou prisão preventiva? Assinava a prisão preventiva?

C.C. – Eu assinei. Eu assinei. Eu me lembro. Na cela grandona. E eu lembro dessa coisa de Maria do Carmo, dessa brincadeira da Maria do Carmo... Menezes Biapino...

D.P. – Menezes.

C.C. – Menezes. Bom. Eu fiquei até... Aí tem as descrições de tortura, que a gente... Me puseram... Molhava o corpo, para dar choque elétrico no nariz, no ouvido, na língua, na língua era muito comum, na vagina, no seio. O seio, muito forte que eu recebi, inclusive fiquei com os bicos do seio meio inflamados um determinado período. Teve um fuzilamento simulado, uma noite, também. O tal *jacaré*, que a gente... que eles me puseram amarrada numa cadeira, sem roupa, aquele filhote de jacaré, puxavam por uma corda... Isso aí eu descrevo com detalhes. Porque era uma coisa interessante. Interessante... Que era uma coisa da gente dizer assim... Eu pensava muito isso. Eu não estou vivendo isso, porque isso não está acontecendo. Eu me lembro que anos depois, quer dizer, quando a Marilena Chauí falou na fundação do *Tortura Nunca Mais*, em 85, uma das mesas em que ela fala sobre a questão da tortura, a Marilena, e ela fala muito isso, a questão de *como se fosse um grande pesadelo*. Como se você não... Aquilo não está acontecendo contigo. Foram duas pessoas que nunca foram presas mas que escreveram coisas que um preso sente na tortura. Essa coisa da Marilena Chauí falando *isso não é possível, isso não é real, isso não está acontecendo comigo*, e um outro, também, texto do Helio Pellegrino, onde ele fala da dissociação entre corpo e mente. Quer dizer, o corpo pede para você falar, e a mente diz que você não pode falar. E a gente ficava tentando ver até aonde a gente podia falar ou o que é que podia falar. São duas coisas que posteriormente... Quer dizer, duas pessoas... O Helio Pellegrino foi preso, chegou a ser preso, mas não chegou a sofrer tortura assim. Quer dizer, só ser preso já é tortura. Outro dia uma das meninas, nas manifestações, estava no grupo *Tortura Nunca Mais*, estava dizendo: “Não. Eu só... Eu fui torturada psicologicamente”. Eu digo: “Você foi torturada. Pare com essa distinção de tortura psicológica e tortura física. O próprio fato de entrarem na tua casa, te sequestrarem, de te prenderem já é tortura”. Eu discordo profundamente dessa... Embora seja psicóloga, mas eu acho que a psicologia serviu muito para justificar algumas violações daquele período e ainda hoje, colocando uma série de justificativas psicológicas, existenciais.

D.P. – Sua entrada no DOI-Codi é 23? É isso?

C.C. – Não. 26. 26 de agosto. Acho que sim. 26, 27. Tem tudo... Esse depoimento, acho que está online esse depoimento, *Tortura Nunca Mais*. E uma coisa que eu acho que é importante, botar o nome de todas essas pessoas.

A.M. – A gente faz essas... E aí, depois, a prisão de vocês é formalizada, é aberto um processo?

C.C. – Aí a gente responde a um IPM, Inquérito Policial Militar. Eu lembro que todo... O Novais... A gente, apesar da gente estar preso em celas diferentes, a gente tinha alguns contatos, através de alguns soldados que...

[FINAL DO ARQUIVO 1]

C.C. – Quando você saiu de lá, Dulce?

D.P. – Eu saí em dezembro.

C.C. – Eu saí em novembro. Mas você não estava mais na nossa cela. Bom. Formalizam, acho que em outubro. Ah. Eu queria... No período que eu estive lá, acho que é importante falar que eu sou testemunha de duas pessoas, uma é um desaparecido político, Jorge Leal Gonçalves. Eu vi, eu estava saindo da sala de tortura, a chamada sala roxa, e ele estava entrando, já muito machucado, muito. E depois eu soube que se tratava do Jorge Leal Gonçalves; e vi, duas vezes, o Eduardo Leite, o Bacuri, antes dele ser levado para São Paulo. Já não andava mais, o Bacuri era carregado. E em novembro, apesar de eu não ter contato com Novais oficialmente, extraoficialmente, a gente tinha. O Novais...Lembra? O Novais ficou uma vez na cela do lado, a gente fez um código na parede, a gente batia na parede. Aí eu lembro que uma vez o soldadinho quase entrega um bilhetinho... Porque tinha uns soldadinhos que entregavam bilhetes nossos. E o Novais escreve “as nossas batidinhas na parede”, alguma coisa assim, e aí, de repente, eu ouço aquela barulheira assim: “Abre essa porta! Bate aí!” Aí eu ouço aquela... Eu lembro, você falou para mim: “Novais está batendo na parede”, eu disse: “Não, não está.” Aí daqui a pouco, o cara abre a janelinha... “Responde, sua filha da puta!” Eu digo: “Responde o quê?” Eu percebi que tinha entrado gente na sala do lado, na cela do lado, que tinham descoberto. Uma noite, inclusive, lembra aquele soldado?...

D.P. – E eu fui para lá depois, você lembra disso?

C.C. – É verdade. Você que foi para lá. É verdade, Dulce.

D.P. – Esse código, eu achei que esse código me salvou. Porque eu tinha ido para o DOPS, me despedi delas, e eles me botaram na PE, me botaram nessa cela do lado. Falei pronto. Vão me matar.

C.C. – Nessa cela, é. Que foi a primeira que eu fiquei.

D.P. – É. Falei: as meninas têm que saber que eu estou aqui. Aí eu começava a fazer o... bater com...

C.C. – Aquela batinha na... Foi ali que a gente soube que você estava. É verdade. É verdade isso. E uma noite, inclusive... Acho que é importante a gente falar, porque a gente não lembro o nome dessas pessoas e deveria lembrar, porque muitos desses rapazes, eles estavam correndo risco, risco sério...

A.M. – Os soldados que ajudavam vocês.

C.C. – Os soldados, é. Eu lembro que uma noite um deles, era o cabo enfermeiro parece, não lembro, ele deixou eu, você ver o Alexandre e eu ver Novais.

D.P. – Não era cabo enfermeiro, não. Era o cabo da guarda mesmo. Um minuto. Mas a gente conseguiu.

C.C. – Era o cabo da guarda. É. Então acho que no meio daquele inferno, havia algumas pessoas que, inclusive, botavam o seu pescoço ali. E foram importantíssimos para nós. Então eu... Aí eu tomei conhecimento, através de... que o Novais estava saindo. E o Novais foi para o 1º BCC, 1º Batalhão de Carro de Combate, que é ali na avenida Brasil, em Bonsucesso, quase defronte o Hospital Geral de Bonsucesso. Hoje tem outro nome. E eu fiquei mais uma semana no Doi e eu fui levada... Aí me soltaram; me soltaram no meio da praça Saens Peña. É uma sensação muito estranha, porque você fica durante meses restrito a... nem banho de sol a gente tomava. Eu lembro que uma vez, eu, olhando num burquinho da parede junto ao chão, eu vi um burquinho, onde...uma coisinha verde e um rainho de sol entrando, uma claridade. Eu disse: “Gente! (não me lembro quem estava lá) Olha que coisa bonita!” Porque a gente não tomava banho de sol. Então, quando eu fui...me soltaram na praça Saens Peña, sem dinheiro, sem nada, me soltaram lá...

A.M. – Um belo dia, retiraram você de lá, te soltaram.

C.C. – Me soltaram lá. Sem responder a... Não tinha respondido nada. Eu tive... Foi uma sensação muito estranha. Porque você... É a coisa de você... é uma fobia mesmo, que vocês estudaram. Você fica muito restrito a quatro paredes, embora nossa cela fosse grande, mas você estar no meio dos carros, no meio daquela movimentação, é uma coisa assim... Eu lembro que eu encostei na parede, numa parede lá da praça Saens Peña, esperei, e aí fiz sinal para um táxi, (devia estar com uma cara... porque a minha sobancelha juntava uma na outra) e fui para a casa da minha mãe. Pedi: “olha, você espera um pouquinho, que eu vou pegar dinheiro no prédio”. No dia seguinte chegou um comunicado, que eu teria que responder ao Inquérito Policial Militar lá no 1º BCC. Foi quando eu soube que o Novais estava...Eu sabia que o Novais já estava lá. E aí foi quando eu vi Novais. Aí eu respondi... Eles ficaram presos, ele e vários outros amigos nossos, o Luiz Sérgio Dias, o Alberto José Barros da Graça e... Eu fui a única que foi liberada. Isso foi em novembro. E aí respondi ao IPM lá. Que eles não podiam botar a gente...não éramos mais do Partidão, não éramos do MR-8, não éramos... A questão burocrática, o IPM do sequestro do embaixador americano já tinha fechado, não existia mais IPM, as pessoas já tinham sido condenadas. E não sabiam onde enfiavam a gente. E aí a gente teve que ficar, tem aquela obrigatoriedade: toda semana, ir no Ministério do Exército para assinar o ponto. Depois passou a ser quinzenal, depois passou a ser mensal. E era assim: a gente chegava lá no local onde assinava o ponto...

A.M. – Era no Palácio Duque de Caxias?

C.C. – É, ali. Na Central do Brasil. Não me lembro o andar. Não lembro o andar que era. Não lembro. Certas coisas que se apagaram. E a gente... Encontrei, várias vezes, vários torturadores lá. O Najib nunca vi, não. Mas encontrei com Luiz Timótheo de Lima, encontrei com vários. “Ah, professora. Cortou o cabelo. Mas nós estamos de olho em você.”. Aquele tipo de provocação. Várias vezes. E encontrei com esse cabo que deixou a gente ver o... Uma vez, ele estava dando guarda na porta, falou: “Professora! Que bom que a senhora já está libertada. Não fala comigo. Não fala comigo. Não deixe que alguém perceba que eu conheço a senhora”. Assim. Mas todo feliz de ter me visto. E aí ficamos assinando... Não puseram a gente em nenhum inquérito, porque não tinham onde colocar. Eu sei que durante anos não sabiam onde enfiar a gente. Nós não respondemos...

D.P. – Então, vocês não tiveram processo.

C.C. – Não tivemos processo. Não fomos em auditoria, não fomos, porque não tivemos processo, porque eles não sabiam onde enfiar a gente.

D.P. – Você ia lá porque estava com prisão preventiva relaxada. Relaxamento da prisão preventiva, que era o recurso da época.

C.C. – Isso, isso. Depois passou a ser quinzenal, depois passou a ser mensal. Você não podia sair do estado. Eu lembro que na época eu fui para Brasília, que meu irmão morava em Brasília. Meu irmão casou, esperou eu ser liberada para casar. Eu acabei indo para Brasília. Não pedi autorização nenhuma. E aí, quando a... Eu fui em alguns atos do Comitê Brasileiro pela Anistia. Foi quando eu conheci Ira Mayer, Ana Muller, Abigail, conheci muito Biga naquele período...

D.P. – Abigail Paranhos.

C.C. – Abigail Paranhos. E, até então, era uma coisa assim, eu tinha muita dificuldade de falar dessas coisas, de participar das comissões, de alguma comissão do CBA.

D.P. – Antes do CBA. Você chegou a entrar no MDB, se filiar ao MDB?

C.C. – Não, não. Nunca. Não.

D.P. – Você ficou, nesse período, com alguma militância?

C.C. – Nenhuma. Nenhuma. Fiquei...

D.P. – Muito apavorada.

C.C. – Fiquei muito, muito apavorada. Fiquei proibida de dar aula... Mas eu falava tudo. Eu lembro que eu ia assinar o ponto lá no núcleo dos presos, “vocês sabem o que está acontecendo nesse país?” Eu falava. Principalmente depois que eu fiquei grávida do meu filho, dois anos depois, eu entrei numa coisa... eu falava, eu falava em qualquer lugar. Era uma coisa... Depois, eu fiz inclusive tratamento na época, tive que tomar tranquilizante,

porque eu não conseguia dormir. Quer dizer, eu saí bem... Eu saí... Foi quando eu fui fazer análise.

D.P. – Você saiu bem?

C.C. – Saí bem entre aspas. Achando que estava bem. Não. Estou bem. Não, não preciso de psiquiatra, de psicólogo. Estava fazendo inclusive psicologia. Eu era estudante de psicologia na época. Perdi... Concluí o curso. Inclusive, as pessoas muito apavoradas. “Você não diga que foi presa!” Eu lembro do Pena, do Antonio Gomes Pena, que foi meu professor. “Cecília, você não fale isso. Nem você nem Novais”. Eu me lembro que o Gracindo Júnior era da turma do Novais, que teve assim uma solidariedade enorme conosco. Que o Novais estava um ano mais adiantado que eu na psicologia. Ele tinha entrado antes. E a gente se formou... Eu me formei em 75... 74, como psicóloga...

A.M. – Qual universidade?

C.C. – Pela UFRJ. E fui ficar como psicóloga, primeira escola, em 74, 75, no Rivadávia Corrêa. Fui psicóloga ali. Fiquei, como psicóloga, trabalhando em algumas escolas. Tirei a minha matrícula de professor de história e passei para... O cargo ainda não tinha sido criado, o cargo de psicólogo, na Secretaria Municipal de Educação. No estado, não havia o cargo, havia pessoas desviadas de função. Eu apesar de não ter militância, não fui de partido, quando o PT surgiu, quando começou as primeiras reuniões em 80, do PT, que eu começo a me envolver.

D.P. – Você chegou a ir ao CBA então.

C.C. – Fui. Fui mas não participei. Eu lembro que... Que eu me lembro que o Aquino queria me botar numa comissão, acho que era comissão dos desaparecidos, que o Aquino e o Sérgio Ferreira eram... Eu não me lembro.

D.P. – Era. Dos mortos e desaparecidos. Familiares dos mortos e desaparecidos. Os dois eram dessa comissão.

C.C. – É. Porque eu já estava dando depoimentos. Logo que eu saí, eu dei depoimento sobre o Jorge Leal, sobre o Bacuri. Eu lembro que, logo que eu saí...

D.P. – Você deu depoimento onde?

C.C. – Eu acho que foi na OAB. Ah sim. Tem o lance da OAB, gente, que foi importantíssimo. Quando a gente foi visitar Amílcar Lobo. Foi importantíssimo, porque a gente deu depoimento na OAB. Foi quando... Que era do Eduardo Seabra Fagundes. Foi em 81, quando Inês Etienne, ainda no período da ditadura, Inês Etienne reconhece a *Casa da Morte*. E no dia seguinte, Modesto da Silveira liga... Eu lembro, Modesto fez contato comigo por telefone, foi que a gente se reencontrou. Eu lembro que eu estava... não tinha com quem deixar o Zé Ricardo, meu filho mais velho, eu ainda não tinha tido... Não. Já tinha. Não. O Zé Ricardo estava na escola e eu estava com Serginho, que era pequenininho, mais novo, e foi a Inês que ficou tomando conta do Serginho, na casa de Modesto, para a gente ir lá no consultório de Amílcar Lobo. Teve um dia anterior. A Inês Etienne vai na casa de Petrópolis, reconhece a casa de Petrópolis... Janeiro ou fevereiro de 81. Depois tem que ver isso. Isso eu não botei no depoimento.

D.P. – É 81.

C.C. – Eu lembro que depois eu fui para o Nordeste, fui para Recife. Foi janeiro, eu acho que foi janeiro ou fevereiro de 81. E a Inês reconhece, fala do Amílcar Lobo, e o Modesto organiza, chama um grupo de pessoas para ir no consultório de Amílcar Lobo. É quando a gente está cara a cara com Amílcar Lobo.

D.P. – Foi a primeira vez que o reencontrou?

C.C. – Foi a primeira vez. Foi a primeira vez que a gente encontrou Amílcar Lobo, se reencontrou com Amílcar Lobo. E era Vânia Abrantes, era a Biga, Abigail Paranhos, você, Germana...

D.P. – Germana Figueiredo. Glória Younger

C.C. – Glória. Cid Benjamin.

D.P. – Era um grupo de nove, eu acho.

C.C. – Isso mesmo. Eu me lembro que depois nós fomos fazer um depoimento. Não sei se você estava. O Hélio Pellegrino fez contato com a gente, e a gente foi fazer um depoimento

na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, na SPRJ, contra o Amílcar Lobo, na frente do tal Leon Cabernich, que era o analista de data dele, que tinha protegido ele. Tinha cara de alemão. E eu lembro que a Biga passou muito mal, Abigail passou muito mal ali. Isso, mais ou menos, ainda era... era o quê? Foi antes do *Tortura Nunca Mais* ser criado. *Tortura Nunca Mais* é 85. Então isso, esse negócio do consultório de Amílcar Lobo... Foi a primeira vez que o nome do Amílcar Lobo... Eu lembro que o Zuenir Ventura, a gente foi para...

D.P. – Saiu na *Veja*, com nosso retrato. Você tem essa *Veja*?

C.C. – Não, não tenho. Você tem, Dulce? Não. E saiu no *Jornal do Brasil* também. Que o Zuenir Ventura nos levou para a redação do *Jornal do Brasil*, (não sei se você foi) depois da ida lá no consultório do Amílcar Lobo.

A.M. – Isso é 1981.

C.C. – 81. A gente foi para a redação do *Jornal do Brasil* com Zuenir Ventura, que fez uma entrevista conosco.

A.M. – Vocês se organizaram, se encontraram...

C.C. – Foi aí que eu falei do Jorge Leal, do Bacuri.

A.M. – Aí foram ao consultório. E de lá já foram para a revista.

C.C. – Isso, isso. Fomos direto para a redação do *Jornal do Brasil*. Era *Jornal do Brasil* na época. Eu nem lembro mais onde era. Bom. Eu sei que depois a gente é chamado pela OAB federal, que era o Eduardo Seabra Fagundes, para fazer depoimento sobre o Amílcar Lobo na OAB. Não sei se você chegou a fazer. Porque aí veio logo uma nota dos ministros militares, dizendo que não permitiriam revanchismo. A OAB não chamou mais ninguém.

D.P. – Eu não fui chamada, não.

C.C. – Você não chegou a fazer. E esse depoimento foi lá que eu fiz, na OAB. Que eu falei novamente do Jorge Leal... Está com algum problema? Ele olhou para a gente com olhar de vingança, não foi?

D.P. – Não. Pode contar. Se você achar que...

C.C. – Não. Quando a gente foi, em 81, quer dizer ainda era governo Figueiredo, a gente está do lado de fora, no corredor, esperando para entrar no consultório do Amílcar Lobo, sai de lá uma mulher numa cadeira de rodas, uma cliente. E aí aquele...

D.P. – Ela está chegando. Porque como não tinha atendente, a gente ficou na sala de espera, esperando a entrada e saída. Então a próxima cliente ia ser essa pessoa.

C.C. – É verdade. A gente respeitou, inclusive, a cliente. Foi. Foi isso mesmo, Dulce.

D.P. – Na hora do intervalo, a gente adentra, com a mulher gritando: “mas ele é meu médico, ele é meu psiquiatra. O que é isso?” E a gente: “é um torturador, é um torturador”.

C.C. – Foi isso mesmo. Ela olhou para gente... Aquele olhar dela...

D.P. – Desesperada. Imagina. A pessoa de cadeira de rodas, relação com o analista, aquela coisa. E aí ele fica sentado no divã, e a gente em volta dele. E o repórter da *Veja*, era a só a *Veja* que estava com a gente, a *Veja* batendo as fotos, ele sentado, e a gente em volta: “você fez isso, você fez isso...” Foi...

C.C. – Você lembra o quadro que tinha em cima do divã que ele ficou sentado? Era uma... Quem, depois, escreveu um artigo sobre isso foi Hélio Pellegrino. Era uma águia comendo uma mulher, assim uma águia bicando. Um negócio assim de tortura. E eu lembro que ele estava parado, estupefato.

D.P. – “Não façam isso comigo. Eu também estou sendo perseguido”.

C.C. – “O que vocês querem?! Eu estou sendo perseguido pela direita e pela esquerda!”

D.P. – É. “Vão me matar.” É. Mas ele reconheceu todo mundo.

C.C. – É, reconheceu.

A.M. – E aí houve uma reprimenda dos ministros militares?

C.C. – Aí, quando a gente foi chamado pela OAB federal para fazer depoimento, que nem todo mundo foi chamado, houve uma nota do governo, dos três ministros militares, dizendo que eles não permitiriam revanchismo. E aí a OAB se recolheu. Isso foi 81.

A.M. – Isso, por conta da anistia?

C.C. – Já tinha havido anistia. Já tinha havido.

A.M. – Já. A anistia é de 79.

C.C. – 79. Isso foi em 81. Quer dizer, essa ida no Amílcar Lobo foi janeiro ou fevereiro, que a gente depois foi para a redação do *JB*, e depois, os depoimentos na OAB foram, talvez, abril, maio, por aí. Porque eu lembro que eu fiquei no Recife durante o mês de março todo. Fui de férias para lá. E aí eles não chamaram mais. Eu lembro a gente conversando com Seabra Fagundes. Foi aí que eu relato de novo o caso do Jorge Leal Gonçalves, o caso do Bacuri e das torturas. Isso em 81. Em 85, o grupo *Tortura Nunca Mais* é criado, e aí eu não faço militância nenhuma nesse período. Em 85, a gente criou o grupo *Tortura Nunca Mais* e, naquele mesmo momento, o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, que estava sob intervenção federal, tem eleições. Talvez no início de 85, não sei bem. Porque o grupo surge em abril de 85. E aí eu lembro que o Laerte Vaz, que era ligado ao PCB, faz contato comigo. E a OAB tinha encaminhado para o Conselho de Medicina todos os depoimentos da gente sobre Amílcar Lobo. E aí o Conselho de Medicina, o Cremerj, abre um processo disciplinar. E aí a gente começa a dar nome de várias pessoas. E aí você (Dulce) foi chamada, várias pessoas foram chamadas para depor com relação a Amílcar Lobo. Isso, em 85, logo que o grupo surge. E eu lembro que a noite de cassação de Amílcar Lobo... Ah. Antes disso. Quando o processo dele está acontecendo no Cremerj, o Jorge Antonio Barros, que é um jornalista do *O Globo* hoje, que era do *JB*, tinha encontro com... tinha um programa do *JB*, Encontro com... Era um programa que era às seis horas da tarde. Era um programa de rádio. Muito ouvido, muito... Encontro com a Imprensa. Eu não me lembro mais o que é que era. E aí ele chama o Amílcar Lobo. A Flora estava como presidente do *Tortura Nunca Mais*, a Flora Abreu, e eu vou nesse programa. Sem avisar. É quando eu estou, pela segunda vez, frente a frente com Amílcar Lobo. E aí ele dizia: eu não te conheço, não sei que. Quando ele tinha me reconhecido em 81. Mas já foi em 85, já com o grupo existindo, na época do processo dele do Conselho de Medicina. E aí eu contava: foram tantas, não sei que. E foi uma

coisa assim, de eu frente a frente com ele. O programa ficou mais tempo no ar... Foi um... Eu nunca mais... Talvez Jorge Antonio Barros tenha esse programa. Aquele que trabalha hoje na coluna do Anselmo. Até seria interessante perguntar a ele, porque isso é histórico, esse encontro. Não me lembro mais o nome do programa. Mas era um programa conhecido.

D.P. – Era na rádio JB.

C.C. – Era rádio JB. Era às seis horas da tarde o programa.

D.P. – Cecília, agora, voltando um pouquinho. Você chega a ir para algumas reuniões do Comitê Brasileiro pela Anistia, em 79, mas você não...

C.C. – Eu sentia... Era um negócio assim... Não sei. Eu sentia que eu... Eu me sentia muito deslocada ali. Eu não sei te dizer o que é que era. Eu já conhecia o Aquino desde a época da faculdade. Conhecia algumas pessoas da época da faculdade que estavam lá. Mas não... Eu lembro que eu não...

D.P. – Mas você ia para as manifestações?

C.C. – Ia, ia. Todas as manifestações eu ia.

D.P. – Porque nessa época está tendo algumas coisas de rua.

C.C. - Lembro, me lembro das manifestações. Elsa Joana. Eu lembro que eu conheci Elsa Joana ali no CBA, a mãe do Joel Vasconcelos. Todas as manifestações eu ia, com as matracas, o pessoal levava as matracas para... A Lola, eu conheci a Lola nessa época, que depois foi do *Tortura Nunca Mais*, conheci na época do CBA.

D.P. – E você participou da ideia de gestação do *Tortura*?

C.C. – Participamos. Eu lembro que a gente...

D.P. – Como foi essa ideia?

C.C. – Em 85, o Modesto, mais uma vez, faz contato. Sempre o Modesto. Modesto faz contato com a gente.

D.P. – Modesto da Silveira, advogado.

C.C. – É. O Modesto, mais uma vez, faz contato comigo, me liga e diz: “Cecília, eu acho que seria importante a gente conversar. Eu já liguei para Flora Abreu, já liguei para... ex-mulher do Álvaro Caldas...”

D.P. – Suely. Suely Caldas.

C.C. – Suely Caldas. “E a gente tem que conversar. Porque eu estou numa comissão do governo Brizola, (comissão que tinha sido criada) estou representando a ABI...” Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública. Tinha um nome. Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública. Era uma coisa assim. “E tem um cara lá que... vai estourar isso na imprensa, porque esse cara foi torturador”. Esse cara era o cara que fazia a ligação do DOPS, era o carcereiro lá do DOPS, do presídio São Judas Tadeu, com os órgãos de repressão. E aí, logo depois, aparece na imprensa o Brandão Monteiro, que era ex-presos político, (que já morreu) que era secretário de Transportes do governo Brizola, colocando que era um absurdo que o José Halfeld Filho, que era esse, que era secretário de Defesa Civil, estava indicando para ser comandante do Corpo de Bombeiros o Walter Jacarandá. E o Walter Jacarandá tinha torturado o Brandão Monteiro. E aí a gente liga para o... Foi quase na mesma semana. A gente liga e se reúne no Sindicato dos Jornalistas com o Modesto. E aí o Alcir faz depoimento, Álvaro Caldas faz depoimento. Eu não conhecia o Jacarandá. Mas quem conhecia o Jacarandá faz depoimento contra o Walter Jacarandá. E ele não foi escolhido como... E a gente vai para essa comissão. A gente toma de assalto a comissão. A gente não era nem grupo, ainda, formado, nada. A gente se reuniu, e junto com o Modesto, a gente toma de assalto aquela comissão. Começamos a questionar a comissão e questionando o Halfeld. E aí eu reconheci o Halfeld. Era o cara que me recebeu no presídio São Judas Tadeu, naquela noite que eu dormi com as meninas lá na cela. E eu lembro que era... aquele cara ficou muito por conta com a gente. Meu Deus, como era o nome? Que era o secretário de Justiça do governo Brizola.

D.P. – Vivaldo Barbosa.

C.C. – Vivaldo. O Vivaldo Barbosa estava possesso com a gente. A gente...

D.P. – Só um pequeno retrocesso. E quando é que a gente vai denunciar o Riscalá Corbaje? Você não estava junto não? Aqui, no Palácio Guanabara? Eu achei que você é que tinha me chamado.

C.C. – Ah sim. Estava.

D.P. – Mas não é antes disso?

C.C. – Não, não. Foi depois. A gente toma de assalto e a gente aí propõe que eles ouçam todas as pessoas presas políticas, porque a gente fica sabendo, no meio dessa gente, toma de assalto, e a gente fica sabendo o nome de outros caras da... Isso, o grupo não tinha sido criado ainda. A gente informações, chegou até nós, que o nome do dr. Najib era Riscalá Corbaje, que ele era major da PM, que estava como assessor de Segurança no Banerj, que aquele Padre era o Luiz Timótheo de Lima, que estava como assessor do Romualdo Carrasco na Câmara de Vereadores. E aí a gente começou a denunciar, não só o Halfeld, os outros que estavam também em cargos de confiança no governo Brizola, em 85. A gente toma de assalto lá, praticamente, essa comissão.

A.M. – Há um processo de identificação, nome, sobrenome, a identidade dessas pessoas. E aí vocês...

C.C. – A gente conseguiu.

D.P. – Pois é. E como é que vocês conseguiram isso?

C.C. – Não, não te digo.

D.P. – Não sabe ou não quer dizer?

C.C. – Não quero dizer. Só eu e Flora sabemos. Não interessa.

D.P. – E esse nós era você, Flora Abreu e...

C.C. – Ah. Eu, Alcir Flora Abreu, Ieda Salles, que morreu num acidente de automóvel, Suely Caldas estava nisso com a gente, o Moraes chegou logo, o pai da Sonia de Moraes Angel

Jones, a Cléa junto com ele, a Lola, que tinha sido do CBA, Lola Gonzalez, que já morreu. Maria Dolores Perez Gonzalez.

D.P. – Certo. Então você...

C.C. – Elsa Joana, mãe do Joel. Elza Joana Vasconcelos, mãe de Joel Vasconcelos, desaparecido. De presos políticos, Álvaro estava junto com a gente naquela época, Álvaro Caldas. Então a gente toma de assalto e a gente exige que a comissão ouça os presos políticos, que a gente identificou o Riscal Corbaje como dr. Najib e o, principalmente, Luis Timótheo de Lima. Eram esses dois. E o Halfeld. E a gente, toda segunda-feira, a gente se reunia no Sindicato dos Jornalistas. E aí a gente começou a perceber, discutindo lá, os familiares, que não tinha...a gente tinha que se organizar enquanto um grupo. Foi nas discussões. Aí, depois, o Modesto não ia mais...

D.P. – Você diz que tomaram de assalto a comissão. Mas vocês participaram da comissão?

C.C. – Não. Aí a gente colocou... Eu lembro que eu e Flora acompanhávamos cada uma dessas pessoas para fazer o depoimento. Me lembro que eu acompanhei Lucia Murad. Acho que o teu depoimento eu não acompanhei; mas acompanhei o da Zilea Resnick. Várias pessoas, a gente acompanhou. Foram muitas pessoas. Esses depoimentos, por exemplo, eu não sei onde estão.

D.P. – Esse depoimento foi aonde? Na OAB?

C.C. – Não. Esse depoimento foi lá, para essa comissão que funcionava no Palácio Guanabara. Não lembra disso?

D.P. – Não. Eu fui fazer uma denúncia no Palácio Guanabara. Mas aí teve a imprensa. Foi um auê.

C.C. – Foi isso. Foi isso. A gente chamava imprensa, a gente chamava um bolo de gente.

A.M. – Era uma espécie de comissão de direitos humanos do estado do Rio de Janeiro?

C.C. – Isso. Que o Vivaldo foi obrigado a nos ouvir. Então a gente fazia um auê.

D.P. – Foi quando a Fundação ficou sabendo do meu caso. Até então ninguém... Primeira página do jornal.

C.C. – A gente fazia um auê. Mas a gente não era um grupo formado. Era um grupo de pessoas. E o Modesto, depois, com outras coisas, o Modesto acabou se afastando. Quem estava muito com a gente era um jornalista... Villas-Bôas Corrêa. Nos acompanhava muito Villas-Bôas Corrêa. A Luciana, filha dele, jornalista também, que foi casada com Emir Sader, nos acompanhava também, muitas vezes. E a gente fazendo reuniões no Sindicato dos Jornalistas. E, junto, levando essas pessoas. Cada hora era um que acompanhava. A gente não tinha diretoria, não tinha grupo, não tinha nada.

D.P. – Porque essa sessão que fui aqui foi uma sessão bem...

C.C. – Tumultuada.

D.P. – Bem solene, com muita gente, com imprensa, com...

C.C. – Isso mesmo.

A.M. – Você falou que vocês tomavam de assalto a comissão... a primeira vez.

C.C. – Não. Tomamos assim... A primeira vez. E o Halfeld nunca mais foi a nenhuma reunião. E foi interessante, porque o Halfeld não foi afastado. Todos os outros foram afastados. Ele não foi. Depois a gente soube que ele tinha um poder muito grande dentro do PDT, etc. e tal. Tanto que ele chegou a ser depois prefeito de Miracena, pelo PSB. A gente denunciou na época o PSB. Não aconteceu nada. Quando eu digo tomamos de assalto, assim, tomamos, numa das sessões, onde eles tomaram o compromisso de ouvir. Aí se tirou alguns membros dessa comissão para ouvir alguns presos políticos que a gente levava. Era uma coisa assim. E a gente chamava imprensa... Era um... Era realmente um auê. É isso mesmo. Era um auê. Novais foi, Álvaro foi, Alcir foi, prestando depoimento solene. Esses depoimentos, depois, nós não conseguimos cópia, e se perderam.

A.M. – Historiadores...

D.P. – Vamos à cata.

C.C. – Foram depoimentos que, eu lembro, a gente assinava. Eram depoimentos, era uma coisa oficializada. Porque a gente dava o depoimento e assinava, o cara assinava como testemunha também, o responsável. Era um...

D.P. – Um pânico. E nessa época era muito medo. Eu, pelo menos, eu fui... assim apavorada.

C.C. – Muito. Agora... É. É gozado. Eu não sei se é porque no *Tortura Nunca Mais*... No CBA, eu não me sentia com meus pares. Eu nunca pensei sobre isso. Estou pensando agora, com vocês. E no *Tortura Nunca Mais* eu me sentia... eram as pessoas que tinham sido...

D.P. – Torturadas.

C.C. – Não. Tinham sido da faculdade.

D.P. – Ah. Seus companheiros da faculdade. O grupo.

C.C. – Tinham sido da faculdade. Quer dizer, lá no CBA, todos eram presos, torturados, familiares. Mas no *Tortura Nunca Mais* eram pessoas... O Álvaro foi da nossa época, em jornalismo, a Iedinha, a Flora, o Alcir, o Alberto estava lá, o Novais estava, de início, também. Então era a patota da faculdade. Não sei. Estou pensando isso agora. Não sei. Nunca pensei sobre isso. Estou pensando isso agora. Pode ser. Pode ser. E tinha medo, mas tinha assim uma indignação tão grande... Porque pela primeira vez a gente estava conseguindo... É como se a gente estivesse destampando a panela de pressão. Eu lembro que o primeiro depoimento que eu dei lá diante da... eu que fui uma das primeiras a prestar depoimento nessa comissão, eu chorava quando falava. Sabe? Uma coisa assim, que eu... Foi a primeira vez que eu falei em público sobre o que aconteceu assim. Tinha falado para a OAB, tinha falado para o *Jornal do Brasil*, mas em público... E chorando e dizendo “os meus filhos não podem passar o que eu (passei). Eles precisam saber o que a gente passou”. Foi uma coisa muito emocional. Porque foi a primeira vez que a gente estava falando aquilo em público. Foi um negócio assim... Foi uma marca para a gente.

A.M. – Cecília, quando vocês se organizaram, (e foi uma organização, que você já contou aqui) foi meio espontânea? Não houve um projeto para chegar a essas sessões e a esses depoimentos?

C.C. – Não houve um projeto. Fomos experimentando.

A.M. – Quando vocês davam esses depoimentos e faziam esse registro sobre as torturas que haviam sofrido, identificando os torturadores, vocês demandavam alguma coisa?

C.C. – Sim.

A.M. – Quais eram as demandas?

C.C. – No mínimo, afastamento de cargos públicos. Era o que a gente colocava na época. Julgamento, que essas pessoas sejam levadas ao banco dos réus e, no mínimo, afastamento; essas pessoas não podem ocupar cargos públicos. Eu lembro que na época, Maria Luiz Fontenelle - era prefeita de Fortaleza, 86, 87, por aí -, e ela nos chamou lá, e a gente denunciou um torturador que estava em Fortaleza; e ela tirou o cara de... Eu lembro que a gente denunciou um cara que estava em Angra dos Reis, na prefeitura do PT, de Angra. Que era um cara que tinha sido carcereiro da Ilha Grande. A gente foi e fizemos a denúncia. E eu e Flora éramos do PT. Eu, Flora e Alcir éramos do PT. E a gente denunciou. Fomos lá conversar, o cara disse que não afastava, a gente: “então vamos tornar pública a denúncia”. E tornamos. Então, uma coisa que eu acho que caracterizou o *Tortura Nunca Mais*, até hoje, é ele ser suprapartidário. Quer dizer, a gente tinha, o *Tortura*, tinha PCB, lá tinha... A Ieda era do PDT. E a gente denunciou o governo Brizola. E o Brizola, por conta com a gente, na época, disse: “essa esquerda festiva, esse pessoal da esquerda festiva”. Porque saiu em tudo quanto era jornal da época. E a gente começou a perceber que era importante ter uma organização. Estava, na Argentina, a Comissão Sábato funcionando, no primeiro governo civil, governo Alfonsín. E foi o Villas-Bôas Corrêa que nos deu... que chamava-se *Nunca Mais*, a comissão *Nunca Mais*, coordenada pelo Ernesto Sábato, aquele escritor. E o Villas-Bôas disse: “Por que não botar *tortura nunca mais*?”

D.P. – É mesmo? Villas-Bôas sugeriu?

C.C. – Foi. Por que não botar *tortura nunca mais*? A gente estava discutindo a questão. E a gente lançou o *Tortura Nunca Mais* num grande seminário, em final de outubro, início de novembro daquele mesmo ano, na Faculdade Cândido Mendes, ali na rua da Assembleia. Naquele auditório. A gente encheu aquele auditório. E tinham várias mesas. É quando Hélio

Pellegrino fala, a Marilena Chauí, Genoino dá o depoimento dele. Foram várias pessoas. João das Neves, que era teatrólogo, Frei Beto. A gente tem um livrinho, se você quiser a gente pode xerocar, que não existe mais, feito pela Editora Vozes, que nunca mais reeditou, que chama-se *Primeiro Seminário Tortura Nunca Mais*, onde tem todas as mesas e o depoimento de dona Sirene, o pessoal do Araguaia, que a mãe da Jana Moroso Barroso, que já morreu, que é uma desaparecida do Araguaia. Foram assim... Falamos da música, eu fiquei, inclusive, coordenando, eu fiquei do lado do Chico Buarque de Holanda na mesa; o Chico vermelho... Eu, Flora e Iedinha fomos conversar com ele. Aí ele disse assim: “as moças chegaram no meu escritório pedindo que eu falasse sobre a questão de censura, de tortura, não sei o quê...” Ele todo... MPB4 fez um depoimento lindo. Taiguara fez um depoimento lindo.

D.P. – Pena que isso não é filmado. Não tem vídeo, não tem nada.

C.C. – Não, não tem. Tem um livro só. E de pouca...

D.P. – Que coisa! Isso é impressionante.

C.C. – De circulação... Gente à beça! Conhece aquele auditório, aquele de baixo, lá da... que é um auditório enorme. Gente em pé... Foi muito bonito. Aí foi quando a gente lançou o *Tortura Nunca Mais* como grupo mesmo, como movimento. E a primeira coisa que a gente faz é justamente começar a procurar pessoas ligadas ao aparato de repressão, daquele período, ainda ocupavam cargo de confiança. E conseguimos. O único que continuou lá foi o Halfeld. Todos os outros nós conseguimos.

D.P. – E vocês criam uma entidade, uma associação civil? Vocês registram? Como é?

C.C. – Registra. O Moraes, inclusive, que Moraes era dono de escola na época, todo... e militar da reserva, então Moraes era todo... É registrado como entidade sem fins lucrativos, não sei que. Tem lá o... Essas coisas eu nunca entendi direito. Mas o Moraes é que cuidava de tudo para a gente. Legalização de tudo. Tem aquela coisa, aquele número, sei lá o quê. Sei lá como é que chama. Então está tudo legalizadinho. Ele que foi nosso primeiro tesoureiro.

D.P. – Vocês discutiam a lei da anistia? Porque a lei da anistia...

C.C. – Já. Não. A gente já discutia. E era uma coisa que era uma posição clara da gente. A gente não tinha essa finura, que hoje a gente tem, principalmente por causa do Fábio Konder Comparato e do Hélio Bicudo, com relação à questão da conexidade.

D.P. – Dos crimes conexos.

C.C. – É. A gente dizia: não foram anistiados. E a gente tentava discutir. Eu lembro que, para o seminário, eu, Iedinha e Flora e Alcir, nós quatro preparamos vários materiais: sobre lei da anistia, sobre a questão da tortura. Escrevemos alguns textos, alguns temas, que eram temas candentes na época. Mas a gente colocava, sem usar a palavra conexidade, crimes conexos, a gente já colocava, sem muita clareza, porque não tinha essa visão jurídica que depois o Hélio Bicudo e o Fábio Konder Comparato trazem para gente, essa questão de que o crime de tortura é um crime inaniestável. Quem falava muito nisso era o... Quem nos ajudava muito nisso era o Modesto da Silveira. Ele ainda até falava: inaniestável, inagraciável, inafiançável. O crime de tortura é um crime de lesa humanidade. São crimes contra a humanidade. São crimes inaniestáveis, inafiançáveis, inagraciáveis. Eu me lembro que era o que a gente... Sem pegar essa questão da conexidade, que depois a gente pega.

A.M. – Isso, ainda no início do *Tortura Nunca Mais*, vocês já propuseram isso.

C.C. – 85. Sim, sim. Eu lembro que a gente, para o seminário, preparou uma série de textos, que a gente distribuiu lá.

A.M. – E vocês discutiam o sentido da lei da anistia? Porque no momento de pré-promulgação da lei de anistia e posteriormente, ela foi regida muito por conta de princípio como pacificação nacional, reconciliação. Vocês discutiam?

C.C. – Discutíamos. Discutíamos. Isso era claramente discutido. Era o que era mais (discutido). Onde a gente se colocava frontalmente contrário a isso. Porque a gente dizia: não, simplesmente... E quem falava muito isso eram os familiares de desaparecidos. A questão... O desaparecido, até hoje, não foi anistiado. E a gente colocava não só a anistia totalmente incompleta, como não houve pacificação. E a gente questionava inclusive a palavra pacificação. Porque alguns eram professores de história lá e... pacificação vem de Duque de Caxias, a medalha do Pacificador. Todos esses torturados receberam... a gente até dizia

assim: olha na biografia do fulaninho. Se ele recebeu medalha do Pacificador, cuidado, ele foi elemento de confiança da repressão. A gente já colocava em análise esse termo pacificação. Reconciliação também, a gente colocava em...questionando.

D.P. – Eu sei que é até complicado fazer uma análise do período de 79 hoje. Mas você lembra, por exemplo, quando saiu a lei da anistia...

C.C. – A gente perdeu.

D.P. – Pois é. Mas o grupo que você discutia, era de perda ou de vitória?

C.C. – Perda. Perda.

D.P. – Você tinha claro isso, que era perda. Mas você foi receber o pessoal no aeroporto?

C.C. – É. Sim, fui. Fui. Alguns amigos meus, eu fui receber.

D.P. – Mas aquelas chegadas célebres, de Arrais, Brizola...

C.C. – Arrais não. Arrais, não fui.

D.P. – Prestes.

C.C. – Prestes, fui. Prestes, eu estava lá, porque eu tinha carinho especial pelo Prestes.

D.P. – Betinho.

C.C. – Betinho. O Gabeira. Gabeira, eu estava lá.

D.P. – Porque era uma coisa. A gente ia para aquelas coisas assim. Era bem emocionante aquela chegada.

C.C. – Muito. Muito. Mas o sentimento... Porque era um sentimento assim. Porque a sensação que eu tinha era que eu nunca mais... durante o período da ditadura, era como se eu nunca mais fosse ver esses meus amigos, esses companheiros que estavam no exterior. Eu nunca mais vou encontrar com eles. Wilson, quando Wilson chegou, também. E, realmente, o reencontro com essas pessoas foi... Mas a sensação que tinha era nós perdemos, por cinco votos. A anistia que a gente queria, ampla, geral, irrestrita, ela perdeu. Ganhou a anistia do

governo. Anistia consentida, era o que a gente dizia. A gente usava muito aquele termo do Hélio Silva: anistia fardada. A gente usava muito esse termo. Anistia fardada. Quer dizer, o sentimento que a gente tinha, que a gente sempre defendeu, desde o início do *Tortura Nunca Mais*, é que a gente foi derrotado.

D.P. – Não. Na época do *Tortura*, eu sei. Mas eu estou dizendo em 79, você acha que já tinha isso?

C.C. – Já. Já tinha. Tanto que as pessoas que vão para o *Tortura Nunca Mais*, o que unia essas pessoas era esse sentimento. Eu acho que foi isso que... Acho não. Foi isso que fez com que a gente se reunisse e o grupo conseguisse uma coesão muito grande.

A.M. – E havia uma interlocução muito grande com os familiares de mortos e desaparecidos nesse momento? Alguns compunham esse grupo *Tortura Nunca Mais*?

C.C. – Sim. Foi interessante. Compunha. Era interessante. Tinha mais familiares de morto e desaparecido do que ex-presos políticos. Até hoje. É interessante isso. Muito interessante.

D.P. – É mesmo? Tinha mais?

C.C. – É. Sempre teve. Desde o início. Desde o início. E mulheres. Os homens são poucos, até hoje.

A.M. – Mães, irmãs...

C.C. – Mães, irmãs, filhas. A grande maioria sempre foi familiar de morto e desaparecido. A minoria é de ex-presos políticos. É interessante isso.

D.P. – A primeira presidente...

C.C. – A primeira presidente foi a Flora Abreu. O segundo foi Moraes. A terceira fui eu. Depois voltou a Flora, depois voltou eu, depois foi a Elizabete Silveira, que era familiar de um desaparecido do Araguaia, depois voltou eu. Agora é Vitória Grabois. Quer dizer, familiar de desaparecido também. Três desaparecidos da guerrilha do Araguaia. E Flora se afastou, isso já há quatro anos, porque Flora está doente, aquele negócio... hepatite C, então... E as pessoas foram se afastando, alguns morrendo...

D.P. – E ainda tem familiares de mortos e desaparecidos? Não. São presos.

C.C. – Não. São presos. Alcir adoeceu também. Alcir morreu já. Muito doente, com Parkison. Moraes foi um dos primeiros a morrer também. Moraes tinha hepatite C. E hoje eu sou a única fundadora do grupo que está lá no... Outro dia me dei conta disso, conversando com o pessoal da Comissão Estadual da Verdade. A primeira vez que eles foram me procurar, conversando com o... como é que é? Ô meu Deus. O nome daquele... eu gosto muito daquele professor de direito da PUC. Dornellas. Eu olhei para o Dornellas, “Dornellas, eu sou a única sobrevivente. Só tem Flora e eu, e Flora está afastada. Só tem eu. Eu sou a única fundadora do *Tortura Nunca Mais* ainda viva”. Aí que a Iara Xavier Pereira, que eu discordo... Amo a Iara, tem um carinho grande por ela, mas discordo das posições que ela toma com relação à Comissão Nacional da Verdade. Ela, outro dia, me telefonando, falou: “Cecília, você tem que depor. Você tem que falar tudo que vocês fizeram”. Disse assim: “Pode ser o momento aqui, né, da gente falar, todos os trabalhos que o *Tortura Nunca Mais* fez. Foi coisa *pra* caramba, ao longo desses vinte e nove anos”. “Mas Cecília, isso tem que ser gravado, Cecília, isso tem que ser registrado”.

A.M. – Cecília, a lei de anistia previa, no artigo sexto, a emissão de uma declaração de ausência, com relação às pessoas que se encontravam desaparecidas e envolvidas com atividades políticas, e o familiar poderia requerer uma declaração como essa. Vocês problematizavam essa questão?

C.C. – Sempre. Sempre problematizamos isso. Alguns familiares, inclusive, pediram isso. E nós criticávamos. A gente achava que não devia pedir isso, porque isso era o reconhecimento de que o Estado não era responsável por esse desaparecimento. Foram poucos os familiares que entraram com esse pedido. Muito poucos. Eu não sei como é que essa discussão se deu no CBA. Isso aí eu não sei como é que se deu. No *Tortura Nunca Mais*, quando a gente começou, já algumas pessoas já tinham pedido. E a posição era: não deveríamos pedir. Porque aquilo era um atestado de morte presumida, na realidade. O que a gente dizia. Aquilo é um atestado de morte presumida. Aquilo não é atestado de óbito. O Estado não se responsabiliza por isso. Mesmo depois, quando eles... pela Lei 9.140, de Fernando Henrique Cardoso, quando eles emitem o atestado de óbito, a gente continua dizendo que aquilo ali é um atestado de morte presumida. Porque o atestado de óbito diz assim: “vide Lei 9.140/95”.

Ou seja, não diz onde, quando, quem, as circunstâncias. Que é uma luta, em termos de América Latina, que a gente acompanhou. A gente não inventou isso. A gente acompanhou muito a luta, principalmente, das *madres* da praça de Maio, que foi muito um exemplo para gente, desde o início. Tanto que a Comissão Sábato tem influência no nome do grupo. A gente ia muito, fazia muito intercâmbio com o pessoal da Argentina. Da América Latina de um modo geral; mas, principalmente, as *madres* e as *abuelas*, desde o início da criação do grupo. E uma das coisas que a gente até questionava delas, quando veio a Lei 9.140, que elas são contra qualquer tipo de reparação, são contra a questão de memoriais, e a gente sempre dizia não. Esse ponto a gente discordava um pouco. A gente... é importante, sim, colocar nome de ruas, de praças, de avenidas, colocar nome de creches, de escolas. E a gente conseguiu isso no governo Marcelo Alencar. Acho que valeria a pena a gente até registrar isso mesmo. Então a gente, desde o início, a gente já colocava que aquilo que a lei de anistia... esse atestado de ausência era um... não era um atestado de óbito. E a gente queria um atestado de óbito. Coisa que a gente ainda quer hoje.

D.P. – Mas por exemplo. Em alguns casos...

C.C. – Para herança, não sei que. Era o argumento que alguns usavam.

D.P. – Viagens com filhos. Até foi o argumento aqui usado pela... Em determinadas circunstâncias... Tem até o caso, bem dramático, da mulher do Mário Alves, que...

C.C. – Da Dilma.

D.P. – Da Dilma. Que ia perder os dedos, precisava fazer uma cirurgia, o marido precisava autorizar, não tem marido... Enfim. Tinham que mostrar que ela era... Nem nesses casos você achava que não?

C.C. – Não. A gente achava que não. Cada caso é um caso.

D.P. – Sim. Mas em tese, vocês eram contra.

C.C. - Em tese, a gente era contra. Por exemplo, questões de herança, não sei que, não sei que lá. A gente... não.

D.P. – Questão de separação, que era muito comum também, as pessoas quererem, oficialmente, ter a separação.

A.M. – Não. A gente colocava assim: é uma questão política isso. Isso para nós é uma questão política. Agora isso é uma questão de foro íntimo. Eu acho que cada um... E a gente não era... Porque a gente já tinha vindo de uma crítica, todos nós, de uma crítica grande às organizações que a gente tinha pertencido. Eu, ao PCB, as pessoas, a outras organizações, que tinha essa coisa muito verticalizada, hierarquizada, centralizada. Então é uma coisa que a gente levantava. Isso é um argumento político, de o Estado não assumir esses desaparecimentos. A gente tem que tomar cuidado com isso. Isso não é atestado de óbito.

A.M. – Isso é uma demanda freqüente, apresentada por vocês desde o início do *Tortura Nunca Mais*.

C.C. – Isso. Agora tem casos, como... Ana Muller deve ter contato vários aqui.

D.P. – É. São detalhes assim de casos que...

C.C. – E que são, eu acho que são casos específicos, que a gente não... A gente, por exemplo, a gente questionava as *madres* pela dureza delas.

D.P. – E por que vocês aceitavam? Achavam que era reparação? Qual era essa discussão?

C.C. – Que era uma forma do Estado... A gente aí, eu pegava Foucault e citava Foucault. Ou seja, o Estado capitalista, ele só vai reconhecer a responsabilidade dele quando ele paga. Mesmo que esse pagamento seja um pagamento ínfimo. Mas é uma forma de reconhecimento político. É uma das coisas que a gente defendia. É um direito sim. Mas que se fique nisso. Tanto que a gente dizia, quando veio a 9.140, a gente dizia: é uma lei perversa, que coloca o ônus da prova nas mãos dos familiares; que os arquivos continuaram fechados. Quer dizer, você é que tinha que provar que o teu familiar estava preso. Não era o Estado que o prendeu. A Lei 9.140 é limitadíssima. A gente, desde o início, fez críticas à lei, quando ela surgiu. Fizemos pressão para que essa lei fosse mudada. Fizemos a tal reunião com José Gregori em São Paulo, vários familiares de mortos e desaparecidos, muitos familiares de mortos e desaparecidos, onde... em que ano foi isso? A lei é de 95, dezembro de 95. Foi em 95. Foi um pouco antes da lei ser assinada. Uma reunião enorme lá no... com Belisário, Belisário dos

Santos é o nome dele. Era ligado à arquidiocese de São Paulo, à Comissão de Justiça e Paz. Onde a gente estava querendo que a lei pudesse avançar um pouco mais, porque a gente sempre achou a lei extremamente... principalmente nessa questão de que o ônus da prova cabe ao familiar. A questão da reparação, a gente não estava se incomodando, não era o ponto principal. Tanto que, a questão de reparação, a gente tomava...sempre tomou, “nós não vamos nos meter nisso”. O grupo *Tortura Nunca Mais* sempre dizia. “Ah. Não chegou a minha reparação. O meu processo...” – “Você veja. *Tortura Nunca Mais* não vai ver isso”.

D.P. – Agora conta, então, um pouquinho dos bastidores dessa lei como é que foi. Você já falou. Teve essa reunião com Gregori. Mas foi um longo percurso? Como é que foi?

C.C. – É. O José Gregori foi o primeiro secretário... Foi feito o Plano Nacional de Direitos Humanos, o primeiro plano nacional de direitos humanos, com Paulo Sérgio Pinheiro. Eu, nessa época, era orientanda do Paulo Pinheiro.

D.P. – Você era orientanda dele?

C.C. – Fiz o meu pós-doc com ele, lá no Núcleo de Estudos da Violência, da USP. Brigávamos pra caramba. Foi até gozado. Num encontro da UPU, botaram eu e o Paulo Sérgio na mesa. Foi até a *Folha de São Paulo* para lá. E eu brigando. Com todo o respeito que eu tenho ao meu orientador, eu discordo dele. Outro dia, eu falei isso para ele na Comissão Nacional da Verdade. Ele disse: “Você continua a mesma.”. E então eles fizeram, eu lembro que eu acompanhei, a gente acompanhou isso, o Plano Nacional de Direitos Humanos, primeiro plano, e...

D.P. – Mas quando foi criada a Secretaria, vocês chegaram a discutir isso?

C.C. – Não. Não. A Secretaria foi criada, e a gente não...

D.P. – Não tinha nenhuma participação.

C.C. – Não tive nenhuma participação. Tanto que na discussão do primeiro plano, também, nós questionávamos isso, questionávamos que tinha ficado... O Paulo Sérgio dizia: não, porque as entidades foram ouvidas. Eu digo: não foi. O *Tortura Nunca Mais* não foi ouvido, por exemplo. Isso ficou só no grupo de estudos da violência da USP. Isso não foi levado a

discussão, esse primeiro Plano Nacional. Eu tenho até um artigo sobre isso, que eu ligo o primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos à Lei 9.140. Eu faço uma ligação disso. Que foi até publicado pelo Conselho Federal de Psicologia. Que, anos depois, eu fui chamada para coordenar a primeira comissão de direitos humanos, no Conselho Federal de Psicologia. E aí a gente fez... Foi na época que a gente estava nessa discussão. Onde eu fiz, justamente, a ligação entre a Lei 9.140 e esse primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos, mostrando, inclusive, que o primeiro plano não passou de uma carta de boas intenções. É... E é tanta coisa, não é, menina? Nossa!

A.M. – É muita coisa. A gente ainda vai voltar um pouquinho. Mas é criado o *Tortura Nunca Mais* e vocês se articulavam e tinham uma série de projetos. Vocês apresentavam formalmente essas denúncias?

C.C. – Apresentávamos.

A.M. – Poder Executivo, Poder Legislativo...

C.C. – Apresentávamos. Por exemplo, uma das coisas que a gente fez, a gente começou – fulano de tal mora no Ceará, beltrano de tal mora no Pará – a gente começou a mapear vários ex-presos políticos e familiares. E começamos a fazer encontros anuais. Grupos *Tortura Nunca Mais* em entidades congêneres. A gente começou a fazer encontros anuais, onde a gente incentivou a criação de vários grupos *Tortura Nunca Mais*. Nós fomos o primeiro. Depois apareceu em São Paulo, depois apareceu em Pernambuco, depois apareceu em Minas Gerais, com Helena Greco, que hoje é Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania; inicialmente era movimento *Tortura Nunca Mais* de Minas Gerais. Então a gente fazia isso, incentivando; e fizemos, em cima das pesquisas que a gente começou a fazer no arquivo do DOPS com o Nilo Batista... No segundo governo Brizola, o Nilo permitiu que a gente entrasse no Instituto Médico Legal, onde a gente fez uma pesquisa monstruosa, que também está toda digitalizada pela OAB e está aberta para quem quiser.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

C.C. – Onde é que eu estava?

A.M. – Na organização de... outros grupos do *Tortura Nunca Mais* pelo Brasil.

C.C. – De outros grupos do *Tortura Nunca Mais*? Ah sim. O Nilo Batista, a gente tinha informação... Isso foi em 89-90. A gente começou efetivamente em 91 a pesquisa. Mas a gente começou a ter informação de que o cemitério Ricardo de Albuquerque, que é um cemitério de periferia, teria pessoas enterradas como indigentes ali. E aí a gente foi conversar com Nilo Batista.

D.P. – Que na época era o?...

C.C. – Que na época era vice-governador, no segundo governo Brizola. O Nilo Batista foi nosso primeiro assessor jurídico. Quando o grupo *Tortura Nunca Mais* surgiu, o Nilo Batista esteve sempre muito conosco e foi o nosso primeiro assessor jurídico. Depois se afastou, por causa da questão do governo e tudo mais. Apesar do Brizola ter dito que nós éramos a esquerda festiva, não sei que, o Nilo teve uma postura muito digna e muito ética conosco. E nós fomos conversar com o Nilo. E o Nilo permitiu, deu uma ordem para que a gente entrasse no IML. A gente era recebido no IML com arma em cima da mesa. Porque o IML é ligado à Secretaria de Segurança Pública. Eu lembro que no dia que a gente entrou lá, em 91, (não lembro o mês, mas isso tem escrito) o Romildo do Valle, irmão do Ramires Maranhão do Valle, que é um desaparecido político, o Romildo que dizia: “eu soube que o meu irmão foi enterrado aqui como indigente”. Aí a gente... O primeiro dia que a gente entrou no IML...Isso eu conto até no vídeo. Ah. Vocês tinham que ter o vídeo do *Tortura Nunca Mais, Memória para uso diário*, que é um vídeo que a Comunidade Europeia fez, com dinheiro da Comunidade Europeia.

D.P. – Ah é?

C.C. – É. Que a gente não teve influência na feitura do vídeo.

D.P. – Está no YouTube?

C.C. – Eu acho que está. Não sei. *Memória para uso diário*, da Beth Formagini. A diretora é Beth Formagini. Se não, a gente tem cópia lá no grupo, a gente passa para vocês. Mas eu acho que deve estar. Não sei. Eu não tenho computador, minha filha, não sei. (ri) Então a gente... o Romildo disse assim: “abre aí outubro de 1973. Cecília, pega – eram uns livros

grandes, velhos, alguns caindo aos pedaços, a imprensa a nossa volta... E aí nós abrimos e aí a gente vê: “27 de outubro de 1973. (Nunca mais esqueci.) Um desconhecido, um desconhecido, um desconhecido, uma desconhecida. Local: praça Sentinela, Jacarepaguá”. Romildo: “É meu irmão.” Eu digo: “calma, Romildo”. Aí ele dizia assim: “Calma, Cecília”, eu dizia: “Calma, Romildo. Vamos, amanhã, verificar. A imprensa está aqui.” Ele disse: “Cecília, é, só pode ser. Meu irmão foi morto com... (é um outro desaparecido, que eu esqueci o nome. Era o pessoal do PCBr.) Ranússia, que era a desconhecida, era a única que não estava - incendiado. Eram os três carbonizados. E a mulher do lado de fora metralhada.

D.P. – O laudo dizia o quê?

C.C. – Dizia assim: um desconhecido; local: praça Sentinela, Jacarepaguá; carbonizado. Desconhecido... A gente descobriu coisas do arco da velha naqueles coisas. Porque tinha alguns que tinha assim do lado: SVO. Subversivo. SVO. Escrito desconhecido.

D.P. – Então, eram esses três desconhecidos e uma metralhada?

C.C. – E uma metralhada.

D.P. – Ranússia estava metralhada?

C.C. – Não, não era metralhada, não.

D.P. – Baleada?

C.C. – Baleada. Baleada.

D.P. – E dizia o destino?

C.C. – Dizia local onde foi encontrado o corpo. Praça Sentinela, Jacarepaguá. Entrou no IML no dia tal e saiu no dia tal, como indigente...

D.P. – Para onde?

C.C. – Para Ricardo de Albuquerque. Tinha entrada e tinha saída. Era um livro... são livros imensos. Não sei se ainda são. Tinha o nome ou desconhecido, mais ou menos a idade, sexo, idade, local onde tinha sido encontrado o corpo, data da entrada no IML e data da saída e

como saiu, para onde foi. E aí estava Ricardo de Albuquerque. No dia seguinte, a gente chegou lá... Acho que ficamos meses fazendo aquela pesquisa. Toda manhã a gente ia para lá, para o IML. Eu lembro que era eu, Romildo... A Flora estava trabalhando muito. Eu estava afastada para fazer doutorado. Eu escrevia minha tese de doutorado de tarde e fazia a pesquisa do IML de manhã. Eu, influenciadíssima. Tanto que a minha tese de doutorado é sobre a psicologia e a ditadura. Então era a Cléa Moraes...

D.P. – A sua tese é que virou o livro.

C.C. – É. *Guardiães da Ordem*. Que não tem mais, não existe mais esse livro. Então eu sei que a gente... E a gente conseguiu também... A gente começou também a fazer... Porque o Romildo fez um trabalho de... Todos os desaparecidos e mortos que não tinham sido entregues, os corpos não tinham sido entregues às famílias, a gente tinha toda uma relação. E a gente tinha: morto no dia tal, ou: preso, mais ou menos, no dia tal. Então a gente começou a pesquisar em função do cruzamento desses dados. É preso, o dia que foi preso, a gente pesquisava. E a gente começou a pesquisar também fotografia de perícia de local no Instituto Carlos Éboli, que é ali do lado, que é ligado. E aí a gente descobriu... O Romildo reconheceu o irmão dele pelo... carbonizado – pelo queixo e pelo óculos. Que aí aparecem as fotos. A gente conseguiu muitas fotos. Tanto que depois a gente entrou, em cima daquela documentação, a gente entrou no Conselho Regional de Medicina aqui do Rio contra os médicos legistas, dizendo que aqueles laudos eram falsos. Porque eram as três versões oficiais da ditadura: morto em tiroteio, atropelamento, ou suicídio. O Roberto (Ciedo), por exemplo, estava *suicidado* no banheiro lá daquela cela.

D.P. – E no caso do Romildo, da Ranúsia, Ranúsia baleada, qual era a causa de morte dessas pessoas?

C.C. – Aí a gente conseguiu pegar as necropsias. Nas necropsias trazia: carbonizado. Na Ranúsia dizia: ferimento de bala, não sei que, entrou por aqui, saiu por ali –, mas não descrevia nada de tortura. Nenhum deles. Escoriações, não sei que... Mas... E aí tem um laudo na necropsia, tem um item na necropsia, que é o item 4. Fiquei até especialista nisso. Nunca estudei medicina forense. Um item 4, que dizia assim: a morte foi ocasionada por envenenamento, não sei que, ou algum meio degradante ou cruel. E aí eles respondiam: prejudicado.

A.M. – Ou seja, nada naquela avaliação ali...

C.C. – Eles não respondiam. Era nisso que a gente se baseava para dizer que aquele laudo era falso. Porque em alguns casos eles descreviam as escoriações. Por exemplo, Marival Chaves, que foi da ALN. Marival Chaves é aquele torturador da... Merival Araújo. Era um estudante da ALN que foi preso. A foto é uma coisa impressionante. Falta pedaços no Merival. Falta pedaços. A gente está vendo que ele foi tor... A sensação que a gente tinha é que alguns fotógrafos...

D.P. – Quiseram talvez...

C.C. – Sei lá. Eles pegavam os detalhes. Porque aquilo ali foi fundamental para desconstruir as versões oficiais. A gente dizia, parece até que o cara era de esquerda, parece que o cara estava registrando aquilo para a História.

A.M. – Produzindo uma prova.

C.C. – É. Isso a gente tem, inclusive, lá. A gente levou para um seminário internacional, mostrando essas marcas de tortura e desfazendo as versões oficiais. E foi terrível, porque, a cada um que a gente encontra... Eu me lembro que...

D.P. – Vocês iam por aproximação pela data?

C.C. – Pela data da prisão ou data do desaparecimento ou data da morte. Por exemplo, Lincoln Bicalho Roque, que foi meu amigo da faculdade. O Lincoln Bicalho Roque, que foi PC do B, o Lincoln, ele foi preso, e a gente sabia o dia que ele tinha sido preso e o dia que o corpo dele apareceu no Pavilhão de São Cristóvão. Só que a gente sabia que o Lincoln não usava arma; e foi colocado como morto em tiroteio. E a gente tinha depoimento de pessoas que o Lincoln foi preso em São João de Meriti. Então, todas essas informações a gente ia cruzando, mostrando, inclusive... as fotos do Lincoln são também fotos terríveis. Eu lembro que quando eu vi, Moraes chegou com a... eu digo: isso é o Lincoln. Era cada choque que a gente levava...

D.P. – A foto que o fotógrafo do...

C.C. – De perícia de local, do Instituto de Criminalística.

D.P. – O rosto deformado, mas você reconhecia.

C.C. – Dava para reconhecer. O Lincoln, dava para reconhecer. E alguns outros, dava para reconhecer. Aurora Maria do Nascimento Furtado, por exemplo, que eu conhecia, foi estudante de psicologia da USP, a Aurora estava... usaram a coroa de Cristo nela. A gente vê claramente o crânio afundado de Aurora, toda roxa, dada como morta em tiroteio. Até perto da casa em que eu morava, lá no Méier. Então foi uma coisa dolorosa aquela pesquisa. Mas ali a gente conseguiu, pelo menos, identificar quatorze enterrados como indigentes no cemitério Ricardo Albuquerque.

D.P. – E a cova, para chegar lá? Por exemplo, saber onde Romildo (Ramires) estava.

C.C. – Pois é. Aí fui eu, Romildo, Cléa e Moraes. Eu lembro que a primeira vez que a gente entrou no cemitério Ricardo de Albuquerque, eu digo: “Romildo, a gente ainda vai entrar aqui com a imprensa, botando para quebrar, meu filho.” Aí fomos no livro do cemitério. Um irmão da gente, meu sobrinho... era sobrinho de Cléa, era irmão de Romildo, era meu primo, sei lá, a gente inventou uma família lá. Estávamos atrás do irmão de Romildo que tinha desaparecido. Ele veio para o Rio, não sei que, estava morando aqui com meus tios... Inventamos uma história. Não constava nada. O que estava no IML não constava no livro do cemitério. Aí a gente... Não constava. Aí a gente começou a andar pelo cemitério. Eu digo: “vamos perguntar quem é o coveiro mais antigo”. Para ter informações. Aí a gente pegou um velhinho. Já até morreu o velhinho. Era um negro. E aí ele disse: “Ah. As pessoas, naquele período, eram enterradas ali, como indigentes” – mostrou o final do cemitério – “Mas depois foram trazidas aqui para um...” como é que chama, gente?

D.P. – Vala comum.

C.C. – Não. Vala comum foi depois. “Para um ossuário. Mas aí tinha muita... era muita gente...” E aí a gente viu que, naquela época, era também o pessoal do Esquadrão da Morte. Pobreza, Esquadrão da Morte. “Aí se abriu uma vala. Se pegou todos os ossos desse ossuário, se colocou na vala”. “Aonde é a vala?” A vala, já tinha construído gavetas em cima da vala. Estavam várias gavetas já de...

A.M. – Jazigos.

C.C. – Jazigos. Aí a gente foi falar com Nilo Batista. Aí o Nilo conversou com Zarur, aquele filho da... aquele cara da Santa Casa de Misericórdia. Aí fomos para a Santa Casa de Misericórdia pegar os óbitos. E aí, gente, tinha óbito assim, atrás do óbito: desconhecido.

D.P. – Por que a Santa Casa de Misericórdia?

C.C. – Porque a Santa Casa é que administrava os cemitérios do Rio de Janeiro. Ela era a administradora. Era. É. Sei lá se ainda é.

D.P. – Então, para enterrar alguém, mesmo como indigente, tem que ter um atestado de óbito.

C.C. – Tem que passar pela Santa Casa. O óbito é dado e fica lá, arquivado, na Santa Casa. Aí ia eu, Moraes e Cléa para a Santa Casa. A gente até mexia com a Cléa. “Cléa, o Zarur está te olhando diferente”. Moraes ficava por conta. Moraes morria de ciúme da Cléa. Aí a gente conseguiu os óbitos. Em alguns óbitos estava atrás assim: terrorista, inimigo da pátria.

D.P. – No óbito tinha isso?

C.C. – No óbito. Com a mesma letra que estava, na entrada do IML, SVO. Era o mesmo tipo de letra. Tem fotos. Na época, o *Globo* tirou fotos da gente mostrando as... E o Zarur com mal humor, com uma má vontade assim, só porque... E quando a gente resolveu fazer a denúncia já era governo Marcelo Alencar, já não era mais Nilo Batista e não era Brizola. E aí nós fizemos, e a Santa Casa ficou por conta. A gente teve força, no sentido de fazer a denúncia, e eles tiveram que tirar aquelas gavetas de lá. Tiveram que falar com os familiares.

D.P. – É mesmo?

C.C. – Foi. Nós fizemos um trabalho de exumação. Aí nós chamamos a equipe argentina de antropologia forense. Não tínhamos um tostão. Nunca tivemos. Aí é outra questão. O grupo nunca foi financiado por ninguém. A gente nunca aceitou financiamento, nem federal nem municipal nem estadual. De ninguém. E nós fizemos contato com Clyde Snow, que morreu há pouco tempo, um velhinho, que criou...era um médico forense americano que criou várias equipes. E essa equipe da argentina foi a que descobriu, inclusive, os restos mortais do Guevara numa pista de pouso de avião, na Bolívia. E eles estiveram duas vezes no Brasil. Era

a época que eu estava afastada da universidade para fazer o doutorado, então, depois do IML, eu fui para escavar. Até aprendi a escavar, minha filha, fazer umas escavações.

D.P. – Vocês mesmos que escavavam?

C.C. – Não. Eles é que iam. Aí a gente fez contato com o Conselho Regional de Medicina, que nos indicou dois médicos para nos ajudar. Tudo sem nenhum pagamento. O Conselho nos apoiava, nos acolhia muito, mas ninguém dava dinheiro. E uma antropóloga da Uerj, Nancy Vieira, que nos acompanhava. E a Biga estava, na época, na OAB, Abigail Paranhos, então a Abigail ia sempre lá. Porque a gente retirava as ossadas e tinha que fazer o registro na delegacia de Ricardo de Albuquerque. E era um...

D.P. – Mas os familiares dessas pessoas, eles aceitaram que vocês mexessem nessas gavetas? Eles sabiam?

C.C. – Não. Aceitaram. A Santa Casa. Eu não sei como a Santa Casa tratou disso. Eu sei que teve um dia que a vala foi aberta. Que o Marcelo Alencar chegou primeiro que a gente porque ele foi de helicóptero. Nós pegamos um engarrafamento... (ri)

D.P. – Porque essas coisas eram de cimento. Teve que...

C.C. – Eles tiveram que acabar. Acabaram. Eles tiraram aquelas gavetas. Hoje tem memorial lá, que vocês poderiam ir lá e fotografar. Tem memorial lá, no lugar das gavetas, com o nome dos quatorze. Sem nenhum apoio governamental. Esse memorial foi feito pelo Carlos Alberto, quando Carlos Alberto Muniz era subprefeito. Tanto que eu disse: “Se o cara aparecer lá, não me responsabilize pela fala dos caras. Pela fala de ninguém”, falei para o Muniz. Tanto que o homem não foi. O Muniz esteve lá, fez um discurso bonito. Tinha inclusive o Mario Prata. Não sei se você conheceu Mario Prata. Mário Prata está enterrado lá. Que era muito amigo de Muniz, foi muito meu amigo também.

D.P. – Que era casado com a Marilena.

C.C. – Justamente. Com a Marilena Villas-Boas. Então eu sei... É uma coisa impressionante. Lembrando disso, é um...

D.P. – E o Ramires está lá?

C.C. – Ramires está. Ramires, Ranússia, Almir Custódio de Lima.

D.P. – Sim. Aí vocês começaram a escavar.

C.C. – E aí a gente conseguiu via Conselho Regional de Medicina que esses... Não. Conseguimos via governo do Estado, que aí Marcelo Alencar ficou todo interessado, foi lá, no dia da abertura estava lá, chegou primeiro que a gente, porque ele pegou o helicóptero e a gente pegou um engarrafamento terrível na avenida Brasil. Moraes, por conta da vida. Eu sei que a gente começou a colocar no IML de Campo Grande. Só que a gente descobriu que o IML de Campo Grande, o diretor era um dos médicos que a gente estava processando. Aí fizemos um escândalo. Vamos tirar do IML essas ossadas. Que a gente tirava, registrava na delegacia, levava para lá, para a equipe poder... A gente pegava ossos longos e crânios, que era para facilitar, porque estava tudo misturado. E desde o início a equipe falou: vamos retirar um certo número, mas a gente está achando que não vai dar para identificar, porque os ossos estão em muito mau estado. Porque era uma região muito, muito úmida. E muito misturado. Diferente de Perus. Em Perus, eles estavam ensacados. Perus, eles estavam íntegros. Coisa que aqui no... O cemitério de Perus, em São Paulo. Que foi mais ou menos na mesma época. Foi um pouco antes. Perus foi na época de Luiza Erundina prefeita. Eu estava fazendo o meu início de doutorado lá. Aí eu sei que a gente... a gente levou para o Hospital Geral de Bonsucesso, que ficou lá até a pouco tempo. Até o ano passado ficou lá. Porque só o ano passado que a gente conseguiu construir o memorial. Aí foi lá no Hospital Geral de Bonsucesso, porque o Conselho de Medicina, o diretor do Hospital Geral de Bonsucesso era do Conselho, era conselheiro, o Diniz, dr. Diniz, que nos apoiou muito na época, e era lá, inclusive, que eles faziam os estudos, a equipe.

A.M. – Essa equipe argentina.

C.C. – A equipe argentina. E ensinou o pessoal, esses dois médicos forenses. Que eu esqueci o nome. Um era de Barra Mansa. Ele vinha de Barra Mansa. E a outra era uma... a Cristina, era de Macaé. Isso está tudo escrito. Foi lá que eles fizeram. Separaram crânios, ossos longos, etc. e tal, e vieram uma segunda vez. Já no final da primeira vez, eles disseram: “Vamos voltar, vamos deixar, não vamos mais fazer a exumação. Vamos deixar guardado aqui, tudo separado”. E eles voltaram uma segunda vez. E aí fizeram novos exames. E não dava nem para fazer exame de DNA. Porque o Romildo estava... A gente tinha contato com os

familiares. Inclusive, eles fizeram, a gente fez reunião no Cremerj com os familiares daqueles que estariam ali em Ricardo de Albuquerque e com os familiares dos mortos cujos corpos não tinham sido entregues. Porque o Mario Prata, por exemplo, é morto oficial. Mas o corpo não foi entregue à família. Então a gente... Eles, inclusive, questionário, eles distribuíram questionário às famílias, se tinha algum osso com alguma característica. Coisa mesmo de medicina forense. Eu lembro de várias reuniões que a gente fez no Conselho Regional de Medicina com os familiares e... E se chegou à conclusão de que não tinha como identificar. A gente identificou documentalmente. Ou seja, catorze estão... Catorze no mínimo. Outros até que poderiam estar ali, que a gente não sabe. Catorze estão enterrados ali como indigentes.

A.M. – Fazendo esse cruzamento da documentação do IML e da Santa Casa de Misericórdia.

C.C. – Isso. Isso. E aí eles calcularam, pela extensão da vala, pelo... , que seriam mais ou menos duas mil e cem ossadas que estariam ali. Pelo tamanho da vala, etc. e tal. Então esse foi um trabalho que a gente fez que foi importante. Que a gente só terminou no ano passado. Eu me lembro que tem a Cléa e a... já velhinhas, no filme, no filme da gente. As duas mexendo...

D.P. – A Cléa e?...

C.C. – A Cléa e a Lola. Já bem velhinhas. Porque o filme foi há uns cinco anos atrás. Elas ainda estavam vivas. E a Cléa diz assim: “A gente precisa enterrar eles. Eles precisam de um enterro.” Belíssima aquela cena do filme. Belíssima. Aí eu lembro que quando a gente enterrou...

D.P. – Cléa é a mãe da Sonia.

C.C. – Da Sonia Moraes.

D.P. – Cléa Moraes. Esse casal incrível.

C.C. – É. Só me lembro do Stuart.

A.M. – Cecília, como vocês tiveram a idéia de procurar a documentação no IML?

C.C. – Porque o Romildo tinha essa informação. E a gente já tinha tido a informação de que tinham cemitérios clandestinos. Tinham valas clandestinas. E aí a gente conseguiu encontrar. Que tinha alguns enterrados em Cacúia, na Ilha do Governador, que a gente não conseguiu pesquisar, e em Santa Cruz. A gente viu pelo documento. O (Ciedo), por exemplo, está em Santa Cruz, no cemitério de Santa Cruz. Pelo IML. A gente viu pelo documento. Então a gente começou a pensar, o Romildo já tinha ouvido falar, Ricardo de Albuquerque, a gente já tinha ouvido falar de Ricardo de Albuquerque. Foi quando a gente foi procurar o Nilo Batista. Tivemos vários encontros com ele, porque a gente precisava... Como a gente pode pesquisar isso? É no IML. Instituto Médico Legal. A gente foi também, depois, para o arquivo da Polícia Civil, que o Nilo abriu para a gente, para pegar registros de ocorrência, BO – Boletim de Ocorrência. Eu e um médico fizemos muito esse trabalho de BO no arquivo da Polícia Civil. Pouco encontramos lá. Muito pouca coisa. Então foram esses, foram o IML, Instituto Carlos Éboli, Santa Casa de Misericórdia e o arquivo da Polícia em termos de boletins de ocorrência.

D.P. – Paralelamente a isso, os arquivos das polícias estaduais estavam começando a ser abertos. Mas aí não tinha nada. Esse material é de outra natureza.

C.C. – Nadinha, nadinha. Não. É de outra natureza. E inclusive, quando em 92... Quando ganhou o Brizola no Rio de Janeiro, em 83, e Franco Montoro em São Paulo, os arquivos do DOPS de São Paulo e Rio de Janeiro foram para a Polícia Federal. Ficaram nas mãos do Romeu Tuma. Com muita mobilização nossa, em 92 foi que a gente conseguiu que os arquivos do DOPS de São Paulo e Rio de Janeiro voltassem para os governos de estado. Imediatamente a gente conseguiu acesso ao arquivo do DOPS. A gente nunca teve problema com relação a isso. Nunca exigiram nada. Todos os diretores que passaram por lá têm o maior respeito. Nós passamos a pente fino o arquivo do DOPS. Que era mais um outro, aqui do Rio de Janeiro. E desapareceu, por exemplo, os desaparecidos do PCB. É como se eles não tivessem existido.

D.P. – Não tem nem ficha sobre eles? Nem dossiê?

C.C. – Nem ficha.

D.P. – Davi Capistrano. Não tem a ficha?

C.C. – Não tem. A primeira... A gente não voltou lá.

D.P. – Isso é uma informação interessante.

C.C. – É importante. Até de ser ver como está isso hoje lá. A gente pegou o início.

D.P. – Vocês não conseguiram lá nenhum dos desaparecidos ou mortos.

C.C. – Vários. Vários.

D.P. – Porque todo mundo tinha uma vida antecedente.

C.C. – Não. Inclusive anterior, gente. Militância anterior, de prisão anterior. Desapareceu. Não havia nada. Eu não sei como isso está lá agora. Mas a gente passou de pente fino aquilo lá. Os arquivos estavam chegando, recém chegados do... quando a gente foi para lá. E foi assim, um compromisso de boca mesmo, de - não vamos divulgar, não interessa divulgar. Porque tem toda uma questão referente aos arquivos. Certas coisas não... A gente, por exemplo, descobriu lá um depoimento do Joel Vasconcelos. A Elza Joana se... Porque as mães têm uma coisa, mãe de desaparecido, no fundo, no fundo, elas ficam esperando que o filho possa estar desmemoriado, possa estar em algum local, possa estar isso.. Elza Joana pirou, quando a gente descobriu um depoimento do Joel no DOI-Codi.

D.P. – Isso vocês viram. O depoimento dele.

C.C. – Tinha lá, perdido no meio. Quer dizer, deve ter muita mais coisa, que a gente não pegou. A gente conseguiu cópia de todo esse material, que é o material que está aberto, que a gente mandou... mandou – a OAB digitalizou e está à disposição. Só que ninguém nunca nos procurou, nem a nacional nem a estadual. Mas sempre dissemos: está aberto isso aí. E a OAB digitalizou para a gente. E encaminhou para a estadual. Diz a OAB que encaminhou para a estadual.

D.P. – Mas qual é o material que vocês registraram esse negócio?

C.C. – Esse do arquivo do DOPS. Toda a documentação do arquivo do DOPS.

D.P. – Que diz respeito a quê?

C.C. – Que diz respeito a mortos e desaparecidos.

D.P. – Embora você não tenha encontrado o dossiê. Mas você tem algumas coisas.

C.C. – Sim. Algumas coisas têm. Tem, por exemplo...

D.P. – Sei. Não tem dossiê dos mortos e desaparecidos.

C.C. – Não. De desaparecidos tem pouquíssima coisa. Mas alguns mortos, tem bastante material. Inclusive depoimento das pessoas.

D.P. – Dos mortos. Encontrou de algum desaparecido?

C.C. – Encontramos Joel. Só encontramos o Joel.

D.P. – Na realidade, não é um dossiê, foi um documento.

C.C. – Um documento. Um depoimento dele.

D.P. – Isso é inacreditável. Estou impressionada com essa história.

C.C. – É mesmo? Você não sabia não? A gente, na época, divulgou isso. A gente disse: “os arquivos foram mexidos antes de serem entregues do governo do estado”.

D.P. – Não. Isso eu sei, que foi mexido.

C.C. – E a maioria dos desaparecidos...

D.P. – Nada. Claro que eu sabia que não tinha documentação recente. Mas eu...

C.C. – Eu não lembro, por exemplo, Davi Capistrano. Eu posso até olhar lá no... Está aberto para vocês. Se vocês quiserem ir lá, está aberto para ver o material que a gente tem lá.

D.P. – Porque eu achava que tinha documentação. Não que tivesse sobre a prisão dele. Isso eu sabia que eles tinham limpado. Mas eu achava que tinha a vida anterior. Davi Capistrano. 1940... 50, 60.

C.C. – Pois é. E está aí o José Veloso. Não tinha nada. O filme, inclusive, mostra. Está aí o José Veloso, que tinha... A gente conseguiu muitos anos depois, no Arquivo Nacional, um documentinho que dizia que ele tinha sido preso. Que é um desaparecido do PCB.

A.M. – Vocês chegavam nessa documentação do DOPS com uma relação de nomes de mortos e desaparecidos, em busca de qualquer documento deles.

C.C. – Sim. Foi praticamente junto. A gente começou o do IML primeiro. Depois fomos para o DOPS. Mas a gente estava com todas...já alguma coisa do IML já esclarecidas, quer dizer, já levantadas, e tentávamos pegar material do DOPS com relação a isso. A gente, inclusive, pegava de pessoas... As pessoas pediam: “pode pegar o meu?” A gente pegava. De pessoas vivas, inclusive, de vários ex-presos. E familiar. Os familiares abriram... Inclusive, a direção do Arquivo na época não pedia autorização, que eles normalmente pedem autorização do familiar, para você poder ter acesso à ficha do morto ou desaparecido. A gente sempre teve acesso. E sempre... Nunca publicizamos determinados depoimentos que estavam ali, que, realmente, são problemáticos.

D.P. – E essa lista? Como é que vocês foram construindo? Junto com o CBA, o Brasil Nunca Mais?

C.C. – Aí nós fizemos... Justamente. Tem uma lista do CBA. O livrinho vermelho. O Brasil Nunca Mais a gente usou para outra coisa. Para os médicos. Que é um outro lance. O CBA tem aquele livrinho vermelho sobre mortos e desaparecidos. É um livrinho vermelho feito no Rio Grande do Sul pela Comissão... pela Comissão do CBA do Rio Grande do Sul. Então nós... São Paulo, Pernambuco, Minas e Rio de Janeiro. São Paulo, já Susana, Amelinha, Criméia, Ivanzinho, Ivan Seixas já estavam pesquisando no arquivo do DOPS de São Paulo. Estavam pesquisando Perus. Foi muito paralelo a coisa, muito junta. Nós, no Rio, começamos a pesquisar o arquivo do DOPS de... Pernambuco... Aí Susana foi para o Paraná, conseguiu alguma coisa do arquivo do Paraná. A Amparo conseguiu bastante material de Pernambuco. A Helena Greco conseguiu coisa no arquivo de Minas, no DOPS de Minas. E aí a gente resolveu fazer um dossiê de mortos e desaparecidos. Então a gente... Eu lembro que eu fiquei até dura de coluna. Eu fazia o dossiê com aquele negócio *aqui*, com aquele golão...

D.P. – Colete?

C.C. – Colete, é. De tanto ficar sentada escrevendo tese e fazendo o dossiê. Então pegamos todo o material do arquivo do DOPS, material do IML, a gente juntou isso, e todos os mortos e desaparecidos do Rio de Janeiro, nós ficamos responsáveis, o grupo *Tortura Nunca Mais*. Foi aí que eu introduzi, entre outras mortes, o nome do Antonio Carlos, que tinha morrido no primeiro de abril de 64, na Fenefi. A gente organizou. Era governo de Miguel Arraes em Pernambuco, conseguimos fazer a impressão por Pernambuco. E foi esse livro que a gente entrou para o José Gregori.

D.P. – Como é que chama esse livro?

C.C. – Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos. Não tem mais cópia. Temos lá todo o...

D.P. – E é assinado pelo *Tortura Nunca Mais*?

C.C. – Pelo *Tortura Nunca Mais*. Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

D.P. – Essa lista acrescenta à lista que o CBA já tinha feito?

C.C. – Já. Acrescenta muita coisa. Muita coisa. Muita coisa.

D.P. – E essa lista hoje, ela é mais acrescentada ainda.

C.C. – E essa lista depois, essa lista, esse dossiê serviu de base para o livrão grossão que o Vanuque fez sobre memórias, verdades, aquele livrão grossão. Foi o que serviu de base.

D.P. – Você sabe se depois dali se descobriu mais coisa sobre alguns desaparecidos e mortos?

C.C. – Depois do Vanuque, não. Não. Eu sempre digo, é uma lista em aberto. Eu sempre digo, esta é uma lista em aberto. Na época, nós descobrimos... Foi impressionante. Nós descobrimos um processo, no arquivo do DOPS, do irmão do Pedro Aleixo, o Alberto Aleixo, que era um gráfico do PCB, que nunca constou em lista nenhuma.

D.P. – E ele é morto?

C.C. – É morto. Morreu, inclusive, no Hospital do Exército. A gente conseguiu todo o processo dele no... E aí eu lembro que a filha dele...

D.P. – Irmão do Pedro Aleixo?

C.C. – Irmão do Pedro Aleixo. Fizemos contato com o filho do Pedro Aleixo que é médico... que é padre, em Brasília. Depois eu soube que ele... Outro dia eu vi que ele é fundador daquele partido...

D.P. – Isso está em alguma lista?

C.C. – Não. Isso não está em lugar nenhum.

D.P. – Por quê? A família não quer?

C.C. – Não. Ele entrou na lista. O Alberto Aleixo entrou. Está, está na lista. Estou pensando que essas coisas todas a gente nunca publicizou. Publicizou, mas não está registrado, esses detalhes que eu estou falando.

D.P. – Pedro Aleixo?

C.C. – Irmão do Pedro Aleixo. Era um gráfico do PCB. Alberto Aleixo. Que tem uma filha chamada Estalínia. E que o irmão do Pedro Aleixo... filho do Pedro Aleixo, que é padre, que é um dos fundadores desse PSC, não sei que Cristão, (outro dia que vi o nome dele) ele fez contato conosco, quando soube, e fez questão de conhecer a prima, a Estalínia. Ele veio de Brasília. É um padre. E a gente conseguiu inclusive encaminhar o nome dele, para a família receber reparação. A gente conseguiu o nome de uma moça, Neide, que a filha foi procurar, e ela olhou para uma das fotos...de quem era, gente? É um cara do Partidão. Do PCB. Não me lembro o nome. Ela disse: “Mas eu conheço esse cara. Ué. Esse cara ficava lá em casa.” Então a gente começou com a questão da comissão de reparação, com a Lei 9.140, muita gente apareceu no *Tortura Nunca Mais*. Muita gente, não conseguimos nada. Ou talvez nem fosse. “Ah. O meu pai desapareceu em 70, 71, 72” Tinha muito caso assim. Muito caso assim. E o arquivo do DOPS ajudou muito nesse sentido.

A.M. – À elaboração...

C.C. – À elaboração desse dossiê e também para a questão da reparação, que veio depois.

A.M. – Esse dossiê, ele é publicado em?

C.C. – O dossiê é publicado antes de 95. Ele é publicado acho que em 94, em Pernambuco. E ele é entregue em 95 ao José Gregori, quando a Lei 9.140 estava sendo discutida. E a gente queria ampliar essa lei

D.P. – Você vai lá entregar também?

C.C. – Nós fomos. Nós fomos, inclusive fizemos uma manifestação na porta do Planalto, quando o Fernando Henrique Cardoso estava assinando, com presença da Eunice Paiva.

D.P. – Está assinando o quê?

C.C. – Estava assinando a Lei 9.140 na presença da Eunice Paiva. E a gente fazendo manifestação do lado de fora do Palácio do Planalto. Nós e vários familiares. O pessoal de São Paulo, Pernambuco.

D.P. – Vocês com faixa?

C.C. – Com faixa dizendo, é.

D.P. – Dizendo o quê?

C.C. – O ônus cabe ao Estado. O ônus não cabe...

A.M. – Vocês não tinham conhecimento, então, do conteúdo da lei.

C.C. – Já. Quando ela foi assinada, a gente já tinha. Tanto que ela foi assinada... Ela passou pelo Congresso nacional em regime de urgência urgentíssima. Eu lembro que a gente foi conversar com Nilmário Miranda na época, que era um aliado grande nosso, o Nilmário Miranda apresentou o modelo chileno, que... A Lei 9.140, ela é mais atrasada que o modelo de reparação chileno que foi feito ainda com a figura do Pinochet lá na vida política. Mas foi regime de urgência urgentíssima. Foi tratoração. Tratorou-se...

D.P. – Vocês tentaram mudar a lei nesse tempo?

C.C. – Tentamos. Tentamos. Pois as reuniões que nós fizemos com José Gregori foi no sentido de ampliar a lei.

D.P. – Qual era o ponto principal?

C.C. – Olha. A gente esteve em Brasília várias vezes. E o Nilmário foi aquele que nos representava no Congresso nacional.

D.P. – Nilmário era deputado?

C.C. – Deputado federal pelo PT. Que nos representava. Eu lembro que, inclusive, várias pessoas ficaram trabalhando no gabinete dele, no sentido de pegar emendas, de propor emendas a essa lei. Se apresentou isso no plenário. Mas como a orientação do governo veio votação em regime de urgência urgentíssima, as emendas pouco foram discutidas. E todas as emendas que o Nilmário apresentou, o Gilney Viana também apresentou na época...

D.P. – Gilney era parlamentar na época.

C.C. – Era também. Deputado federal pelo PT também.

D.P. – Gilney é ex-preso, dos torturados.

C.C. – É. Marido de Iara. Então todo... *(falha na gravação)* foi assinado pelo Fernando Henrique Cardoso logo depois, que era a proposta do José Gregori que a gente criticava.

A.M. – E como surgiu esse projeto de lei?

C.C. – Por pressões da gente. Agora eu lembro que o Fernando Henrique Cardoso quando... Por pressões nossas. Por acaso, quando o Fernando Henrique Cardoso tomou posse, ele vai, dá uma entrevista em Washington, e entre os jornalistas que estão em Washington para entrevistar estava a irmã do Pedro Alexandrino, desaparecido, que era uma jornalista internacional, morava em Washington, (irmã) de um desaparecido da guerrilha do Araguaia. Pedro Alexandrino. E ela levou. Isso foi um escândalo. Não sei se você lembra. Logo no início da posse do Fernando Henrique Cardoso. Ela pergunta: “E a questão dos desaparecidos? Como é que fica a questão dos desaparecidos?” Foi um escândalo. E aí, em cima dessa fala da irmã do Pedro Alexandrino, procuramos a dona Diana Pilo, que é a mãe do Pedro Alexandrino, fizemos contato com ela, com essa moça, nos Estados Unidos, e começamos a pressionar o Fernando Henrique Cardoso. A Anistia Internacional entra. Pedimos apoio à Anistia.

A.M. – Era Anistia Internacional, *Tortura Nunca Mais*, Comissão de Familiares de Mortos...

C.C. – De Mortos e Desaparecidos de São Paulo.

D.P. – Já tinha sido criada a comissão.

C.C. – Já. Já tinha. A comissão é criada no governo Luiza Erundina.

D.P. – A de São Paulo.

C.C. – A de São Paulo. Tinha o *Tortura Nunca Mais* de São Paulo também.

D.P. – Certo. Porque a nacional é criada no período da lei. É oficializada, pelo menos. Não é isso?

C.C. – O quê?

D.P. – A nacional. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos.

C.C. – Ah. Essa especial foi criada junto com a lei. A lei já previa essa... Tanto que a gente discutiu muito se íamos participar ou não. E aí a gente resolveu que tínhamos que participar. E a Susana Lisboa ficou como nossa representante.

D.P. – Susana era do grupo *Tortura Nunca Mais* do Rio Grande do Sul?

C.C. – Não. É da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos de São Paulo.

D.P. – Não. Eu conheço Susana. Estou dizendo nesse momento. Antes.

C.C. – Isso. Ela era da Comissão. Já existia desde a época da... Luiza Erundina. Quando foi Luiza Erundina?

A.M. – Essa comissão a qual você está se referindo é criada em 1993.

D.P. – A de São Paulo?

C.C. – A de São Paulo.

A.M. – É. Que é uma...

C.C. – Que é antes da lei. É do governo Luiza Erundina.

A.M. – Isso. Que é antes da Lei 9.140.

D.P. – Mas só tinha lá.

C.C. – Só tinha em São Paulo.

D.P. – Só tinha lá. Porque o resto era o *Tortura*, que estava nos estados.

C.C. – Sim. Isso.

D.P. – Porque Susana é gaúcha. Estava no Rio Grande do Sul?

C.C. – Não. Susana, na época, morava em São Paulo. Quando eu fiz doutorado... Tanto que, por exemplo, nós tivemos contato, via Susana Lisboa, (que eu ficava na casa dela quando ia para São Paulo fazer o doutorado) tivemos contato com Caco Barcelos, quando Perus foi aberto. Ele fez um trabalho belíssimo, que muitos anos depois é que foi levado, que a Globo permitiu que fosse. A gente chegou a ver na casa dele. Um documentário sobre Perus, que a Globo não permitiu que fosse veiculado à época. E, muitos anos depois, ele foi veiculado. Então... A gente trabalhava muito, muito junto.

D.P. – Muito próximo. Mas a gente estava falando. Essas emendas todas, nada foi...

C.C. – Nada passou. E a lei foi assinada...

D.P. – A lei ficou totalmente do jeito que tinha sido...

C.C. – Como veio. Como proposta do José Gregori. E a gente teve...

D.P. – O que ele respondia? Qual era o diálogo de vocês?

C.C. – Não é possível. Não é possível. Eu lembro, na época, o Nilmário Miranda, junto com a... Aí, concomitantemente a isso, paralelo a isso, o Nilmário pediu, como deputado federal... Não. Aí o Nilmário conseguiu formar, na época, uma comissão. Uma comissão... Porque não havia comissão de direitos humanos na Câmara Federal. Ele criou uma comissão de direitos humanos e desaparecidos, uma coisa assim, que ele foi presidente. Uma coisa que depois deu

origem à Comissão de Direitos Humanos da Câmara. E o Nilmário solicitou oficialmente, como presidente dessa comissão, um relatório sobre os mortos e desaparecidos às Forças Armadas. E eles responderam. Cheio... Eu fiz, inclusive, tem um jornal do *Tortura Nunca Mais* em que eu faço uma análise das respostas que eles dão. São assim coisas de farsante. Que eles mandam o relatório, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica mandam o relatório sobre cada... E aí, pela primeira vez, a Marinha reconhece a guerrilha do Araguaia. Pela primeira vez. Isso foi um pouco antes da Lei 9.140. Foi na época do Nilmário como deputado federal em Brasília e como coordenador dessa comissão na Câmara Federal. Ou seja, a gente não conseguiu fazer nenhuma emenda, mudar. O que o José Gregori falava? “Não temos força para isso. Vocês são muito...” Ele dizia assim: “Eu aprecio, eu aprecio a insistência de vocês. Mas o que se pode é isso”.

A.M. – E ele dizia por quê?

C.C. – Não. Dava a entender que tinham todo um acordo com as Forças Armadas. Não dava nada. Explicitamente, não falava.

D.P. – Mas vocês reconheciam que tinha algum avanço nessa lei?

C.C. – Tinha. Mas a gente dizia, foi um passo muito tímido.

D.P. – Porque era o reconhecimento, o Estado reconhecia os mortos e desaparecidos.

C.C. – Sim. Foi o que a gente dizia. Quando a gente foi conseguir o atestado de óbito, os primeiros atestados, dizia assim: isso é uma farsa. Ou seja, a questão da reparação, a gente pegou o conceito da ONU de reparação e disse: nem o conceito da ONU o Estado brasileiro respeita.

D.P. – Porque o conceito da ONU diz?...

C.C. – Porque o conceito da ONU fala de reparação mas fala de averiguação, investigação. Isso que se pretende, pseudamente, fazer agora. As mise-en-scène que estão sendo feitas agora. Que a gente vai chegar lá. Faço questão de chegar. O que a gente colocava era o seguinte. É um passo? É um primeiro passo; muito tímido. É uma lei perversa, porque ela

coloca o ônus das provas nas mãos dos familiares. Agora apesar disso, vamos participar. E a gente escolheu a Susana, numa reunião em Brasília, onde ela representaria.

D.P. – Porque só tinha um representante dos familiares?

C.C. – Só um representante. O resto era o Itamaraty, era...

D.P. – Eram sete membros, não é?

C.C. – Eram sete membros. Depois que Susana saiu...

A.M. – Ela era a escolhida de vocês como a pessoa com vínculo com familiares.

C.C. – Com os familiares, é.

D.P. – O marido dela é desaparecido.

C.C. – É. O marido dela é desaparecido. Depois, quando ela saiu, acabou ficando a Diva Santana. Que não é nossa...Nós não votamos na Diva, discordamos profundamente. A Diva, que é do *Tortura Nunca Mais* da Bahia.

D.P. – É de familiar também?

C.C. – Que é familiar de desaparecido do Araguaia. Não me lembro o nome. Diva Santana. Não me lembro o nome do familiar dela. E que a gente, desde o início, se colocou contrário à coordenação dela. A gente sempre disse: não nos representa. E tem desavenças e discordâncias.

D.P. – Nessa altura já tinha a comissão do Araguaia sido formada? Os familiares do Araguaia já estavam como grupo?

C.C. – Não. Os familiares do Araguaia nunca... Porque no CBA eles formavam um grupo. No *Tortura Nunca Mais*, nunca formaram. Eles, no *Tortura Nunca Mais*, entraram como familiares de mortos e desaparecidos. Aí nós entramos como peticionários para a questão da OEA, que é um processo, desde 82 que vem, de familiares do Araguaia, e que gente entrou junto com a Comissão de Familiares de Desaparecidos de São Paulo, é *Tortura Nunca Mais* e

o Cegiu, entramos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. E chegou à Corte Interamericana de Direitos Humanos. E, em dezembro de 2010, saiu uma sentença belíssima.

A.M. – Posso só voltar um pouquinho para a Lei 9.140? Ela mantinha uma periodização semelhante a da Lei de Anistia, até 79. Esse era um ponto questionado por vocês também?

C.C. – Também. Também. Esse é um ponto questionado. Bem lembrado, que eu ia esquecer isso aí.

D.P. – Periodização como?

A.M. – A lei reconhecia como mortos e desaparecidos pessoas envolvidas com atividades políticas até agosto de 79, que é a data da edição da Lei de Anistia. Posterior a 79 não era reconhecido como morto e desaparecido por atividades políticas.

C.C. – Isso. Isso. Foi uma das críticas que a gente fez. Como a gente faz críticas à Comissão da Verdade, que bota o período das duas constituições. E a gente disse: é uma forma de tirar a ditadura da história desse país. A gente já dizia isso antes. Na Lei 9.140, a gente já dizia. A ditadura terminou em 85. A gente já questionava isso aí. Desde o início, era uma questão. Além da questão do ônus da prova, era... Bem lembrado. Eu ia esquecer disso. É a questão do período, que abrangia até 79. Tanto que alguns... A questão de um padre, a gente conversava... Inclusive, o José Gregori abriu isso. Permitiu que a família de um padre desaparecido parece que em 81, não lembro bem, 80 ou 81, acabasse entrando nessa reparação.

D.P. – Ah. Tinha um padre desaparecido em 81 que acabou...

C.C. – Um argentino. Padre Ador. Um negócio assim. Um argentino. E a gente conseguiu. Porque ele estava fora da periodização. Foi posterior a 79. Dulce, a hora que você estiver... Cinco e meia. Vê o que é que falta.

[FINAL DA PRIMEIRA ENTREVISTA]

2ª Entrevista: 24.02.2015

A.M. – Primeiramente, eu gostaria de agradecer mais uma vez a sua disponibilidade em nos conceder essa entrevista. Na entrevista passada, nós terminamos a nossa conversa falando sobre a edição da Lei 9.140, em 1995.

C.C. – Dezembro de 95. Governo Fernando Henrique Cardoso. Eu lembro, não sei se eu cheguei a falar aqui, antes da Lei 9.140 ser oficializada, nós fizemos várias reuniões com o então secretário, que era... (não tinha status de ministro ainda) secretário de Direitos Humanos, que era o dr. José Gregori. Fizemos, não só o Tortura Nunca Mais, como a Comissão de Familiares e vários familiares de mortos e desaparecidos e ex-presos políticos, fizemos algumas reuniões, principalmente em São Paulo, onde nós pressionávamos, a proposta que estava sendo apresentada, pressionávamos no sentido de que pudesse avançar um pouco mais. Eu lembro até que, uma vez, o José Gregori virou-se para mim, disse assim: “Eu invejo a tenacidade de vocês. Eu gostaria de ter filhos com a tenacidade e a coragem de vocês de, anos depois, estarem ainda brigando por essas questões”. Agora desde aquela época, que é a análise que nós fazemos, o Tortura Nunca Mais faz, quer dizer, já se faziam acordos, que foram feitos desde a Lei da Anistia. Então acordos esses que determinados segmentos – não só militares, mas civis também – que adubaram, respaldaram e apoiaram o golpe e financiaram as torturas e todo o aparato repressivo, e esses acordos, obviamente, são acordos que vão sendo feitos e vão sendo tecidos, e a Lei 9.140, de dezembro de 95, apontava claramente isso. Quer dizer, nós estávamos assim... que tínhamos muitos, inclusive, filhos, ainda muito jovens, de mortos e desaparecidos, e foi assim uma reunião muito tensa e muito emocionante, essa que a gente fez na Prefeitura de São Paulo, onde inclusive estava o Belisário dos Santos e o Marco Antonio, (não estou lembrando o nome de Marco Antonio, mas é conhecido) que participaram inclusive da formação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi ali, a partir da Lei 9.140, que a gente questionava, pela limitação da lei, porque uma das coisas principais que nós questionávamos era: o ônus da prova vai caber aos familiares. E vai caber... Quer dizer... ou seja, a lei transforma, simplesmente, transforma os desaparecidos em mortos, mas não fornece um atestado de óbito que diga o que aconteceu, como aconteceu, quando aconteceu e quem são os responsáveis. Porque são as grandes questões da América Latina, não é só do Tortura Nunca Mais, não é só do Brasil: o que aconteceu, quando aconteceu, quem são os responsáveis. E, simplesmente, era uma coisa

assim: o atestado de óbito que se conseguiu, através da Lei 9.140, para os desaparecidos, era um atestado de óbito que a gente considera como atestado de morte presumida. Ou seja, um atestado que, simplesmente, dizia: local da morte – ignorado. Ver Lei 9.140/95. Então acho que é até interessante, depois, vocês pegarem alguns desses atestados de óbito, porque aquilo ali, realmente, é uma... para nós foi uma brincadeira, foi uma coisa perversa, com os familiares. Ontem, por exemplo, (parêntesis) nós estávamos conversando, no Tortura Nunca Mais, com o dr. Sérgio Suiama e uma das questões que eu estava colocando para ele é: como é que ficam esses atestados de óbito hoje. Como é que... Já que... Que é uma das coisas que a gente já afirmava. Pouco vai se conseguir saber sobre esses desaparecidos, onde foram enterrados, os restos mortais, a gente sabe que isso não vai ser... a gente, desde o início, colocava isso claramente – e isso foi uma coisa muito perversa que se produziu nos familiares, vem se produzindo, aí, principalmente, nos familiares que não têm uma militância maior – a produção de uma esperança muito grande de que *eu vou encontrar os restos mortais dos meus familiares*. Isso é um negócio assim terrível, para quem convive com esses familiares. E uma das coisas que a gente estava colocando para o Sérgio Suiama era isso: como... Por exemplo. Eu sou – acho que até já falei sobre isso aqui, não me lembro bem – eu sou testemunha da tortura de um desaparecido político, o Jorge Leal Gonçalves; que depois a gente, eu e Dulce nos encontramos com uma companheirinha que a gente não via desde a época da prisão, (foi até depois da... não, pouco antes da nossa reunião aqui, da entrevista aqui) e ela era vinculada à organização do Jorge, que era a APML – Ação Popular Marxista Leninista, e ela foi uma das testemunhas também, ela reconhece. Então há uma outra pessoa também, que a gente conseguiu levantar. E aí eu estava falando para o Sérgio: “Escuta. Como é que fica? Temos três testemunhas que viram essa pessoa ser torturada”. Quando eu vi o Jorge, o Jorge já nem andava mais. Como é que fica essa família? Uma das coisas que eu já tinha levantado para a Comissão Estadual da Verdade. Acho que o mínimo que se pode oferecer é um atestado de óbito decente, onde se diga: local da morte: Doi-Codi do Rio de Janeiro, e o nome das testemunhas; causa da morte: tortura, e as testemunhas. Então tem alguns casos assim. E é uma das coisas que a gente tem... Então, o que aconteceu com a Lei 9.140 foi...

Verena Alberti – Eu queria voltar àquela reunião com Belisário dos Santos, em São Paulo. Essa reunião foi depois de dezembro?

C.C. – Não. Foi antes. Antes. Que nós estávamos questionando o próprio projeto. Tanto que durante a... quando o projeto foi apresentado ao Congresso, ele foi apresentado em regime de urgência urgentíssima, para que não houvesse, inclusive, grandes discussões. Eu lembro que o Nilmário Miranda tentou – Nós vivíamos em Brasília, naquele período – tentou nos convencer, nós e vários familiares, que o modelo chileno era mais avançado do que... do que... o modelo chileno...

V.A. – Que o nosso era mais avançado.

C.C. – Não. O modelo chileno era mais avançado, mesmo com a presença do Pinochet, do que a proposta que estava na futura Lei 9.140. E defendeu reformulações da proposta, em função do modelo chileno. Nós não aceitamos isso. Foi uma das primeiras divergências que a gente teve com Nilmário Miranda, que era muito próximo a nós. E o Gilney Viana apresentou a nossa proposta, que nem foi...¹

A.M. – Qual era o fundamento da proposta?

C.C. – Foi um rolo compressor, no Congresso. O que a gente queria era isso, era que não ficasse... que os arquivos fossem abertos, que não ficasse... o ônus da prova não coubesse aos familiares de mortos e desaparecidos, que o atestado de óbito não fosse simplesmente um atestado de morte presumida. A gente apontava isso. Porque a lei já... o projeto de lei já mostrava isso para a gente. E houve muita pressão. Agora as alianças estavam ali feitas, os acordos estavam feitos...

V.A. – O José Gregori, ele chegou a mencionar que havia essas alianças, que era muito difícil? Não.

C.C. – Não. Não! Em momento nenhum. Em momento nenhum. Ele só disse “eu invejo muito a tenacidade de vocês”. E nos elogiou. Nós éramos tratados muito bem, não havia nenhuma... Eu lembro que nessa época, o José Gregori estava como secretário Especial de Direitos Humanos, nós estávamos fazendo processos contra médicos, aqui no Rio de Janeiro, e eu fui ameaçada... eu era presidente do Grupo à época, e fui ameaçada de morte, não só por telefonemas anônimos para minha casa e para a sede do Grupo, como para... por cartas anônimas; e nós fizemos a denúncia à Anistia Internacional. Então eu me lembro que o José

¹ A entrevistada bate as mãos, indicando desdém à proposta.

Gregori chegou para mim... Aí o governo federal recebia cartas do mundo inteiro. No Rio de Janeiro, era o Nilo Batista que estava respondendo pelo governo. Então... Eu sei que o José Gregori, uma vez, falou para mim assim: “Aí, Cecília, mas você está dando tanto trabalho para a gente”. A gente tinha uma relação até muito, muito boa. “Você está dando tanto trabalho para a gente! Porque o que chega de cartas, do mundo inteiro, aqui... Você não está preocupada com isso, não?” Eu digo: “Dr. José Gregori, são os saudosistas, que estão aí e que estão... Porque eles temem que os acordos que foram feitos possam não ser cumpridos”. Ele não falou nada. Ele não comentou nada. Ele apenas riu, me abraçou etc. e tal. Mas não... Então houve essa... Foi bom você ter voltado a isso, porque houve essa proposta do Gilney Viana, que representava a nossa... a posição não só do Tortura Nunca Mais, a posição de várias entidades e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Na época, eu lembro que tinha muito pouco ex-presos políticos participando disso. Eram muito poucos. A maioria eram familiares de mortos e desaparecidos políticos, na discussão da Lei 9.140. Tanto que a gente discutiu muito, quando foi criada a Comissão Especial... Porque a lei criou a Comissão Especial. Eu lembro que no dia que a lei foi votada no Congresso, e foi rolo compressor, porque o Gilney pouco conseguiu falar, o Nilmário até apresentou os argumentos dele baseado no modelo chileno, e o que foi votado, o que foi aprovado foi o que veio do Poder Executivo. E eu lembro que a Eunice Paiva estava... Nós estávamos em Brasília, nesse dia, e eu lembro que a Eunice Paiva estava com o presidente, com o Fernando Henrique Cardoso – pela própria amizade que ela tem... tinha com o... (apesar de ela estar muito doente) que ela tem com Fernando Henrique Cardoso. E eu lembro que nós, assim na porta do Palácio do Planalto, fazendo uma manifestação, incluindo... dizendo: “*peçoas que estão se locupletando com os militares, com não sei que*”... E estava... inclusive, saiu uma foto, na época, famosíssima, da Eunice Paiva cumprimentando o comandante das Forças Armadas. Não me lembro o nome. Saiu uma foto assim, que a gente... E a gente fazendo pressão, com cartazes, com... Não chegava a cem pessoas ali. A gente se mandou... E foi uma discussão muito grande nessa época, quando a lei foi votada, se nós... Porque eles indicaram as pessoas que fariam parte da lei. Isso era uma das críticas que a gente... que fazia. Como a gente fez nas comissões nacional e estaduais da Verdade. Que fossem pessoas indicadas, representando a sociedade civil. E eles indicaram. A indicação foi do governo. Abrindo uma vaga de um representante dos familiares. E a gente, lembro que a gente estava em Brasília, pouco depois dessa manifestação na porta do Palácio do Planalto, discutindo, se a gente aceitaria, ou não,

fazer parte disso. E eu lembro que a gente achou que seria importante aceitar, embora a gente discordasse da lei, de como a lei... da limitação da lei, da perversidade da lei, porque colocava – você [é] que tinha que comprovar que o teu familiar tinha sido morto pelo Estado.

E os arquivos continuavam fechados. O único arquivo aberto... os únicos arquivos abertos, que tinham sido... Eu acho que eu até já tinha comentado isso, essa questão dos arquivos – tinham sido levados para a Superintendência da Polícia Federal, eram de São Paulo e do Rio de Janeiro. Quando a gente recebeu... A gente, em 92, teve acesso, por pressão nossa e do próprio governo do estado, que era o Nilo Batista – Brizola e o Nilo Batista, mas foi o Nilo, realmente, que foi uma figura importantíssima nesse período, de parceria conosco. Nós quando entramos no arquivo, a gente viu que o arquivo tinha sido totalmente mexido. O arquivo foi peneirado, antes de ser entregue novamente ao governo do estado. Então a única coisa que tinha aberta ali, naquele momento... Quer dizer, como até hoje. A gente tem algumas coisas das memórias reveladas, mas o... grande parte do material dos centros de informação, do antigo SNI, até hoje não... dos Doi-Codi, da P2, até hoje, isso aí não foi aberto. Então, uma das coisas que a gente colocava era essa... a gente enfatizava muito essa coisa da perversidade da lei, do próprio familiar ter que comprovar e correr atrás. E o que a gente fez... nós fizemos trabalhos... – para mandar os dossiês... A gente, inclusive, a gente ajudava todos os familiares. Era assim uma coisa incrível, as filas que se formavam no Tortura. A gente não tinha como atender todo mundo. [riso] Porque a gente ajudou muito a fazer esses dossiês, pelas pesquisas que a gente já tinha feito no arquivo do Dops, a gente tinha encontrado algumas coisas, que a gente passou a peneira no arquivo, aqui, do Dops, no Rio, e no sentido de apontar, também, (uma das coisas que a gente frisava muito) os nomes das pessoas que tinham sido identificadas como torturadores. Isso era uma coisa que a gente fazia questão de... de ajudar os familiares etc. e tal. E a gente encaminhando isso. E muito, desde aquela época, assim uma esperança muito grande dos familiares, que fosse... Porque uma das coisas que é muito forte – é incrível, só convivendo, assim com os familiares, é que a gente vê isso – como é fundamental você ter algum resto mortal, para poder enterrar. É impressionante. E ali que você, realmente, faz o luto e você se despede do teu familiar. É impressionante. Impressionante mesmo. Por isso que eu acho que a questão do óbito, do laudo de óbito é, simbolicamente, uma forma de você enterrar esse familiar.

A.M. – Cecília, familiares de outros estados do *Rio de Janeiro* [Brasil], também, entravam em contato com vocês?

C.C. – Também. Nós...

A.M. – Havia uma organização nacional?

C.C. – Havia... Não. Nacional, não. Nós sempre fomos contra uma organização nacional. Nós fomos fundados em 85. Estamos fazendo trinta anos, agora, em abril de... Quem dera que a gente não precisasse mais estar existindo. Não aguento mais. Estou cansada. [riso] Estou fazendo 74 anos esse mês, então... então é muito cansativo. Muito cansativo. [rindo] Gente, são trinta anos de... de luta ali, antes do CBA, mas de luta ali, diária. A gente conseguia... A gente fazia encontro chamado Grupo... Como é que é? Encontro dos grupos Tortura Nunca Mais e entidades congêneres. Nós temos, inclusive, alguns documentos. A gente influenciou muito a formação de outros grupos Tortura Nunca Mais. São Paulo foi logo a seguir, em 87. Depois veio Minas Gerais, com a Helena Greco – que é belíssima figura –, que hoje não tem o nome de Tortura Nunca Mais, tem o nome Instituto Helena Greco de Cidadania e Direitos Humanos, que é um trabalho que a filha dela, a Heloisa Greco, continua. Veio depois o da Bahia. Foi formado um em Fortaleza, que depois... muito pouco tempo. E, posteriormente, foi formado um em Goiás, que a gente discordava profundamente da orientação política deles, no sentido de que eles cobravam dos familiares, dez a vinte por cento, para encaminhar os dossiês para Brasília. E a gente discutiu isso profundamente, colocando que isso não era a posição dos Tortura Nunca Mais. O grupo de Goiás acabou ficando isolado, acabou, depois, desaparecendo. E o do Paraná, que ainda existe, que veio posteriormente. Então... Pernambuco também. Pernambuco também. E ainda existe. E então, a gente fazia reuniões, e queriam, inclusive, por nós termos sido o primeiro grupo, que a gente fizesse uma coordenação nacional, e a gente sempre achou que não era *legal* homogeneizar. Porque a gente via que havia... que diferenças aconteciam, não só com relação à questão da... dos caminhos de luta... Nesse momento da lei, nós estávamos muito unidos, quer dizer, vieram pessoas assim de todos os estados brasileiros. E uma das coisas que a gente colocava, (que poucos de nós colocávamos, só nós e Minas) que era a ligação do que tinha acontecido naquele período, no período da ditadura, com o que continuava acontecendo hoje. Os dois únicos grupos que colocavam essa questão, que era o que nos diferenciava muito de São

Paulo, de Pernambuco, de Paraná, de Goiás, apesar das enormes diferenças, mas isso nos diferenciava muito, no sentido de que... o que a gente dizia é o seguinte: a herança da ditadura está aqui, no cotidiano da gente. Está, através dos autos de resistência, do número de desaparecidos, quer dizer, essa figura – que foi inventada –, que vem, e que foi inventada naquele período, com a força que foi, e, hoje, a gente tem um número altíssimo de desaparecidos; a questão dos autos de resistência; a questão das... dos suicídios, atropelamentos, das versões oficiais da ditadura, que se faziam presentes hoje, e a questão da tortura, profundamente, que a gente continua... as pessoas continuam sendo torturadas e desaparecidas.

V.A. – Por que você acha que os outros grupos não faziam essa relação?

C.C. – Porque havia preconceito com relação a isso. Principalmente por parte de alguns familiares. Aqui no Rio, foi muito difícil; mas a gente conseguiu. Foi... Foi sem, assim, maiores lutas nem... A gente tinha muito cuidado, com muito... Porque alguns familiares sempre tiveram uma posição muito conservadora. Uma coisa é seu filho, que é de classe média... Essa é a leitura que eu faço. Não é uma leitura oficial do Tortura Nunca Mais. Os seus filhos, que são de classe média, tinham ideais, tinham sonhos, utopias; muitos discordavam disso. Depois da morte desses filhos, eles entram na luta. Nós temos um exemplo assim maravilhoso, aqui no Rio de Janeiro, que foram dois fundadores, que já morreram, que foram pessoas maravilhosas, os pais da Sonia de Moraes Angel Jones, que é o João Luis de Moraes e a Cleia Lopes de Moraes, que eram pessoas, inclusive, conservadoras – o João, o Moraes, a gente até brincava com ele, ele era coronel do Exército – ele, uma vez, disse assim: “Nunca pensei que eu estaria aqui, cercado...” (A gente fazendo as reuniões, no início do Tortura Nunca Mais, isso há trinta anos atrás), “Nunca pensei que a gente... que eu aqui estivesse... que fosse um dia estar cercado, aqui, jantando com comunistas”, aí eu virei, falei assim: “Nunca pensei que nós estaríamos com um coronel do Exército”. [riso] E, então, foram pessoas que foram para luta, e foram assim de uma forma linda, uma coisa assim... de emocionar. Agora quando você falava da questão hoje, a questão hoje, é porque esses de hoje que são bandidos, sim. Então a gente tentava... Eu fui fazer meu pós-doutorado por causa disso. Fui fazer um pós-doutorado com o Paulo Sérgio Pinheiro, que eu até discordava dele de algumas coisas etc. e tal, mas tivemos uma relação ótima. Eu fui fazer lá no Núcleo de Estudos da Violência, em São Paulo, porque eu queria justamente apontar para que aquele

perigoso e terrorista lá, hoje, estava aqui; hoje, era o bandido, era o dito traficante, era... Então eu fui fazer uma pesquisa sobre, justamente, a ligação entre pobreza e periculosidade, pobreza e criminalidade: onde está o pobre está o perigo, mostrando, fazendo essa ligação.

V.A. – Isso, eu queria até retomar uma coisa que você falou. “Hoje, são bandidos, sim”. Era o que se dizia.

C.C. – Bandidos sim.

V.A. – Era o que se dizia, que são bandidos, sim. Não é uma coisa que você acha, “não, são bandidos”... Isso eu acho que era bom esclarecer.

C.C. – Não, não! Por favor. Eu fui fazer uma pesquisa sobre isso, para mostrar como você vai produzindo o terrorista, o perigoso, chamadas classes perigosas. Nós fomos perigosos, nós fomos, fizemos parte das classes... E aí eu vou fazendo todo um... Esse meu trabalho de pós-doutorado é muito no sentido de fazer um... de trazer um pouco da história, mostrando como essas subjetividades, do terrorista, do perigoso, do criminoso, vão ser produzidas em diferentes momentos da história do país. Do mundo, aliás.

V.A. – E você acha que aqui no Rio e em Minas, não é isso?

C.C. – Isso. É, foi, foi.

V.A. – Que são os dois lugares em que foi possível fazer essa ponte, o que é que... o efeito nos grupos Tortura Nunca Mais, nesses dois lugares, e que...

C.C. – Eu acho que mostra bem... Por exemplo, nós, a medalha Chico Mendes de resistência, que a gente tem... Eu não sei se eu já cheguei a falar dela.

A.M. – Não.

C.C. - Em 89, a gente criou um... O Moraes é que criou, a ideia foi dele. Os torturadores, em 89... 88, houve um ato no Doi-Codi, onde vários deles receberam a medalha do pacificador, e lá no próprio local, no próprio local onde funcionou o Doi-Codi, que agora é prisão de soldados; quando a gente esteve lá, eu soube disso, ano passado. Então a gente foi para lá, para a porta, meia dúzia de pessoas. Éramos umas vinte pessoas, todas de preto, os torturadores entrando por aquela pracinha que tem do lado, e a gente com alguns cartazes de

mortos e desaparecidos. E aí, quando nós saímos de lá, o Moraes falou assim... Que a gente sabia. Se você... A questão da medalha do pacificador, que aquelas meninas até fizeram um trabalho muito bonito, que elas mandaram para mim, para lá, para o meu grupo, onde a gente... Se a gente quiser saber um pouco do... se o cara foi elemento de confiança da repressão, ou civil ou militar, vê se ele tem medalha do pacificador no seu currículo. E aí o Moraes falou assim: “Pois é. A gente tinha que criar uma medalha nossa”. Naquele ano, o Chico Mendes tinha sido assassinado, e aí nós criamos a medalha Chico Mendes de resistência. E desde a primeira medalha, que a gente faz todo dia primeiro de abril, é um ato que a gente faz todo primeiro de abril, (esse ano será 31 de março) a gente homenageia pessoas que foram torturadas e pessoas que hoje estão sendo torturadas. O ano passado, que foi os cinquenta anos do golpe, nós homenageamos desde o Rafael Braga, que está preso ainda, aquele morador de rua que foi preso portando Pinho Sol, e até o João Goulart. Foi muito bonito, porque a gente passou... A mulher do Amarildo, o Amarildo foi homenageado. Então a gente, o tempo todo, vai mostrando... A medalha Chico Mendes mostra muito bem isso. Não precisamos falar muito disso. Mostrar essa ligação, que a gente vai fazendo, entre aquela luta, entre aquele aparato de repressão, que hoje é diferente, não vivemos, óbvio, numa ditadura – aí eu sigo um pouco o trabalho que o Agamben traz, o Giorgio Agamben. Eu acho que a gente vive num estado de exceção. Estado democrático de direito – estado de exceção, onde aquilo vai se tornando... a exceção vai se tornando regra, onde você mata, e não é crime matar certas pessoas, que ele chama do *homo sacer*, aquele que pode ser morto, e você ter justificativa para matá-lo. Então a gente faz o tempo todo essa ligação. Eu sei que, de início, alguns familiares tinham um pouco de resistência, aqui no Rio. E depois, isso foi dissolvido. Até porque tinham outras pessoas que... Eu acho que foi muito importante eu ter ido fazer esse meu trabalho de pós-doutorado, que foi publicado em livro; eu peguei um caso que ocorreu aqui no Rio de Janeiro, chamado Operação Rio, de 94 e 95, que foi a ocupação... primeira vez que ocupou, as forças armadas ocuparam – final do governo Leonel Brizola, o segundo governo, Nilo Batista no governo –, e a gente foi o único grupo que se colocou contra a intervenção do Exército, das Forças Armadas. Eu lembro que até a OAB, que era o Sérgio Zveiter, ficou a favor, dizendo que era estado de guerra, a questão do narcotráfico... Se produziu esse mito, que eu até aponto isso, o mito da guerra civil. Vivíamos numa guerra civil, onde, então, tudo é permitido. E o grupo Tortura Nunca Mais, eu lembro, a gente ia nos lugares... Eu lembro que a Flora, uma vez, quebrou o pé. A Flora Abreu estava como

presidente a essa época. Flora Abreu quebrou o pé, indo numa das comunidades invadidas pelas forças armadas, durante a Operação Rio. E foi em função disso, inclusive, que o *Human Rights Watch Americas* fez contato com o grupo Tortura Nunca Mais, pelas denúncias que nós fazíamos para o exterior do que estava acontecendo aqui durante esse período da Operação Rio. Então eu pego um pouco essa questão da Operação Rio, que eu tinha muito material, nós tínhamos muito material, e vou, justamente, pensar em cima disso essa questão da produção do perigoso. Então... Quer dizer, no Rio de Janeiro, a discussão foi essa. E, em Minas, nós tínhamos também a Heloisa Greco, que é a filha de Helena Greco, que levava essa discussão também. Agora nos outros estados, era como se... a sensação que dá, era como se nós, presos políticos, fôssemos presos de primeira categoria, ou os desaparecidos políticos. E que é uma questão que eu acho que a gente tem que pensar. De vez em quando eu levo isso para o Tortura Nunca Mais, essa distinção entre político e comum. O que é que é preso político, o que é que é preso comum. O que é que é desaparecido político, o que é desaparecido comum. Que isso é uma questão que a gente tem. Para mim, isso é uma questão de classe. Então... Essa questão de... Na militância política. Tanto que a Lei 9.140 e as outras leis, que depois foram feitas nos estados, as chamadas leis de reparação, elas... só tinha que comprovar que tinha sido presa, nessas leis estaduais que vieram posteriormente. E tinha que se comprovar militância política. Então é uma questão que a gente tem que discutir. Eu acho que é uma questão... É uma questão problemática, que eu acho que nós, da esquerda, precisamos discutir isso.

A.M. – Só para ficar claro. Em sua opinião...

C.C. – Eu já voltei, já fui lá para o problema de reparação. [riso] Que é bem depois.

A.M. – É. É assim mesmo, é assim mesmo essa nossa conversa. Há uma limitação, ou não deve haver uma limitação entre preso político e comum, desaparecido político e comum? [*Falam juntas.*] Como é isso?

C.C. – Eu acho que a gente tem que pensar sobre isso, porque você... Eu acho que... É uma questão que eu acho que tem que ser pensada. Tem uma ex-aluna [minha], que está fazendo doutorado no Rio Grande do Sul, que a proposta dela é essa. Através... Ela pegou cartas de presos políticos, e trabalha com presos comuns lá em... Ela foi minha orientanda de mestrado

aqui na UFF. E ela está querendo, justamente, colocar em discussão e em análise essa distinção que se faz. Que a esquerda de modo geral faz.

A.M. – Como é o nome dela?

C.C. – Chama-se Luciana Knijnik. [soletra] K-n-i-j-i-k. Knijnik. – j-i-n-i-k. Luciana Knijnik. Não sei se ela vai levar adiante essa discussão. A proposta inicial dela era essa. Até perguntou se eu toparia fazer uma co-orientação. Depois acabou não... A Psicologia da URGS parece que não permitia isso. Mas eu acho que é uma coisa para a gente pensar. Não tenho nada pronto, não. Só que eu acho que acaba se produzindo uma distinção. Que a gente sentia isso, a gente sentia muito isso, nos familiares. Pessoas que não tinham tido uma militância maior. E falar o meu desaparecido político é diferente de falar de um desaparecido comum. É como se você fosse cidadão de primeira categoria, e os outros fossem... A sensação que passa. Então eu acho que quando a gente homenageia desaparecidos do período da ditadura e homenageia Rafael Braga, preso hoje, e Amarildo, desaparecido hoje, eu acho que a gente já está colocando em discussão essa questão; [riso] sem ter muito claro isso, mas a gente já está colocando em discussão isso. Que eu acho que é importante que se discuta. Não estou fazendo assim nenhuma... Mas eu acho que é... A gente tem muito isso. Eu acho que a esquerda tem muito isso. Nós, militantes da esquerda, temos muito isso. Como se realmente... Eu lembro que isso ficou patente nas jornadas de 2013, por exemplo. “Mas esses meninos que não têm nenhuma experiência, que não sei que...” E os meninos não queriam a organização que os partidos políticos queriam dar. Eu me lembro que eu conversei muito com alguns desses meninos, eu acho que ficou muito claro isso, essa coisa de... Porque ali tinha de tudo. Ali tinha garotada da Baixada, quebrando mesmo, tinha P2 infiltrado, tinha de tudo ali. Tinha anarquista, tinha... Tinha de tudo ali. Então eu acho que a esquerda, eu acho que tem muito essa arrogância – e eu digo isso como militante de esquerda, (isso não é a posição do Tortura Nunca Mais, não, é minha posição) – de que a gente tem muito essa coisa de que a nossa luta é a mais importante, é a mais... é porque temos a consciência política, é porque... E a gente esquece o que está acontecendo nas comunidades, na periferia. O que houve, ontem, na Maré, uma loucura. Eu hoje vi o depoimento de uma advogada da Comissão de Direitos Humanos da OAB, uma coisa impressionante o que ocorreu ontem à noite – tarde e à noite –, na Maré. Então... Eu acho que a gente tem que parar um pouco com a nossa arrogância. E a gente, também, fica muito sentada em cima da experiência, “ah, porque eu passei por isso”,

que eu vejo os companheiros fazendo isso, eu digo: “Calma. A gente tem que aprender também. Esses meninos estão aí para ensinar algumas coisas para a gente, também. Vamos ter...” E essas comunidades pobres também. É impressionante como... A mãe do Rafael Braga, é impressionante, a mulher é miserável mesmo, ela pouco falava, como ela hoje... ela vai despertando para... para o que está acontecendo à volta dela. É uma coisa assim muito bonita, a gente ver algumas dessas mães. A gente sempre homenageia muito. Esse ano a gente vai homenagear as mães de Manguinhos. A gente homenageia muito esses grupos de mães que estão surgindo; que são grupos muito potentes, muito bonitos, e sem grandes políticas de... de elucubração, de... por uma outra sociedade. Eu acho que... Agora... é a minha posição. Isso aí não é a posição do Tortura Nunca Mais, não. Até porque isso não foi discutido. Isso vai sendo discutido muito atropeladamente.

A.M. – Fazendo um gancho entre essas suas considerações e a Lei 9.140. Vocês trabalharam também no processo de elaboração do anexo da Lei que apresenta o nome dos desaparecidos?

C.C. – Sim. Aquilo foi retirado do dossiê, do dossiê que nós fizemos. Foi um dossiê que foi feito por Rio, por São Paulo, pela Comissão de Familiares –, não o Tortura Nunca Mais –, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, Tortura Nunca Mais de Pernambuco e Tortura Nunca Mais de Minas Gerais. Esses quatro, nós fizemos um dossiê, que foi inclusive editado, inicialmente, pelo governo Arraes, em Pernambuco, e foi dali que o José Gregori – isso foi entregue em mãos ao José Gregori, e foi aquela relação que foi anexada; que era uma relação que já vinha, inicialmente, do CBA, que tem um livrinho vermelho, editado no Rio Grande do Sul, sobre mortos e desaparecidos, e o grupo... e nós ampliamos. Aqui no Rio de Janeiro, eu fiquei responsável por isso. Fiquei até um problema de coluna, de tanto... Porque, só manuscrito, eu não escrevia em computador, como até hoje. E o pessoal de São Paulo, Pernambuco e Minas. E nós... E em cima do arquivo do Dops, das pesquisas do arquivo do Dops. E aquelas fotos, que foram inclusive... que tem no final do livro, foram tiradas do... não só dos arquivos do Dops, como das pesquisas que a gente, aqui no Rio, fez no Instituto Médico Legal. Que eu acho que eu já falei dessa pesquisa, de pegar aquelas perícias de local, aquelas fotos de perícias de local. Então aquilo ali foi... Eles não discutiram, eles não questionaram. Até porque eles não tinham, também, nada, o governo Fernando Henrique Cardoso. José Gregori aceitou aquilo. E foi aquilo que foi publicado. E um parêntesis: isso é citado na introdução do relatório da Comissão Nacional da Verdade. E o nome dos que

fizeram esse dossiê não é citado. Ou seja, os grupos Tortura Nunca Mais e a Comissão de Familiares foram retirados da história neste relatório, o último, da Comissão Nacional da Verdade. Cita-se o dossiê, porque foi o primeiro documento entregue ao governo federal, quando a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos foi formada, logo após a Lei 9.140, como efeito da lei; que a Suzana Lisboa, inclusive, assumiu a representação – que a gente achou que tinha que assumir alguém, apesar de a gente discordar. Esse dossiê foi ampliado pela Comissão. Eu lembro que nós, inclusive, ajudamos muito a ampliar também... Eu lembro de dois casos, que um deles me mobilizou muito, que era o irmão do Pedro Aleixo, o Alberto Aleixo. Era um gráfico do PCB. Que ninguém sabia. Ninguém. Esse cara não constava em lista nenhuma. E a filha nos procurou, e nós começamos a pesquisar e conseguimos encontrar, no arquivo do Dops, *todo* o processo dele. E a gente acrescentou o nome dele. Vários nomes foram acrescentados naquele período, naquele período inicial da Comissão de Mortos e Desaparecidos. Então... Coisa que o relatório cita apenas pontualmente, e não cita os trabalhos que foram feitos. Quer dizer, uma das coisas... Já estou avançando. Mas tudo bem. Uma das coisas que eu acho que a gente mais... Isso já foi um processo, a gente já vinha percebendo isso. Por exemplo, Ricardo de Albuquerque, aquele cemitério, aquela vala clandestina que a gente descobriu na periferia lá do Rio de Janeiro, que hoje a gente conseguiu fazer o memorial etc. e tal, pelas pesquisas do Dops e do IML. Ricardo de Albuquerque, simplesmente, é ignorado no relatório final. A chacina que houve em Quintino, o pessoal da Var-Palmares, que nós já... Eles apresentam a pesquisa como se eles tivessem feito a pesquisa. Realmente não indicam o Tortura Nunca Mais. E outras pesquisas. A questão do Rubens Paiva, que foi uma coisa assim muito... o pessoal de São Paulo avançou muito nessas questões, na questão do caso Rubens Paiva. Quer dizer, a coisa era... é uma... a coisa da espetacularização. Isso, durante todo o processo da Comissão Nacional, dos trabalhos da Comissão. Uma espetacularização muito grande, no sentido de... de... Inclusive, para nós isso é roubo, você roubar a pesquisa dos outros. Quer dizer, não é questão de ego, não. Eu acho que é uma questão de memória histórica. Então isso pouco... A maioria dos casos... Por exemplo, o caso do relatório dos índios, sobre os índios, que foi o Marcelo Zelic, lá do Tortura Nunca Mais de São Paulo, e que foi uma coisa terrível, a brigalhada que teve lá com a Maria Rita Kehl, porque... E pouco se colocou. E ele tinha um relatório enorme, o Marcelo Zelic. Um material imenso. E pouco se colocou. Então eu acho que uma série de pesquisas que foram feitas – sem respaldo governamental, anterior, pesquisas feitas

anteriormente à instalação da Comissão Nacional da Verdade, foram utilizadas, como se fossem... através de grandes mise-en-scènes midiáticas, como se fossem feitas pela própria Comissão. Então, tem questões aí que, para nós, são questões éticas muito sérias. Não são só questões assim de divergência política; é de divergência ética, que a gente... Mas já avancei. Já fui para lá. Voltamos para... [riso] Eu acho que depois da Comissão... A gente acompanhou muito a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, o trabalho da Suzana Lisboa, pressionando sempre; às vezes, a Suzana ficava meio... Pressionamos muito o Miguel Reali Júnior, quando ele foi presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos. Eu lembro que a gente entrou inclusive... Na época, estava como procurador aqui do estado, na área de direitos humanos, o Daniel... Ele hoje é professor da Uerj. Ele até está trabalhando muito com o pessoal do Araguaia. Meu Deus, eu esqueci. Daniel Sarmento! Daniel Sarmento foi assim um *grande* parceiro nosso; porque nós fizemos um dossiê enorme de tudo que estava parado: comissão, não andava; a questão do Araguaia, ninguém falava nada... Isso foi o quê? Em 2002? Uma coisa assim. Início dos anos 2000. Antes da Corte, antes de... E a questão dos desaparecidos estrangeiros... A gente levantou uma série de quesitos. Eu não sei onde é que está esse documento. Talvez o Daniel Sarmento até tenha. Eu me lembro que ele estava chegando, juvenzinho, e foi um grupo enorme: Ana Müller, Modesto da Silveira, Marcelo Cerqueira... aí juntamos aqueles... todos os advogados de ex-presos políticos e fomos entregar ao Tortura Nunca Mais... Glória Márcia Percinoto... fomos entregar ao Daniel Sarmento, que ficou meio... [sem ar]. Ele estava começando aqui na... E ele levou adiante isso. Levou adiante isso e uma série de questões. A Comissão teve que se mexer. O Miguel Reali ficou por conta. Eu sei que a gente, durante esse período do funcionamento da Comissão, a gente trabalhou muito junto, e, em alguns momentos, fazendo também muitas críticas, pressionando muito. Eu acho que o trabalho da gente tem sido assim. [riso] A gente... A mosca... Como é que é? A mosca da sopa. A gente tem sido a mosca de muita gente. Eu me lembro até do filme (não sei se vocês viram) sobre o Raul Seixas, que aparece a mosca; na hora que o Paulo Coelho está falando, a mosca apareceu?

A.M. – Conheço. Eu vi.

C.C. – Então, de vez em quando, a gente... tem uma mosca aí, do Tortura Nunca Mais, questionando e não aceitando certas coisas. Posteriormente...

A.M. – Vou voltar um pouquinho. Você mencionou que em determinado momento, algumas questões que vocês achavam que não estavam caminhando, vocês fizeram um dossiê e apresentaram ao procurador.

C.C. – Isso. Foi o Daniel Sarmento que deu...

A.M. – Então vocês procuraram um canal institucional de apresentação das demandas.

C.C. – Sim. Que foi o Ministério Público. Isso.

A.M. – Que outros canais de comunicação vocês buscavam, para apresentar essas [demandas] [*falam juntas*].

C.C. – Olha. Além do Ministério Público, a gente procurava parcerias com deputados federais. Eu lembro que um grande parceiro nosso foi Milton Temer, Chico Alencar, eram dois grandes parceiros nossos. A questão da federalização da lei sobre a questão de direitos humanos, dos crimes contra os direitos humanos, que eu lembro que o Milton Temer levou isso muito adiante. O Hélio Bicudo. Nós tínhamos uma ligação muito grande com Hélio Bicudo, com alguns juristas, no caso, o Fabio Konder Comparato, que até hoje reconhece meu sotaque – “Oi, carioca”. Já está velhinho, mas muito parceiro nosso. Através de pressão de dom Paulo Evaristo Arns, nós... Nós fomos, aqui no Rio de Janeiro, quando foi feito aquele projeto Brasil Nunca Mais, nós éramos os únicos que tínhamos os originais – os originais não, cópia daqueles doze volumes do projeto Brasil Nunca Mais. E só tinham vinte e duas coleções, no mundo inteiro. O Tortura Nunca Mais foi um dos que recebeu essa coleção dos doze volumes do projeto Brasil Nunca Mais. E nós utilizávamos muito. Muito. Porque nós, inclusive, fizemos toda a denúncia, com relação a alguns torturadores que ocupavam cargos de confiança, estava lá no Brasil Nunca Mais. Indicávamos em que processo, quem acusou; médicos legistas... Então, o projeto Brasil Nunca Mais foi utilizadíssimo por nós. Tanto que o dom Paulo Evaristo Arns, através do reverendo Jaime Wright, que foi um grande parceiro nosso, ele nos passou os originais do Brasil Nunca Mais, dos doze volumes, para que a gente pudesse digitalizar, para manter isso. Quem acabou fazendo isso foi o Marcelo Zelic, ele teve mais possibilidade, porque a gente não... Porque uma das coisas que... eu acho que eu já até falei isso, mas uma das coisas que a gente tem muita dificuldade é a questão financeira, porque a gente não aceita nenhum tipo de

financiamento, vindo de nenhum estado ou de alguma instância governamental, municipal, estadual ou federal.

V.A. – E de onde vem o financiamento?

C.C. – Financiamento? Não temos financiamento. Nós vivemos de doações. Não temos financiamento.

V.A. – Doações. Mas elas vêm de onde?

C.C. – Doações de companheiros; de juristas, dos nossos amigos, esses vários que eu falei, de companheiros que dão uma mensalidade ao grupo... Então ele funciona assim: nós temos uma secretária... A gente conseguiu, a gente conseguiu um financiamento, que era para um projeto – que eu coordenei durante vinte e três anos, terminou agora, (acho que eu não cheguei a falar dele) – projeto médico-psicológico de assistência a pessoas atingidas pela violência do Estado. Era um trabalho de atendimento psicológico e de reabilitação social, onde a gente recebia financiamento. Quem, inclusive, deu o caminho as pedras para a gente foi o reverendo Jaime Wright. Que é do Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura. Foi o único financiamento que a gente teve. E um, dois anos, durante dois anos, da Comunidade Europeia, para esse tipo de atendimento: pessoas atingidas pela violência do Estado; um atendimento médico, psicológico e de reabilitação física. Nós tínhamos... Fomos, inclusive, na Dinamarca, no IRCT, passamos uma semana lá etc. e tal, conhecendo o trabalho. Eles queriam muito, esse instituto dinamarquês, que é um instituto de reabilitação, transformar o Tortura Nunca Mais num centro de saúde. E para nós era uma questão política. O atendimento a pessoas atingidas pela violência do Estado é uma frente de trabalho do grupo, que existiu durante vinte e três anos. Tem... Depois, eu posso... Eu acho que tem, no nosso site, alguma coisa escrita.

V.A. – E como violência do Estado...

C.C. – Então, esse dinheiro chegava pela ONU, e nós retirávamos dez por cento para o grupo Tortura Nunca Mais. Isso era dito para todo mundo; e, inclusive, discutíamos isso junto com todos os terapeutas, psiquiatras, psicólogos, psicanalistas, e fisioterapeutas. Nós chegamos a ter uma época, nós atendemos a mais de mil pessoas, e não só pessoas atingidas pela violência do Estado no período da ditadura, atingidas pela violência do Estado hoje. As

últimas pessoas que foram atendidas pelo projeto no ano passado, que terminou, foram alguns companheiros do MST e alguns companheiros... alguns jovens atingidos pela violência das jornadas de 2013.

V.A. – E por que acabou?

C.C. – Terminou por quê? Porque... Por divergências com alguns psicólogos, que queriam que nós nos associássemos a uma proposta, que estava vindo da Comissão da Anistia, chamada Clínica do Testemunho; e nós discordávamos disso, politicamente.

V.A. – Por quê?

C.C. – Porque a gente achava que a gente não poderia ficar vinculado – a gente enquanto o grupo Tortura Nunca Mais, vinculado a nenhuma instância governamental, porque a gente acabaria ficando preso a determinadas questões políticas. Que foi o que aconteceu com a Clínica do Testemunho. Na Clínica do Testemunho, acabou defendendo uma série de coisas da Comissão Estadual da Verdade, da Comissão Nacional, companheiros que eu reputo assim da maior competência, mas que eu discordo ética e politicamente, eu e o grupo Tortura Nunca Mais. Foram assim reuniões que nós fizemos durante o ano de 2012, 2013, assim, reuniões assim, muito tensas, porque era um trabalho muito bonito, e a gente decidiu que... eu, inclusive, estava coordenando esse trabalho há vinte e três anos, fez agora em dezembro, e eu disse: “Gente. Eu não tenho mais corpo para isso. Eu sou a única psicóloga da diretoria do grupo, eu não tenho mais corpo para continuar esse tipo de... Eu acho que a gente está se digladiando entre nós, e eu não vejo sentido. Eu acho que o grupo, nós já cumprimos a nossa função. Eu acho que enquanto não se tinha nenhum tipo de atendimento, foi fundamental apontar para o governo; é importante que vocês façam esse tipo de trabalho; agora não pode ser um tipo de trabalho associado ao Tortura Nunca Mais”. Então foram discussões ético-políticas mesmo, no sentido de dizer: os companheiros que concordam têm toda liberdade de... E foi isso que aconteceu. Os companheiros saíram do projeto, a equipe se desfez, ficaram poucas pessoas no projeto; e a gente aí, discutindo muito com os clientes... Que ainda tinha essa questão. A Clínica do Testemunho, ela só poderia atender pessoas que tivessem passado pela Comissão da Anistia. Quer dizer, pessoas, por exemplo, que não tivessem passado... Por exemplo, companheiro nosso que ficou clandestino muitos anos, depois ficou exilado, nunca chegou a ser preso, nunca entrou com processo na Comissão da Anistia –, até

poderia ter entrado, mas nunca entrou –, ele não poderia ser atendido. Então havia uma série de limitações. Limitações essas feitas pelo próprio governo, o próprio Estado. E a gente achou que... o trabalho do grupo estava cumprido. Discutimos isso muito com os clientes. Os clientes que quiseram ir para a Clínica do Testemunho foram. E outros ficaram. Os que não podiam ir ficaram conosco. E nós fomos tentando – isso aí coube a mim, como psicóloga – tentando ver se haviam pessoas que poderiam aceitar esses... alguns tiveram alta –, outros, que a gente achava que não tinha condições de ter alta realmente, para ver se tinha algum órgão público, uma pessoa que pudesse...algum psicólogo, ou psiquiatra que pudesse fazer esse tipo de atendimento, ou alguns companheiros, fazendo atendimento em termos de uma clínica, tipo clínica social, a preços baixos etc. e tal. Eu hoje, quer dizer, depois que acabou o projeto, eu consegui organizar... estamos fazendo – uma rede de psicólogos ativistas, sei lá que nome tem, de pessoas, que estão discutindo com seus clientes – pessoas que eu conheço muito, ex-alunos meus etc. e tal – que estão discutindo a questão de uma clínica social, de um atendimento... o cara pode pagar dez reais... quanto você pode pagar? – e discute. Você quebra com uma coisa sagrada na psicanálise. E a gente tenta quebrar justamente. Quer dizer, porque a orientação desse grupo de atendimento médico e psicológico vem de uma orientação, que eu também trago, dentro da psicologia, que é uma orientação que pega Foucault, que pega Deleuze, que pega Guattari, Félix Guattari, que foi um grande psicanalista, e que pega alguma coisa dessa filosofia da diferença, mostrando que certos tabus que a psicanálise coloca aí precisam ser discutidos; e um deles é a questão do dinheiro, um deles é a questão do pagamento.

V.A. – Mas essa rede de psicólogos ativistas...

C.C. – Está se fazendo. Está se fazendo. É uma coisa muito...

V.A. – Ela continua sendo voltada para atendimento de pessoas que foram vítimas de violência do Estado? Ou em geral?

C.C. – Sim. Sim. Só vítimas de violência do Estado. Até porque a gente... A gente, na época, até tinha... Na época, muitas mulheres procuravam a gente. Pessoas... Muitas questões de violência doméstica e tudo mais, e a gente dizia: não é que a gente não considere isso uma questão política; mas é que a gente... não dá para a gente atender todo mundo. E a própria ONU colocava isso. A própria ONU limitou. E a gente, aproveitando... Porque a gente não

tinha como. Teve uma época que foi uma demanda, que a gente não tinha... Tinha fila de espera. A gente fazia fila de espera. A gente recebeu financiamento da ONU, esses anos todos, do Fundo Voluntário, que outro dia lamentou profundamente, [riso] queria continuar dando, e a gente não querendo... Eles mandaram uma carta bonita, agradecendo; e a gente é que agradeceu a eles o trabalho que eles permitiram que a gente fizesse. De uma organização dinamarquesa ligada a esse IRCT, que...

V.A. – IRCT significa o quê?

C.C. – É Instituto de Reabilitação... Não sei. IRCT². Não sei.

V.A. – Dinamarquesa.

C.C. – É. Da Dinamarca. Que foi um grupo que instituiu... É interessante. Eu estive... estivemos lá, passando uma semana, em treinamento. Eles fizeram... entraram muito no Leste Europeu. E transformaram muito certos movimentos em centros de saúde. Isso, a nosso ver, era uma forma meio despolitizada de atuação. E foi uma das coisas que a gente discutiu muito lá, com muita fraternidade e tudo mais, mas a gente discordava. Eles forçaram muito. Porque aqui no Brasil, o único grupo que tinha esse tipo de atendimento foi o Tortura Nunca Mais. O Tortura Nunca Mais foi pioneiro. Isso começa em 92. Ele foi pioneiro nesse tipo de atendimento, atendimento psicológico, psiquiátrico e o de reabilitação física, para os atingidos pela violência do Estado.

V.A. – Em outros estados também?

C.C. – Em outros estados, a gente tentou. A gente foi para vários estados, dávamos muito – a gente chamava de oficinas, oficinas de direitos humanos, discutindo essa questão clínica etc. e tal, mas não...

V.A. – Não pegou.

C.C. – Não pegou. Um lugar que pegou, porque tem ex-alunos nossos, mas que agora já acabou, é o Centro de Direitos Humanos de Petrópolis, do Leonardo Boff; que teve um atendimento clínico lá, durante algum tempo. Eram alunos nossos lá da UFF, que tinham ido trabalhar lá, conseguiram, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis.

² International Rehabilitation Council for Torture Victims.

A.M. – Mas não pegou porque não tinha psicólogos, ou não pegou por causa.... [*falam juntas*] [orientação]?

C.C. – Não é que não tinha. Não era uma coisa que afetava os psicólogos. Uma coisa que não afetava. Até porque a formação do psicólogo é uma formação extremamente... não só positivista, cartesiana, individualista, intimidante, essa coisa que você coloca o sujeito em abstrato. Uma das coisas que... A minha briga, sempre, na universidade, foi essa. Tanto que a minha tese de doutorado chama-se *Guardiães da Ordem*, mostrando como é que a psicologia andou de mãos dadas com a ditadura. Não é por acaso que a psicologia tem o boom que tem durante o período da ditadura. Porque interessava, a individualização, a psicologização, a familiarização, você descontextualizar o sujeito do seu... da sua história.

A.M. – A gente precisa trocar.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

A.M. – Cecília, em 1996 foi instituído o primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos, PNDH 1.

C.C. – Isso.

A.M. – Questões vinculadas a mortes, desaparecimentos, torturas durante a ditadura chegaram a ser apresentadas por vocês, para integrar o PNDH?

C.C. – Chegaram. Porque eu era aluno do Paulo Sérgio Pinheiro nessa época, e o plano ficou a cargo do Núcleo de Estudos da Violência, da USP, então eu lembro que, numa ANPOCS, me botaram numa mesa junto – eu era orientanda do Paulo Sérgio, me botaram numa mesa junto com... Não contei isso aqui não?

A.M. – Contou.

C.C. – Ah. Então pronto. Então... Eu, inclusive, escrevi um artigo falando do Plano Nacional de Direitos Humanos, o primeiro plano, que não saiu do papel, não saiu das boas intenções, e a Lei 9.140/95, demonstrando como essas coisas estão paralelas e sequer foram colocadas na questão do Plano Nacional. Então a gente acompanhou isso de perto, fazendo críticas, inclusive, ao Plano, propondo certas coisas que não entraram. Uma coisa, por exemplo, que

era importante para a gente, na época, era... e que tinha a ver com as questões contemporâneas, o que estava... com o presente, (não sei se já cheguei a falar isso) – era a desvinculação dos institutos médicos legais das secretarias de Segurança Pública.

A.M. – Então, desde esse momento, vocês já apresentaram [inaudível].

C.C. – Já. Isso era uma coisa... A pesquisa que a gente começou a fazer, em 92, no IML e no Dops, mostrou – principalmente no IML, mostrou muito claramente isso, a vinculação dos médicos legistas com a Secretaria de Segurança Pública. E uma coisa que tinha ficado claro, foi na época de Volta Redonda. Por exemplo, um dos médicos que, inclusive, peitou dizer que aqueles três operários foram mortos por arma de fogo, ele, depois, veio trabalhar com a gente lá em Ricardo de Albuquerque. O dr. Gilson. Então...

A.M. – Dr. Gilson...

C.C. – É. Gilson... Ah! Isso tem tudo... Eu posso depois mandar o materialzinho que eu tenho, impresso, que a gente discutiu no congresso da Fedefam³, que é Federação Latinoamericana de Familiares de Mortos e Desaparecidos, onde a gente fala um pouco dessa história. Gilson Cantarino. E o Gilson tinha ficado conhecido pelo Conselho de Medicina, que deu um respaldo a ele, como aquele que se negou. Então a gente já sabia disso, que esses médicos, muitas vezes, eram obrigados a fazer laudos que interessassem à polícia. E uma das coisas que a gente apontou, já desde aquele primeiro Plano, foi essa questão da desvinculação. Vincular onde? Não sei. Vamos estudar, vamos pensar. Agora não sei. A gente pensou: Ciência e Tecnologia? Eu não sei. Alguma universidade... Não sei. Mas não poderia ficar vinculada à Secretaria de Segurança Pública, como até hoje está.

A.M. – Essa, inclusive, é uma das recomendações do relatório final da CNV.

C.C. – Justamente. Foi. Foi. Da Comissão Nacional da Verdade. Ainda bem. Vamos ver. Porque isso está... Mas isso não entrou no primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos. Eu lembro que na época, ou um pouco depois, ou na mesma época, eu fui... foi quando eu escrevi esse material, que foi publicado pelo Conselho Federal de Psicologia – eu fui chamada para ser coordenadora da primeira Comissão de Direitos Humanos, que foi criada pelo Conselho Federal de Psicologia; porque, até então, quem tinha a Comissão de Direitos

³ Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos.

Humanos era a OAB. Então o Conselho Federal de Psicologia criou, e os seus conselhos regionais também – eu andei muito pelo Brasil na época, criando comissões de direitos humanos nos conselhos regionais de Psicologia, porque eu era presidente dessa Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal. Então foi justamente nessa época que saiu esse artigo sobre o primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos e sobre a Lei 9.140/95.

A.M. – E vocês participaram do processo de criação da Comissão de Anistia, já em 2001?

C.C. – Não. Não, isso não teve a participação, não. Não fomos chamados sequer. Não. Não fomos sequer... Inclusive a gente criticava, a gente mandava cartas, porque as pessoas nos procuravam, os processos parados... A coisa só começou a andar com o Paulo Abraão. Posteriormente, era uma coisa assim terrível, era uma coisa assim que... E, o tempo todo, a gente mandando carta, encaminhando, cobrando: fulano de tal... e não sei que... Várias pessoas nos procuravam, no sentido de... A gente nunca foi ouvido. Nunca fomos ouvidos pela Comissão de Anistia.

A.M. – Mas após... A Comissão de Anistia é implementada... Ela é criada via uma medida provisória, em 2001, ela é implementada, com o princípio de concessão de reparação a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas entre 1964 e 1969. Após a edição desse texto, vocês fizeram algum tipo de menção, uma análise [de tudo]?

C.C. – Não. Ajudávamos as pessoas, as pessoas a fazer os dossiês e encaminhar para Brasília.

A.M. – Mas não necessariamente algum tipo de comunicado ou comunicação ao Poder Executivo, com relação à criação da Comissão.

C.C. – Não. Não. Encaminhávamos, pressionávamos, e os casos que a gente encaminhava – muita gente nos procurava – a gente tinha uma assessoria jurídica na época, militante, que inclusive, o Celso, que era o advogado nosso à época, ele fazia... tinha um plantão, uma vez por semana, no grupo, para orientação das pessoas, para encaminhamento para a Comissão da Anistia. Era apenas encaminhamento, porque a gente não podia pegar, o rapaz trabalhava dentro de militância, a gente não tinha como pagar a ele, então ele tinha um plantão, onde ele fazia todo o encaminhamento, mostrava a importância de pegar documentos, testemunhos, documentos no arquivo do Dops – fazia... dava todo o caminho das pedras, encaminhar para a Comissão de Anistia... Porque muita gente dizia: “Ah. Tem que ter advogado”. Não precisa

advogado. Você mesmo pode cuidar disso. Basta ter isso, isso, isso. Outro dia até... outro dia... a semana passada, me ligou uma pessoa, perguntando “como é que eu faço?”, não sei que, “Porque meu pai... não sei que, não sei que lá, está muito velhinho...” Uma pessoa do interior de São Paulo.

A.M. – E a ideia de concessão de uma reparação econômica simbólica, como a proposta pela Comissão de Anistia, é discutida por vocês?

C.C. – É. Nós discutimos. E era uma das coisas que a gente não tomou a mesma posição das *madres* da linha da Hebe de Bonafini, que não aceitava a reparação. Nós achávamos que a reparação era... Eu, pessoalmente, não pedi reparação. Mas é uma questão minha, de foro íntimo. Eu e meu ex-marido não pedimos reparação. Até porque a gente, uma vez, disse: “Eu não mercantilizo a minha dor”. Agora a gente acha que é... num processo... Eu até escrevi sobre isso numa revistinha da Unicamp, do Instituto Edgar Leuenroth, onde falo de anistia e reparação. E pego o conceito de reparação da ONU, mostrando que o Brasil está muito aquém desse conceito da ONU de reparação. E apontando que a reparação financeira é o direito, só que ela é final de um processo; e o Brasil inverteu isso. Ou seja, você faz a reparação econômica, chamando... inclusive, a gente não chama de indenização –, como um processo de cala-boca. Isso, já na Lei 9.140, a gente apontava, como um processo de cala-boca, no sentido de dizer – acabou, terminou. Eu lembro que na época a gente fez até uma charge, fizeram uma charge para a gente, sobre a Lei 9.140, colocando a coisa do... nem lembro quem fez – colocando a questão do... de comprar o silêncio do outro, com a compra do esquecimento. E o que a gente colocava era a importância da memória, a importância de contar essa história, isso não era um processo... isso era um direito sim, e a gente colocava: num estado capitalista... Eu lembro que eu escrevi pegando Foucault. Eu dizia assim: “Se a gente vive num estado capitalista, o estado capitalista só reconhece os seus erros através do pagamento, então é uma forma do estado capitalista assumir as suas responsabilidades. Isso aí, o pagamento, é uma coisa ínfima”. Tanto que quando a gente foi discutir o processo de reparação aqui, o Chico Alencar e... Não. Foi o Carlos Minc e o Edmilson que mandaram para o Tortura Nunca Mais o projeto da criação de uma comissão de reparação. Isso nem me lembro em que ano foi.

A.M. – Em 96.

C.C. – Que ótimo que vocês têm esses anos todos. E a gente colocou: “não vamos opinar sobre a questão da reparação financeira”. Isso eu...

V.A. – Quer dizer que eles mandaram esse projeto de lei para vocês opinarem.

C.C. – Para a gente discutir, dentre várias coisas. Uma das coisas que a gente conseguiu foi que houvesse uma cópia, [que] viria para o Tortura Nunca Mais, (isso está lá na Lei) com esses depoimentos todos de ex-presos políticos; e uma das coisas que a gente, inclusive, discutiu em plenário, quer dizer, a gente não vai colocar aqui o valor a ser recebido. Não vamos fazer cálculo da dor de ninguém. Porque eu lembro que Paraná, que foi a primeira lei que foi instituída, estadual, foi a do Paraná, o grupo Tortura Nunca Mais do Paraná, ele pediu... estavam discutindo essa questão – pediram ao Tortura Nunca Mais, e a gente pediu à equipe clínica que fizesse um documento sobre isso, apontando que, psicologicamente, você não pode medir dor e tortura de ninguém; você não pode dizer que fulano de tal foi mais torturado do que beltrano de tal. Então, aquele que perdeu a perna, perdeu o pé, ficou cego, que eram esses argumentos que a comissão do Paraná estava usando, e o Tortura Nunca Mais do Paraná estava preocupado com isso. Então eles pediram um apoio nosso; e nós fizemos um pequeno artigo, o pessoal do projeto clínico, apontando isso, que era impossível você avaliar quem foi mais torturado, quem sofreu mais, quem tem mais lesão. E era uma das coisas que a gente defendia. Então, a nível federal, nós sempre colocamos: é um direito que as pessoas têm. Só que é o final de um processo. Você primeiro tem que dizer o que aconteceu, como aconteceu, quando aconteceu e quem são os responsáveis. E, em cima disso, você faz a reparação financeira, que é um direito que as pessoas têm. Reparação que não vai reparar a milésima parte do que a pessoa sofreu, ou familiar ou ex-presos. Agora a nível estadual, a gente não quis discutir isso. E colocamos que... A gente fez parte, a gente teve assento na Comissão, aqui do Rio de Janeiro, e isso foi uma coisa discutida pelo próprio... pela própria Comissão de Reparação. Tanto que o nome – reparação – nós é mudamos. Porque o nome era indenização. A gente disse: “Esse nome não vai”. E eles acataram. Aqui, no Rio de Janeiro, ele foi acatado. Tanto que é Comissão de Reparação aqui, no Rio de Janeiro. Porque a gente falava... Uma das coisas que a gente questionava muito... Eu lembro que tinha um general que tinha assento – não lembro o nome do general – que tinha assento na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, e a gente, frequentemente, estava indo a Brasília, para fazer pressão durante votação de alguns casos de mortos e

desaparecidos. Eu lembro que quando o caso Marighella... Carlos Marighella e o Carlos Lamarca foram discutidos, foi um... nós fizemos lá uma pressão, e o general ficou... o general foi para as câmeras de televisão, dizendo “é do seu dinheiro que esses terroristas... essa indenização..” Então, a indenização era muito utilizada... “É com o seu dinheiro, através dos impostos, do seu dinheiro, do cidadão brasileiro, que esses terroristas estão sendo indenizados, e suas famílias estão sendo indenizadas, e não sei que”. Então tinha... esse nome – indenização – tinha uma carga pejorativa muito grande, trazida pela própria... pelo próprio... os conservadores. Então a gente fez questão, aqui no Rio de Janeiro, (e conseguimos) que ficasse reparação, que é como a ONU apresenta, o conceito de reparação. Só que você tinha... Aqui no Rio também, essas comissões de reparação, [por estarem inteiramente perversas], porque nós é que tínhamos que provar que tínhamos sido presos. Éramos nós que tínhamos que conseguir documento e testemunhos de pessoas, dizendo “ah, eu vi fulano de tal sendo preso; vi fulano de tal sendo torturado”, porque os arquivos continuavam fechados. Não era o Estado que dava. A mesma lógica da Lei 9.140. Foi a mesma lógica da lei nove mil, não só a questão do ônus, como a questão do prazo, que é a mesma coisa da Comissão da Verdade, das comissões da Verdade. Com prazo... Quer dizer, a da Comissão da Verdade foi uma coisa mais escandalosa ainda. Mas as comissões... A Lei 9.140 e as comissões de Reparação, foram de 74 a 79, como se depois não tivesse existido ditadura. E é uma das coisas que a gente brigava também.

A.M. – A da Lei 9.140, ela passou por duas modificações, depois. Uma que ampliou até 1978 e outra que excluiu a periodização.

C.C. – Isso.

A.M. – Você acha que foi fruto dessa batalha de vocês?

C.C. – Sem dúvida que... Mas sem dúvida que foi. Sem dúvida que foi. Não tenha dúvida disso. Foi uma das coisas que a gente mais pegava, em cima da questão da memória, para as novas gerações, colocando a importância disso. Quer dizer, vai passar para a história que... se apagou o período da ditadura nesse país. Isso é uma das coisas que a gente dizia, desde a Lei... Que a gente queria... Foi uma das modificações que a gente fez... propôs aqui, no Rio de Janeiro, mas que não passou. Porque eles tinham que... Aqui, na Comissão de Reparação.

A.M. – Na Comissão de Reparação, no Rio.

C.C. – É.

V.A. – Você diz que o Brasil está aquém no conceito de reparação da ONU. Por quê?

C.C. – Porque a ONU coloca, pelo conceito de reparação que a ONU traz, é isso: onde, quando, como, quem, e a questão atual das polícias. Ela coloca isso muito claramente, o conceito da ONU, mostrando que é importante que se aprende com essas experiências da ditadura, ou de períodos de exceção, no sentido de que as novas polícias – eles colocam – possam ser treinadas e possam conhecer esses excessos que foram praticados, (não sei se eles falam em excessos) mas o que ocorreu, para que isso não volte a ocorrer mais. Isso é muito claramente explicitado. E a gente vê, ainda hoje, o Brasil mandando oficiais civis e... oficiais militares e membros civis para a Escola das Américas. Isso ainda... A Escola da Américas continua funcionando, no Forte Benning, na Geórgia, que foi famosíssima por formar torturadores para toda a América Latina. O Brasil continua mandando. Outro dia, até estava lendo, um missionário lá, que tinha sido preso. Que eles, anualmente, eles fazem uma manifestação na porta do Forte Benning, lá na Geórgia. Que era primeiro no Panamá, depois foi para a Geórgia. E uma questão, também, é a questão da... – O que eu ia falar, gente? – Foi a questão da Escola das Américas e... Esqueci. Deu um branco.

V.A. – A gente estava falando por que o conceito de reparação aqui está aquém do da ONU.

C.C. – Ah, sim. Da questão... Da questão da formação das Forças Armadas, dos treinamentos militares. Isso até hoje é tabu. Até hoje é tabu. Ontem, a gente estava conversando isso com Sérgio Suiama, porque ele foi chamado para fazer parte de um grupo, que ele disse que está parado. Está parado. Nós fizemos... Em 92, nós fomos – eu fui, junto com James Cavallaro, que era da Human Rights Watch America, nós fomos para a primeira reunião que houve do comitê contra a tortura, da ONU, ainda Fernando Henrique Cardoso; e uma das denúncias que nós fizemos lá foi de [a do] caso de vinte e duas pessoas que tinham sido mortas ou torturadas dentro das forças armadas. Porque nós temos, até hoje, como membro da diretoria do grupo, a mãe (o pai já morreu) de um cadete morto durante treinamento na Academia Militar das Agulhas Negras. Como é que eles chegam para a gente? Porque o médico que tinha dado o laudo dele, dizendo que ele tinha tido encefalite, sei lá o quê, e ele foi torturado

durante o treinamento, era o mesmo médico que... o mesmo cara que assinou alguns laudos dos militantes mortos no período da ditadura. Então essa família chega para a gente, (esse menino já tem quase quinze anos de morto) a gente levou o caso para a OEA – a gente até, ontem, estava discutindo isso com Sérgio Suiama, e...

V.A. – Como é o nome dele, do menino?

C.C. – É cadete Márcio Lapoente. É conhecido como cadete Lapoente. Márcio Lapoente [da Silveira]. Ele foi morto durante... Tinha dezoito anos. Morto durante... O pai era da Marinha. O Silveira. Sebastião Silveira, que já morreu. Ele foi nosso tesoureiro muitos anos, fez parte da diretoria do grupo. E a gente...

A.M. – Ele foi morto quando, na AMAN?

C.C. – Ele foi morto... Ah. Não sei. Não sei.

V.A. – Você disse que faz quinze anos que ele morreu.

C.C. – Mais ou menos.

V.A. – Então foi depois, depois da ditadura.

C.C. – Foi. Foi há pouco tempo. Há pouco tempo... que eu estou dizendo, há pouco tempo assim, na democracia. E, em 92, essa denúncia foi feita em Genebra. Eu e o James Cavallaro fizemos um levantamento em cima da... com ajuda dos pais do cadete, pegamos o caso do cadete Márcio Lapoente, e pegamos vários outros casos de pessoas mortas durante treinamento militar, ou de pessoas que tinham sido presas... Temos um caso, até o Sérgio lembrou ontem, do Nazareno. Esse menino ficou oito anos preso num hospital psiquiátrico da Marinha... da Aeronáutica. Ele foi torturado, ali no 3º Comar... Da Aeronáutica não. Da Marinha. No Comar. E eu, inclusive, visitei, quando a Comissão de Direitos Humanos da Alerj, que ainda era Chico Alencar, foi visitá-lo no hospital psiquiátrico. Eu não sei como é que esse rapaz sobreviveu.

A.M. – Mas qual a motivação da prisão?

C.C. – Foi acusado de ter roubado uma arma, no quartel. Roubo. Coisas que não tinham nada a ver com questões ditas políticas. Então, o rapaz foi preso, torturadíssimo, e foi internado; e a gente soube disso.

A.M. – Mas ele foi julgado pela Justiça Militar?

C.C. – Foi. Foi considerado... Ele é considerado morto. É a mesma coisa. É isso que o Sérgio estava preocupado. Porque a mulher dele recebe um soldo, como se ele estivesse morto. Que isso existe até os dias de hoje. Essa questão das forças armadas é um negócio que é um tabu imenso. Porque em 92, quando a gente vai para Genebra e faz essa denúncia, o governo brasileiro, o Estado brasileiro estava lá presente, eles ficaram de boca aberta, eles não sabiam o que responder. Eles foram pegos de surpresa. Porque nós coletamos matérias de jornal, levamos isso – eu lembro que a gente virava noite, o James Cavallaro passando para o inglês...

A.M. – Vocês levaram a denúncia do Lapoente, do cadete.

C.C. – Do Lapoente e mais vinte e uma pessoas presas, ou mortas, presas e torturadas, em dependências militares, Exército, Marinha, Aeronáutica.

A.M. – Pós 1985.

C.C. – Pós 85. Essa denúncia foi feita, em Genebra, em 92.

V.A. – Em 92, acho que ainda não era Fernando Henrique, ainda era Collor e Itamar.

C.C. – Não. Era Fernando Henrique. Eu lembro. Era Fernando Henrique. Porque veio, inclusive, a...

V.A. – Então é em 95. Em 92 é Collor e Itamar.

C.C. – Não. Era Fernando Henrique Cardoso. Então eu estou errando a data, então foi em 95. Eu tenho um artigo sobre isso. Tenho que procurar esse artigo. Eu tenho escrito um artigo sobre isso, eu escrevi, essa ida a Genebra. É. Então já era... Eu tenho certeza que era Fernando Henrique Cardoso.

V.A. – Então é depois.

C.C. – Então é depois, é. E isso, há pouco tempo, isso repercutiu, porque o caso do cadete Lapoente foi levado para a Comissão, não para a Corte, para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. E foi feito um acordo com a família. Então, ano passado, eles puseram uma placa na AMAN, com o nome do cadete. E foi muito interessante, a gente chegar lá para a solenidade, os caras estavam nervosíssimos, era serviço secreto, aqueles homens de terno, tudo assim... tudo... Foi muito interessante. A gente estava até rindo. A gente, por dentro, ria.

A.M. – O que estava escrito na placa?

C.C. – Na placa, a gente queria que ele colocasse “morto durante treinamento militar”, aí os caras usaram “*falecido* durante treinamento militar”. Mas... E lá, o tal do Enzo estava lá, o ministro do Exército. Então foi feito um acordo com a família, que a família aceitou – nós respeitamos, porque a gente achava que não devia ter, pelo menos, esse negócio de *falecido... morto* – a gente queria, assassinado. Então, em cima desse caso do cadete, foi, agora, aberto, por causa da... não chegou à Corte, ficou na Comissão – mas foi aberto um grupo de trabalho, ligado ao centro de... à comissão... aquele de Brasília: CDDH... Comissão... Aquele antigo, que é um negócio antigo, que tem em Brasília, que o coordenador representa o Estado mas outros são convidados da sociedade civil – mas que ninguém faz porra nenhuma. Eu me lembro que eles discutiram o caso da Inês Etienne, na época, ninguém fez nada. CDDPH... Não sei. Centro dos Direitos da Pessoa Humana.

A.M. – Foi criado ainda durante a ditadura.

C.C. – Não é? Isso. Então... Centro de Defesa... Não, não. Comissão...

A.M. – Comissão de Direitos...

C.C. – Comissão de Direitos da Pessoa Humana. Exato. CDPH. Da Pessoa Humana. É de Brasília.

A.M. – Exato. Comissão de Direitos da Pessoa Humana. Criada, se não me engano, em 1974.

C.C. – Isso. Isso. E criou-se, nesse âmbito, uma comissão... um grupo de trabalho, um GT, para ver a questão das forças armadas. Isso, há dois anos atrás. E o Sérgio Suiama foi um dos encarregados, e nós adoramos, quando soubemos que o Sérgio estava; encaminhamos Nazareno para ele, encaminhamos Carmem Lapoente, a mãe do cadete, (o pai já tinha

morrido) Carmem foi conversar, e tudo mais. E ele, ontem, estava dizendo: “Olha. Vocês têm que pressionar. Está tudo parado. Eu fiz a minha parte aqui, no Rio de Janeiro. Mas está tudo parado. Não acredito que isso vá adiante”, ele próprio falou. E a gente aí entra, estamos fazendo... “vamos fazer um documento, para pressionar, tornar público etc. e tal”.

A.M. – Vocês participaram do projeto de lei, ou da própria demanda de criação, de elaboração de um projeto de lei, para criar a Comissão de Reparação do Rio de Janeiro?

C.C. – Não. Nós... O projeto foi feito pelo Carlos Minc... A proposta foi feita pelo Carlos Minc e pelo Edmilson.

A.M. – Edmilson Valentim.

C.C. – Valentim. E eles mandaram para o Tortura Nunca Mais, para que a gente discutisse, para que a gente opinasse, para que a gente pudesse sugerir uma série de questões. Uma das coisas que a gente sugeriu foi a questão da data, que não foi mexida. A única coisa que a gente conseguiu... Não discutimos a questão da reparação financeira, e conseguimos que se introduzisse um quesito de que seriam entregues duas cópias, uma ficaria para lá e outra seria para o Tortura Nunca Mais, que até hoje não foi entregue ao Tortura Nunca Mais.

A.M. – Ah. Não foi.

C.C. – Não. Nós conseguimos inclusive uma... lá na UFRJ, no Núcleo de Estudos da... no NEP... Como é? Núcleo de Estudos de Políticas... É ligado a direitos humanos. Que a Victoria tinha ligação com... nós tínhamos ligação com a Suely Almeida, que criou o NEP. Ela já morreu. Do Serviço Social da UFRJ. Conseguimos uma sala, condicionada etc., que está lá; e eles não mandaram até hoje. Uma das coisas que a gente tem... É uma das coisas que a gente tem pendente aqui. Que é um material riquíssimo, que são depoimentos, são dossiês sobre a tortura das pessoas que passaram pela Comissão de Reparação, para poder ser... ficar em arquivo e poder ser consultado. E a gente, nas dependências do grupo, não temos como — pedimos isso, depois vimos: “não temos como fazer, como acondicionar isso aqui”. [riso] Aí o pessoal da UFRJ ofereceu etc. e tal, do Núcleo... Ô meu Deus! Núcleo de Estudos... É o NEPP [soletra] De políticas... Acho que é Núcleo de Estudos de Políticas Públicas.

V.A. – De políticas públicas, deve ser. PP, só pode ser política pública.

C.C. – Eu acho que é. É. Deve ser. É.

A.M. – Essa documentação está sendo transferido para o Aperj, para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

C.C. – Nós nem sabíamos disso.

A.M. – Não somente por conta disso, mas tem um projeto, vinculado também à Comissão Estadual da Verdade, que é coordenado pelo Marcos Bretas e pelo Luís Edmundo, que também é do grupo Tortura Nunca Mais.

C.C. – É.

A.M. – E eles estão trabalhando com essa documentação. E ela está em trânsito, se não me engano.

C.C. – Da Comissão de Reparação.

A.M. – Da Comissão Especial de Reparação do Rio de Janeiro.

C.C. – É. Mas Edmundo viajou, foi para Jerusalém, ainda não retornou às atividades do grupo.

A.M. – E Cecília, a Comissão, ela... o projeto de lei é apresentado em 96, e ela é criada em 2001. Ela começa a funcionar em 2001. E você entrou com um pedido de...

C.C. – Entrei. Entrei.

A.M. – E, em sua concepção, a formalização desse pedido, ela é eficaz?

C.C. – É. Porque a gente também orientou...

A.M. – Era um procedimento correto a solicitação?

C.C. – Era. Eu acho que a gente orientou, inclusive, as pessoas, fizemos muitas reuniões sobre isso; a mesma orientação que a gente deu para o familiares, para encaminhar o dossiê, para a Lei 9;140 dos mortos e desaparecidos, a gente fez com os presos políticos, no sentido de a gente tentar... e a gente fez... para tentar identificar os torturadores. Isso foi um trabalho

assim... no sentido da gente dizer “coloque *todos* os detalhes da sua tortura agora; o que lembrar”. Aí a gente, inclusive, fazíamos reuniões de presos políticos, antes da plenária do Tortura Nunca Mais, chegava... Foi um período que a gente começava às seis horas –, sete, tinha que terminar, porque tinha a plenária –, onde a gente ficava... “mas o fulano de tal assim...” E a gente descrevia. E a gente foi formando um dossiê com o nome de torturadores. Inclusive, a Comissão de Reparação, de início, não queria aceitar. Foi depois. A gente fez um documento, em cima dessas discussões que a gente teve, mostrando que... Porque como era uma comissão do estado do Rio de Janeiro, eles só queriam aceitar quem tivesse sido preso em dependências do estado do Rio de Janeiro, e não em dependência federal. E eles consideravam... Tanto que os primeiros pedidos foram rejeitados. E aí eles voltaram a ser reapresentados. Porque quem foi preso em... Por exemplo, eu passei pelo Dops, depois fui para o Doi-Codi, mas muita gente foi direto para o Doi-Codi. E eles não... E aí a gente tentou mostrar como – e mostramos isso no documents, como os torturadores do Doi-Codi eram os mesmos do Dops, em muitos casos; que havia um trânsito, havia toda uma ligação. Então era uma coisa assim absurda, você não aceitar, porque era um órgão federal, embora localizado no estado do Rio de Janeiro. Então, aquele início, foi muito interessante, porque a gente... a gente tentando lembrar... [riso] Eu lembro, quando algumas dessas pessoas... algumas de nós – eu já falava isso há muito tempo – mas algumas companheiras até se emocionavam, quando a gente dizia: “fulano de tal...” – “Ah. É o beltrano. O nome dele é fulano de tal”. A descrição. Começava-se a descrever fisicamente o cara, e a gente conseguia identificar. Foi um processo meio doloroso. Tanto que a equipe clínica acompanhou esse projeto, sempre tinha um psicólogo acompanhando essas reuniões, porque era uma coisa assim muito... que mexia muito com... Muitas pessoas, por exemplo, muitos ex-presos políticos nunca tinham falado sobre isso, estavam falando ali, pela primeira vez; não só descrevendo a tortura, para poder... E descrever aquilo é terrível. Não só descrevendo as torturas, mas tentando identificar, que era essa, também, a preocupação da gente. Então a gente achava que, independente da reparação econômica, que isso é uma questão que não entrou, aquele material é um material riquíssimo e que a gente poderia estar escrevendo não só os tipos de tortura que a gente sofreu, mas identificando os torturadores.

A.M. – É uma espécie de espelho de um Brasil Nunca Mais, por exemplo.

C.C. – Justamente. É. É. Aqui no Rio de Janeiro. É.

A.M. – [Quem precisar] da documentação de uma outra instituição pública vai encontrar informações semelhantes.

C.C. – É. Isso. Tanto que foi em função disso que eu consegui identificar onze torturadores. E eu boto isso no meu depoimento. Tanto que o meu depoimento, que eu mandei depois, mais tarde, para a Comissão Estadual e para a Nacional, (que eu acho que eu deixei com vocês, não deixei?)

A.M. – Não.

C.C. – Não deixei, não? Eu vou mandar. Foi uma coisa... Foi uma daquilo que eu escrevi para a Comissão de Reparação, que aí eu fiz com mais detalhes. Agora é muito difícil para a gente escrever aquilo. Não sei como é que foi para Dulce. Deve ter sido difícil *pra caramba*. Mas é muito difícil, a gente reviver aquilo tudo.

A.M. – E em termos burocráticos, como é que funciona? Você vê o modelo de apresentação, preenche aqueles campos... Ou ficava a cargo do pessoal que *[falam juntas]* aquilo?

C.C. – Não. Não, não. Não tinha modelo. Você se identificava e contava a sua história. Não havia nenhuma... Eles não deram nenhum modelo.

A.M. – E entre a apresentação e o julgamento do seu... a gente pode chamar de processo, por exemplo?

C.C. – É. Pode. Pode.

A.M. – Demorou muito tempo?

C.C. – O meu, eu fui a última. Eu entreguei no último dia. Eu fui uma das últimas a entregar. E só foi julgado há pouco tempo, junto com o da Dilma. Eu estava no mesmo grupo da Dilma. Que acabou... Era vinte mil reais... Eu não sei. Nem me lembro mais o que é que foi. E a Dilma deu para o Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, e pediu que fosse mantido sigilo. E a gente não manteve sigilo. Isso, falado pela Maria do Rosário. E nós... Foi uma coisa assim bonita, porque... bonita porque muitos familiares e muitos presos políticos, como o grupo Tortura Nunca Mais vive de doações, era muito uma coisa assim... na época, principalmente dos familiares, uma coisa... a gente ficava comovida: eram cem mil, por

exemplo, e aí tinham quatro irmãos para serem divididos... Eu me lembro de um caso de um cara, de um operário, o irmão dele foi desaparecido, e aí deram... parece que ele tinha... de família muito humilde... ele era... eu não me lembro de que sindicato ele era, aqui do Rio – muito humilde – e aí ele começou a ir no Tortura Nunca Mais, em função da questão da reparação, tal. Isso, na lei federal. E ele, quando chegou o final do processo, ele tinha que dividir com os quatro irmãos, e ele disse: “Olha. Nós botamos cinco, porque uma parte vem para o Tortura Nunca Mais”. Aí nós dissemos: “Que é isso? Por favor. Não, nós não cobramos nada. Isso é um trabalho nosso. Isso é nossa militância”. Aí ele... Olha. Mas foi tão bonito! Eu fico emocionada, quando eu me lembro disso. Porque ele disse assim: “Vocês não sabem como foi importante eu ter vindo aqui. Porque até então a minha família via o meu irmão como um bandido; e eu aqui vi que meu irmão era um militante”. Muito bonito. [Chora]

A.M. – Quer parar um pouquinho?

C.C. – Não. Tudo bem.

V.A. – A gente tem aqui que você deu entrada em 29 de novembro de 2004 com o seu processo de reparação. Foi o último dia. 29 de novembro de 2004.

C.C. – Foi. Foi o último dia. Não foi o último dia? Foi o último dia, ou penúltimo? Sei lá.

V.A. – Não sei. E aí você recebeu agora? Só para saber o tempo.

C.C. – Só agora. Só agora.

V.A. - Só agora o quê? 2015, 2014?

V.A. – Dez anos, então.

C.C. – 2014.

V.A. – Dez anos do processo. [riso]

C.C. – 2014, é.

V.A. – 2004 para 2014.

C.C. – Foi 2014, é. Recebi agora, no ano passado. Aí a gente deu uma porcentagem para o Tortura Nunca Mais.

A.M. – E não é uma instância do Poder Judiciário, é uma instância vinculada ao Poder Executivo.

C.C. – É. É. Não. Eu, por mim, não... Eu entrei porque eu acho que... Não era nem pela questão do dinheiro, que eu acho que nenhum dinheiro paga nada do que a gente passou; mas é registrar memória. Eu me lembro do Alípio Freire, que é um companheiro nosso de São Paulo, ligado ao MST, e o Alípio, ele disse, quando... São Paulo foi primeiro. O Rio foi um dos últimos a ter a comissão de reparação. E Alípio disse que... “Cecília, quando eu entreguei isso, que eu acabei de escrever, eu disse: eu já posso morrer, e a minha memória está ali, o que eu passei está escrito ali”. Como é importante para a gente poder falar disso. Por mais difícil que seja, mas registrar isso, independente do que foi receber... Mas eu acho que isso a gente passava para as pessoas, para os familiares e para os ex-presos, nesses dois momentos: da Comissão... da Lei 9.000... da Comissão Especial em Brasília e da Comissão aqui do Rio, da importância de isso estar registrado, essa memória estar registrada. Isso a gente passava muito, enfatizava muito. E o nome dos torturadores. Embora eu seja contra a questão de “prenda e arrebenta! Mata! Tem que ser preso!” – eu discordo profundamente disso, mas eu acho que tem uma responsabilização ética aí, para ser feita.

V.A. – Por que você discorda?

C.C. – Porque eu sou contra... Eu sou meio abolicionista penal. Eu sou contra prisão. Eu acho que a gente hoje... E aí é uma questão muito contemporânea. Os meios de comunicação, hoje, enfatizam o tempo todo a judicialização da vida: tudo tem que ser punido. Punição, punição, punição. E a gente... É uma coisa interessante. Eu nunca gostei da palavra vítima. E é uma das coisas que a gente trabalhava no projeto clínico. Vítima de tortura. A gente dizia *atingido* pela tortura, atingido pela violência. Porque a vítima te coloca no lugar de pobrezinho, coitadinho. Nem sei se já cheguei a falar isso aqui. E é uma coisa que a gente questiona. Nós não somos coitadinhos, pobrezinho, nós somos sobreviventes. Porque eu acho que quando você se vê como vítima, como pobrezinho, coitadinho, você não só se minoriza, se desqualifica, como você precisa de alguém para te cuidar. E é interessante, como a vítima, ela tem o direito a vingança. Ela é tão... Olha. É paradoxo. Ela é pobrezinha, coitadinha; mas,

pelo seu sofrimento, ela tem direito a vingança. É quase uma coisa sagrada. Ela tem direito a se vingar. E no fundo é uma vingança. Que é uma... a procura de uma... Isso, eu estou pegando Nietzsche. [riso] É uma procura de uma justiça infinita. Não termina nunca. Então eu, dentro do Tortura Nunca Mais, eu tenho levado muito essa discussão. Eu trabalho muito com Vera Malaguti Batista, que é mulher do Nilo, Nilo Batista, que pega muito essa questão do abolicionismo penal, essa coisa da judicialização da vida. Porque hoje, a gente quer punir tudo, tudo é punição, punição. Não é punir melhor. Que é uma forma de controle. E a gente é... A gente é justiceiro, de todo... Como se aplaudia lá o... Não sei se [inaudível] comum. A sociedade brasileira aplaudiu aquele... me esqueci o nome dele – o juiz que queria punir todo mundo... o que acabou se aposentando antes do tempo... Ô meu Deus! Joaquim Barbosa! Joaquim Barbosa. Como certas figuras, elas aparecem e são produzidas como exemplo da justiça. Então são questões que me mobilizam muito. Porque durante muito tempo eu dizia assim: o ódio é o melhor de mim mesma. Eu digo: eu não quero que o ódio seja o melhor de mim mesma, porque eu não quero ficar me vingando das pessoas. Eu acho que... Eu acho que... E a filosofia me ensinou muito isso, a vida me ensinou muito isso. Eu acho que a gente fica reativamente sempre e a gente não consegui produzir outras coisas novas. Eu acho que a questão da... você ficar na reação pura e simples, você fica apenas questionando, questionando, você não propõe coisas novas, você não propõe outros modos de você lidar com essas coisas. Então o Nietzsche me atrai muito, em função disso, dessa justiça infinita, desse espírito de vingança, dessa volúpia punitiva. Aliás, tem um texto de uma mulher – maravilhosa -, lá do Núcleo de Estudos da Violência, da USP. Esqueci o nome dela. Chama-se *Volúpia Punitiva*. E ela vai... É muito interessante. Helena Singer! Helena Singer. Não sei se ela é historiadora, ou socióloga, cientista política... Acho que é cientista política. Mas ela mostra, com exemplos simples, do cotidiano, como tudo está sendo punido. O pai que não põe a criança na escola é punido. Você pune tudo. É a questão ecológica, é a... *Tudo* é a punição. Então ela chama isso de volúpia punitiva. É muito interessante. E eu acho que é importante trazer para a nossa questão, a questão dos torturadores. Isso para mim é... é um desafio. É um desafio para mim isso. De você dizer: não, eu não quero ninguém preso; agora eu quero que esses caras digam, sim, o que aconteceu; eu quero que esses caras sejam conhecidos publicamente; eu quero que esse... Acho ótimo esses escrachos – e, muitos deles, a gente foi junto, muitos deles, a gente forneceu o endereço desses torturadores, para os meninos fazerem... Eu acho ótimo isso. Aqui mora um torturador. Quer dizer, eu acho que é...

Pode dizer: ah, isso é uma punição, espírito de vingança. [riso] Para mim é uma... eu chamo [de] uma responsabilização ética.

V.A. – E você disse: se ficar muito na punição, você não resolve, não vai para frente. Como é que seria isso, ir para frente? Você reconhecer, conhecer os nomes dos torturadores, o que isso significa?

C.C. – Você conhecer a tua história. Você ter essa memória registrada. Eu acho que é fundamental a gente saber. E que até hoje a gente mitifica o Duque de Caxias, o pacificador. Tentar pegar uma outra vertente da história e tentar... O que é que significa mudar nome de ruas? Não porque a gente... É uma questão pedagógica, histórica, de tirar o nome dessas pessoas... que é absurdo você dar nome... Ih! A história do Brasil está toda assim. A gente vê várias pessoas que realmente massacraram e participaram de atos de repressão violentos dando nome a ruas. Isso desde o início da República. Vocês, melhor do que eu, entendem disso. Quer dizer, eu já não sou mais... não estudo mais história. Mas... E eu acho que é importante. É uma questão pedagógica. E isso não é perseguir ninguém. Isso eu acho que é mostrar à sociedade o que essas pessoas fizeram, de que forma elas entraram para a história. Entraram para a história praticando esses tipos de crimes, e em nome do Estado, em nome da segurança do Estado. Se daqui a alguns anos o Beltrame morre, e a gente vai botar o nome de uma... avenida não sei que Beltrame, a gente vai... se a gente ainda estiver vivo, a gente vai ter que questionar isso. Por exemplo. [riso]

V.A. – No Senado tem em tramitação o projeto de lei do Randolpho Rodrigues: revisão da Lei de Anistia.

C.C. – Eu sei.

V.A. – Então, você não concordaria com essa revisão da Lei de Anistia.

C.C. – Não. Não. Eu acho que isso é uma questão... Eu acho que é um... Eu acho que é um tiro no pé. Quer dizer, eu acho que é revisão da Lei da Anistia, mas não fazer uma outra lei. Eu não sei se o Randolpho está propondo uma outra lei. Está propondo revisão, não é? Porque, por exemplo, quando o Fábio Konder Comparato entrou na OAB, eu falei para ele: “Dr. Fábio, isso é um tiro no pé. Nós não temos condições de anular a Lei da Anistia no STF. Nós não temos força para isso”. Porque a OAB federal entrou. Isso foi o...

A.M. – Isso é a ADPF 153/2008.

C.C. – Isso. Não me lembro. Eu me lembro que eu falei: “Dr. Fábio, eu acho que a gente está dando um tiro no pé. A gente vai perder”. Então eu acho que a questão não é fazer uma outra lei, é fazer uma outra interpretação dessa lei. Principalmente no que se refere aos chamados crimes conexos.

V.A. – Ele tem... Eu tenho aqui o textinho dele.

C.C. – Eu não estou sabendo do Randolpho, não.

V.A. – Ele diz assim, alterando a questão dos crimes conexos, “para dispor que não se incluem entre os crimes conexos aqueles cometidos por: a) agentes públicos, militares ou civis, contra pessoas que de qualquer forma se opunham ao regime do governo vigente no período por ela abrangido”. Então seria...

C.C. – Não. Isso aí eu concordo. O grupo Tortura Nunca Mais concorda com isso. Porque muita gente dizia: “Ah, vamos mudar a Lei da Anistia”. Não é mudar a Lei da Anistia...

V.A. – Quer dizer, não são anistiados. Não serão mais. Quer dizer, de acordo com esse projeto de lei, eles não seriam mais anistiados. Agora... se serão punidos, é outra história. Aí...

C.C. – Não serão. É. Não. Eu acho que punição... Por exemplo, quando a gente fala... Ontem, a gente estava discutindo com o Sérgio. Teve uma vez, eu saí com uma briga com o Sérgio Suiama – briga não, assim discordando. Digo: “Tu é punitivo *pra caramba*. Também, para estar no Ministério Público, você tem que ser punitivo mesmo, porque senão você não estaria lá. Agora... [riso] Nós somos parceiros até certo ponto”, eu assim para ele. Mas ontem, ele estava... ele até brincou, ele estava falando, eles abriram doze processos, o Ministério Público do Rio abriu doze processos contra, criminalizando; então...

V.A. – Torturadores.

C.C. – Torturadores. E então ele disse: somente tem três que não foram julgados; os outros todos já foram. E então eu estava dizendo: “Eu acho que é importante...” Eu até estava dizendo, mexendo com ele: “Apesar de eu não concordar com a questão da punição, Sérgio,

[riso] (a gente até brincou um com o outro) mas isso, para mim, leva a que essas pessoas sejam conhecidas publicamente, a que esses crimes contra a humanidade sejam conhecidos e que esses atos possam fazer parte da história. Eu acho fundamental isso”. Isso não quer dizer passar a mão na cabeça de torturador, ser contra punição, ser contra toda e qualquer... Eu acho que responsabilizar eticamente não deixa de ser uma punição. Agora eu acho que quebra um pouco esse espírito de vingança. Que eu acho que isso é que nos alimenta muito. A todos nós. Não é só quem passou pela violência do Estado. O espírito de vingança alimenta muito a gente. E a gente só fica reagindo, reagindo, reagindo. Isso é uma questão que não é questão... é uma questão...

A.M. – Então, em síntese... Em síntese não, porque é uma situação complexa.

C.C. – Muito. Muito.

A.M. – Você defende a ideia de uma responsabilização não necessariamente penal dessas pessoas.

C.C. – Isso. Isso.

A.M. – Que passa pela...

C.C. – Ético-política, digamos assim, se a gente pode... Social...

A.M. – Que passa... O ponto fundamental é a identificação dessas pessoas.

C.C. – É. Vai sair um livro agora, que eu até fiz o prefácio, (depois eu mando para vocês) de uma orientanda minha de doutorado, onde ela, justamente, pega o homem do ressentimento e o espírito de vingança no contemporâneo, trabalhando muito com Nietzsche e Foucault; onde ela, justamente, vai mostrando como você vai se ressentindo, ressentindo... e, em cima do ressentimento, você acaba não construindo nenhum presente, nem futuro, você fica só no passado, no ressentimento. E esse espírito de vingança cada vez te alimenta mais.

V.A. – Como é o nome dela?

C.C. – Érica Reis. Érica Reis. Vai sair agora, pela Juruá. Segundo ela, já está pronto. Eu aviso depois, no Facebook. Você é minha amiga no Facebook?

A.M. – Sou. [riso] Cecília, em 2002 é instituído o PNDH 2, que uma vez mais não trouxe... foi instituído e não trouxe questões vinculadas a responsabilização, identificação ou apuração de crimes políticos durante a ditadura. E vocês, mais uma vez, militarem em torno da elaboração dele, ou posteriormente?

C.C. – Não. Não. Militamos mais do que na primeira vez. Porque na primeira vez... Até, eu acho que foi interessante, porque, pelas críticas que a gente fez ao primeiro plano, que foi uma coisa fechada, só do Núcleo de Estudos da Violência –, embora a gente tenha tentado, até porque eu estava lá, estava fazendo pós-doutorado lá –, eles abriram mais para debates. Esse segundo plano foi uma coisa mais debatida. E se instituiu uma coisa, que é interessante, porque, no terceiro plano, a gente pôde influenciar, falando da questão da Comissão da Verdade. Foi a companheira, foi a Heloisa Greco, de Minas, que levanta, na Conferência Nacional de Direitos Humanos... Porque aí, no segundo plano, eles já fazem conferência nacional de direitos humanos. E aí nós participamos da conferência. Mas pouco...

A.M. – E eles são... É o pessoal da Secretaria Nacional de Direitos Humanos?

C.C. – O governo federal. É. Secretaria de Direitos Humanos, é. Eles, o governo federal, no caso. E instituem... E aí dos estados... A gente, inclusive, nem participou muito, aqui, da discussão do estado, porque a gente discordava da política que estava sendo levada, na época, pelo estado. Eu sei que a gente foi convidada para ir para a conferência nacional. Fomos para a conferência nacional, mas pouco tivemos influência. Pouco tivemos. Até pelos delegados, que estavam eleitos. A gente não tinha... Pouco... Fomos lá, eu estive lá junto com Flora, e pouco pudemos influenciar.

A.M. – Mas a Heloisa levantou?...

C.C. – Isso já foi no terceiro. No terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos...

V.A. – Eles fizeram conferências antes.

C.C. – Antes. Foram... Foi mais ampla ainda do que o segundo. Porque o primeiro foi realmente fechado. O segundo, já teve conferências, mas não com tanta participação assim. O terceiro, efetivamente, teve conferências – estaduais, nós participamos das estaduais, e convocamos inclusive: vamos participar, vamos; então vamos para Brasília. E foi nessa

terceira Conferência Nacional de Direitos Humanos (foi a terceira conferência) que sai o Plano, saiu o terceiro plano, onde a companheira de Minas, a Heloisa, aponta a questão da Comissão Nacional da Verdade, de uma comissão da verdade, que a gente já vinha apontando há alguns anos. A gente tinha estado em vários... A gente tinha muito contato porque, quando a gente participou pelo projeto clínico, a gente participava numa rede chamada Rede Latino-americana de Saúde Mental e Direitos Humanos, onde a gente encontrava desde o pessoal do México até Argentina, e a gente... Muito propiciado pelo IRCT, dos centros que ele havia criado na América Latina. E outros movimentos. Por exemplo, o pessoal da Argentina é o pessoal que saiu... que era um projeto... um atendimento clínico das *madres* da praça de Maio. Isso aí forma um grupo autônomo: Equipe Argentina... EATIP – Equipe Argentina de Trabalho [e Investigação] Psicossocial. Então nós tivemos contato, ao longo de... de vinte anos, dessa rede latino-americana. E aí a gente percebia claramente, com relação à questão dos períodos de ditadura, o Brasil era o mais atrasado, com relação a questões de reparação. Isso ficava muito claro. Muito claro. Mas eu ia falar uma outra coisa.

V.A. – Da Heloisa Greco.

A.M. - Propondo a criação da Comissão da Verdade.

C.C. – Isso. Aí se falava muito, justamente, das comissões da verdade, que tinham acontecido nesses países, em todos os países. Por exemplo, a Argentina foi a primeira. O governo Alfonsín toma posse, logo após... Tanto que o Tortura Nunca Mais tem o nome de Tortura Nunca Mais por causa da Comissão da Verdade da Argentina.

A.M. – *Nunca más*.

C.C. – É. Da Comissão Nunca Mais. Então... E o Brasil só vai instituir essa comissão em 2011, a toque de caixa, muito em função da questão da OEA, da questão do Araguaia. Então a gente tinha... trocávamos muito informações com relação a isso e tínhamos muitos dados sobre as comissões da verdade, que estavam funcionando em alguns países. Alguns, extremamente conservadores, como o Peru, por exemplo; uma comissão da verdade *horrorosa*, extremamente conservadora. Tivemos, por exemplo, contato, na época, recebemos visitas de alguns companheiros da África do Sul, quando estava acontecendo a comissão da África do Sul. Que inclusive o Edson Telles tem uma tese... que é o filho da Amelinha, de

São Paulo, que tem uma tese de doutorado sobre a comissão da verdade da África do Sul. E eu me lembro que a gente discutia isso na época, com alguns companheiros nossos que vieram ao Brasil e discutir como é que estava a questão da África do Sul. E que muitos familiares estavam contrários, (e que a gente até defendia isso, como a gente defende até hoje), muitos familiares contrários, dizendo que era uma grande manobra do governo etc. e tal, do próprio Mandela, de que, se você assumisse os crimes publicamente, você estaria anistiado. Eu lembro disso, eles falando, e a gente dizendo: “Gente! E a gente aqui... [rindo] Seria genial que a gente conseguisse...”. Isso foi na época da... da... até do Mandela, [ele] já na presidência.

V.A. – Chama Comissão da Verdade e Reconciliação. É por isso.

C.C. – É. Reconciliação. É. E na realidade foi uma grande reconciliação. A gente até sabe.

A.M. – Mas e aí, vocês entram em contato com esses grupos de alguns países e conhecem experiências...

C.C. – E temos... justamente, trazemos muito essa experiência.

A.M. – E quando vocês começam a propor a criação da Comissão da Verdade?

C.C. – Já na segunda. Já na conferência nacional, que a gente participa, e que não entrou nas decisões finais.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

A.M. – Cecília, você estava mencionando essas reuniões que aconteciam antes da elaboração dos planos nacionais de direitos humanos e quando surgiu a ideia da criação de uma comissão da verdade. Você estava nos contando esse processo.

C.C. – Sim. Foi na terceira Conferência Nacional de Direitos Humanos, quando, inclusive, foi anunciado, no governo Lula, o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos. Porque eu não sei se... Porque é interessante a gente relembrar que isso foi anunciado no dia internacional dos direitos humanos, no dia...

A.M. – Dez de dezembro.

C.C. – Dez de dezembro. De 2000 e?...

A.M. – De 2009.

C.C. – Nove.

A.M. – Anunciado que seria editado?

C.C. – Não. Anunciado. Eu lembro que eles chamaram Inês Etienne Romeu, que não estava entendendo o que é que estava acontecendo, porque Inês tinha tido um acidente, estava... Inclusive, eu estive com ela, ela pouco articulava as palavras. Ela melhorou muito nos últimos três anos. Mas ela, na época, não estava entendendo direito o que é que estava acontecendo. Eu fiquei meio...meio indignada, com o uso da imagem política que estavam fazendo dela. E se anunciou a questão da Comissão Nacional da Verdade. E eu lembro que estava, nesse dezembro...

V.A. – É em que ano?

C.C. – Foi 2009? Ou foi 2010?

A.M. – A edição foi em 2009.

C.C. – Porque logo depois...

A.M. – Acho que foi no finalzinho. Foi em 21 de dezembro.

V.A. – A edição do Plano, do Plano 3.

A.M. – A edição do Plano. Isso.

C.C. – Isso. Porque... Aí é que a Victória seria importante, para esclarecer. A sentença da Corte... Porque demorou muito. Porque para você... Para que os processos sejam aceitos pela Corte, tem que passar primeiro pela Comissão Interamericana... E tem todo um trâmite lá, que eu não sei te dizer. Que o [Cigil] é que acompanhou isso, que é especialista nesse tipo de processo na Corte Interamericana. E chega... Na Comissão. Primeiro vai para a Comissão e depois é que vai para a Corte. E foi em dezembro de 2009 que a sentença contra o Estado brasileiro saiu da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Porque eu lembro que foi logo depois que se anunciou, dentro do Plano Nacional de Direitos Humanos, a criação de uma comissão da verdade. E eu lembro que estava de férias numa praia do Nordeste quando me ligam e dizendo: “Cecília, os três comandantes militares e o ministro da Justiça, Nelson

Jobim, estão colocando seus cargos à disposição, porque não concordam com a proposta, contida no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, com relação à Comissão Nacional da Verdade. A criação de uma comissão nacional da verdade. Que não... Fala-se apenas, não se entrava em detalhes de como seria essa comissão. E que eles não aceitavam. Da mesma forma, os ruralistas pressionaram o Executivo, o pessoal da Igreja ligado à questão do aborto, os grandes meios de comunicação – limitação com relação à imprensa, então eu lembro que Ivan Valente fez uma fala (eu não sou do Psol, não sou de nenhum partido político) mas que eu acho que retrata muito bem a chantagem que fizeram, quer dizer, os ruralistas, a Igreja... grupos conservadores, dentre eles os militares, e os militares, especificamente, com relação à Comissão Nacional da Verdade... bom, uma comissão da verdade, e o outros, com relação a esses aspectos: das ocupações do MST, da questão do aborto... E eu lembro que os três e mais o Jobim estavam colocando seus cargos à disposição, estavam demissionários, se o governo – era Lula – se o governo federal não voltasse atrás. E o governo suspende o terceiro Plano. E parece que só em maio, ou abril, não lembro bem, eles apresentam uma nova versão do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, mexendo nessas questões. Não estou lembrando direito o mês, que foi em 2010. E... Não. O Araguaia foi depois. O Araguaia foi em 2010, foi em dezembro de 2010. Isso, a Comissão da Verdade foi prevista, foi falada na terceira Conferência Nacional, depois entra no terceiro Plano Nacional, há uma pressão dos militares, dos três comandantes militares e do Nelson Jobim, esse terceiro Plano é recolhido; e em maio, parece que é mais ou menos em maio, é novamente reeditado o terceiro Plano, onde essas coisas são retiradas. Não a Comissão da Verdade. A Comissão da Verdade fica, mas... E aí, quando vem... Logo... Aí vem, em dezembro, (não sei se é em dezembro; aí é que a Victoria vai ser importante) vem a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A.M. – Em novembro de 2010.

C.C. – Novembro. 2010, justamente.

A.M. – A sentença é no ano seguinte.

C.C. – Antes do projeto da Comissão... É. Antes de o projeto ser formalizado, o projeto da Comissão da Verdade.

A.M. – Mas eu tenho aqui que foi encaminhado à Câmara dos Deputados, ao Congresso nacional em maio de 2010, o projeto do Executivo.

V.A. – Criando a Comissão da Verdade.

C.C. – Não. O que foi encaminhado foi o terceiro Plano...

A.M. – 20 de maio de 2010. Não, não. O projeto de criação da Comissão da Verdade. PL 7376/10. Tem que confirmar.

C.C. – Aí eu não sei. Aí tem que rever. Tem que confirmar. Na minha memória, quer dizer, isso volta em maio, mas refazendo essas partes polêmicas.

V.A. – Porque em abril o STF julga que a...

C.C. – Justamente. Que a Lei da Anistia...

V.A. – É. Em abril de 2010. Aí em maio, o governo federal encaminha para o Congresso nacional, para a Câmara dos Deputados esse projeto de lei.

C.C. – E ficou lá. Aí eu lembro que, quando sai a sentença da Corte... quando sai a sentença da Corte, em novembro, ou dezembro... eu acho que é novembro...

A.M. – É novembro. Dia 24 de novembro de 2010.

C.C. – É. Eu lembro que o Poder Executivo, aí já era Dilma... Era Dilma?

A.M. – Não. Lula. 2010 é Lula.

C.C. – Ainda era Lula?

V.A. – Dilma é 2011.

A.M. – Ela foi eleita em 2010 e assumiu em 2011.

C.C. – Ah. Já era o final. Houve uma... a mesma coisa que houve com a Lei 9.140, é repetição. É encaminhada a toque de caixa, para que se votasse em regime de urgência urgentíssima a Comissão Nacional da Verdade. E a emenda que veio, a gente já fazia críticas àquela emenda, àquela apresentação do terceiro... que vinha já no terceiro Plano. Quando veio... se torna pública essa nova versão, ela era muito pior. Porque toda... não só a questão

do tempo, mas a questão da infraestrutura, e a escolha das pessoas era da Presidência da República. Era escolha deles. Coisa que não estava no Plano da versão inicial, no terceiro Plano.

V.A. – Ela foi sancionada em novembro de 2011. Por isso que você está falando de Dilma. O Lula entrou com ela em maio de 2010, ela ficou em tramitação de maio de 2010 até novembro de 2011.

C.C. – Ah... É. E aí aquela... Está certo. É isso aí. É isso aí. Aí, quando vem a sentença, em 2010, quando a Dilma assume, ela começa a agilizar, porque o Brasil tinha que dar a resposta em um ano – era o prazo que a Corte colocou. No ano seguinte, em dezembro de 2011, o Estado brasileiro tinha que dar respostas à Corte, então, no governo da Dilma, ela agilizou isso, em regime de urgência urgentíssima. É isso mesmo. E aí vem em 2011.

A.M. – Veio. Em novembro de 2011. 18 de novembro.

C.C. – É isso. Está certo.

V.A. – É aprovada...

C.C. – Engraçado como é que a gente lembra de coisas de antigamente, e coisas mais... É da idade. Coisas mais recentes você confunde.

A.M. – Mas quando vocês começaram a apresentar, inicialmente, uma proposta de criação de uma comissão da verdade, quais seriam os objetivos?

C.C. – Que foi a proposta que a Heloisa Greco, junto conosco, apresentou. Quer dizer, a proposta foi dela; mas que foi uma coisa discutida coletivamente. Que todos os membros seriam... Que os arquivos teriam que ser abertos; que o ônus das provas não podia estar nas mãos de... que a gente, óbvio que a gente colaboraria etc. e tal, mas que era fundamental que os arquivos fossem abertos; que a data fosse 64 a 85, para que não se repetisse a Lei 9.140 e as leis de reparação dos estados; que os membros... que teria que ser uma comissão autônoma...

A.M. – Autônoma, não vinculada a nenhuma [*falam juntas*].

C.C. – Não vinculada. Era. A proposta inicial era essa. Não vinculada a nenhum poder, nem Executivo nem Legislativo nem Judiciário, formada por pessoas... Porque a gente copiou um pouco o modelo argentino. Era o modelo da Comissão Nunca Mais. Escolhidas com participação de pessoas diretamente vinculadas à questão, estudiosos da questão, não só familiares, como ex-presos, mas estudiosos da... pessoas que vinham estudando essa questão; então seriam pessoas escolhidas pela sociedade, com autonomia do Estado, total autonomia do Estado; com um período, um prazo, a gente previa um prazo de dois anos prorrogáveis. Não sei se a Heloisa Greco tem essa proposta com ela. Seria interessante vocês... vocês conseguirem. Porque foi ela que redigiu e apresentou nessa terceira Conferência. Eu vou passar o contato da Heloisa Greco para vocês, que eu acho que é importante vocês terem essa proposta. Eu me lembro muito que quem estava lá foi a Victoria. Victoria é que estava pelo Tortura Nunca Mais. Eu não estava em Brasília, nessa terceira Conferência. Victoria talvez tenha mais informação. Mas o melhor seria Heloisa. Então era muito parecida com o modelo argentino, a que a gente apresentou. E quando veio a proposta, em dezembro de 2009, no terceiro Plano, a gente já discordava, porque colocava que seria o presidente escolhido pela... o coordenador – pelo governo brasileiro, e que outras pessoas seriam escolhidas, mas com o aval do governo brasileiro. Veio a questão da data, que a gente já discordava... Não. A data estava certa. A data, na primeira proposta, era 64 a 85. Na primeira proposta. E veio para o terceiro Plano. Depois, quando vem a nova versão, a segunda versão, é que eles colocam a questão da [data] 46 a 88, das constituições, colocam indicação da Presidência da República, só elementos escolhidos por ela, colocam o prazo de dois anos; e aí a gente começou a ver a pouquíssima infraestrutura que se tinha, também, para o funcionamento dessa comissão. Então a gente, que já criticava o que tinha vindo na primeira versão, a gente ficou horrorizada com a... Nada se falava sobre a questão dos arquivos... E aí ficou muito clara essa coisa dos acordos com... A gente aí começou a dizer: o que é que o Genoíno foi fazer... o José Genoíno foi fazer... foi assessorar – é uma pergunta que a gente faz e que tem que ser pensada – assessorar o ministro Nelson Jobim, quando está-se justamente planejando as diretrizes dessa comissão nacional da verdade? Porque o José Genoíno foi para lá. Ele sempre teve uma entrada muito boa no meio militar, desde quando foi deputado federal, e era uma pessoa que tinha uma passagem, e a gente sabia que conversas estavam sendo feitas. Isso chegava aos ouvidos da gente. Conversas estavam sendo feitas com altas patentes militares etc. e tal, com os próprios ministros, no sentido de... E aí, quando vem essa segunda versão, a gente diz:

realmente, os acordos aí estão... estão mais do que a gente... é pior do que a gente pensava. E aí a gente saiu assim criticando violentamente, mas violentamente, criticando violentamente mesmo, inclusive as escolhas feitas, que a gente sabe que eram pessoas que... sim, respeitáveis, mas que não conheciam essa história; não eram pessoas que pesquisaram essa história, não eram pessoas vinculadas à pesquisa desse período. Eram nomes conhecidos etc. e tal, de pessoas competentes até, em suas diferentes áreas, mas que não eram pesquisadores do período. E nenhum acesso nosso, totalmente, dos movimentos sociais. A gente, inclusive, colocou... Eu lembro que a Rosa Cardoso – sempre foi uma pessoa muito próxima à gente, muito próxima, uma pessoa muito amiga nossa, não só de... desde a época que ela foi advogada de presos políticos – mas eu lembro que a Rosa veio conversar conosco e a gente colocou: “Rosa. Não dá para apoiar”. Eu lembro que depois que a comissão veio, que foi votada, se começaram a criar comissões estaduais. E o Gilnei Viana, que estava – (nosso grande amigo e parceiro, mas que a gente discorda profundamente das posições políticas dele), ele veio procurar o grupo Tortura Nunca Mais, para criar um coletivo – o grupo pudesse criar ou pudesse fazer um coletivo de apoio à Comissão da Nacional Verdade e às comissões... e à comissão estadual que estava para ser criada. Eu lembro que a Nadine, que participou, ainda participa da Comissão Estadual aqui do Rio, me ligou, eu ainda estava como assistente-secretária, assessora, sei lá o quê, da Maria do Socorro [*Maria do Rosário*], que era secretária de Direitos Humanos na época, me ligou, perguntando... que meu nome estava sendo indicado para participar da Comissão Estadual, eu digo: “De jeito nenhum. Não participo. Eu... Isso não é uma questão minha, é uma questão do Tortura Nunca Mais. A gente tem que estar de fora, até para poder estar acompanhando o trabalho de vocês. Agora a gente está colocando à disposição total da Comissão Estadual aqui do Rio, quando for criada, e da Comissão Nacional, todo o material que nós temos. Nós temos um vasto arquivo de tudo que a gente pesquisou no Dops, que tem muita coisa de morto e desaparecido, e está... A Comissão Nacional nunca se interessou. A Comissão Estadual, através da Comissão de Direitos Humanos da OAB, quando a Comissão Estadual foi instalada, o Wadih Damous esteve conversando comigo, que era o presidente à época, foi inclusive na minha casa, conversar; eu fiz umas três reuniões com a Comissão Estadual, passando uma série de informações para eles, me colocando à inteira disposição; queriam, depois, que eu fizesse um depoimento público, depois que a Dulce e Lúcia Murat fizeram, eu digo “de jeito nenhum! Eu acho que isso é *mise-en-scène* de vocês, porque a gente está sendo torturada no

momento... a Lúcia e Dulce foram torturadas naquele momento em que elas estavam dando aquele depoimento, eu acho que...” - “Ah. Mas é pedagógico”. Eu digo: “Depende do que vocês chamam por pedagógico. Para mim, isso é *mise-en-scène* de vocês”. Ainda levou cinegrafista. Eu digo: “Não vou permitir que me filmem”. Foi um negócio meio... [riso] “Não vou permitir que me filmem. Meu depoimento está aqui. Eu estou terminando esse depoimento, que foi a ampliação do que eu mandei para a Comissão de Reparação aqui do Rio, vou encaminhar; pode tornar público, e... eu digo: e estou passando para vocês...” Ah. Eu tinha, na semana anterior, (foi muito interessante) eu tinha sido chamada pelo Silvio Tendler para falar dos dois filmes que ele estava fazendo, um sobre os militares e outro sobre os advogados, e ele queria que eu falasse dos meus advogados, quando eu estive presa, e que eu falasse sobre o primeiro de abril, sobre o Ivan Cavalcanti Proença; que nós estávamos, no primeiro de abril de 64, estávamos no Caco, para resistir, esperando armas [riso] para resistir, cerca de duzentos estudantes, e a gente foi cercado pelo pessoal do Dops e pelo Comando de Caça aos Comunistas, e a ordem atirar mesmo; e o Ivan soube disso, Ivan botou os tanques, que estava na Casa da Moeda, hoje Arquivo Nacional, ali no largo do Caco, e permitiu que nós saíssemos, depois de não sei quantas horas de bombardeio em cima do prédio. E a gente muitos anos depois é que soube que tinha sido o Ivan. A gente não sabia quem era aquele oficial do Exército. E a nossa homenagem... A gente está sempre homenageando o Ivan. Porque a maioria do Tortura Nunca Mais estava lá no Caco. Aqueles que fundaram o Tortura Nunca Mais estavam lá no Caco, nesse primeiro de abril. Então é... E aí foi interessante, que o Silvio Tendler...Eu fui para falar do Ivan e para falar dos meus advogados. Porque eu tive três inquéritos policiais militares. Um sobre o Partido Comunista na Faculdade Nacional de Filosofia, que eu era ligada, um sobre o Programa de Alfabetização Nacional, do Paulo Freire, que eu participei, e um outro sobre a minha prisão em 70, que foram advogados diferentes. Então eu... Mas aí foi interessante, porque o Silvio falou assim: “Fale do primeiro de abril”. Aí depois, ele disse: “Fale da sua militância”. E aí eu comecei a falar... e eu estava escrevendo aquilo para a Comissão Estadual – e aí eu comecei a falar aquilo tudo. E aí eu falei: “Silvio, me manda essa cópia, porque eu vou entregar isso para a Comissão Estadual e para a Comissão Nacional”. E foi a cópia do Silvio Tendler, o copião, com todo o meu depoimento –, que saíram só fragmentos no...[filme] – que eu passei para eles. Eu digo: “Não, não vou permitir que vocês me filmem, porque está filmado aqui. Está aqui. Podem divulgar como quiser. Isso é público”. Tanto que está escrito quantas imagens que o Silvio

Tendler passou, isso aí, se referindo a... Que isso aí foi uma colaboração do Silvio Tendler. Então foi isso. Então eu... Eu lembro que a gente, de início, se colocou à total disposição. A Comissão de Direitos Humanos da OAB formou uma comissão nacional da verdade que não foi à frente, e uma das coisas que eles fizeram – porque a gente não tem grana, eles digitalizaram todo o material do arquivo do Dops. Tudo. Era um material imenso, talvez mais de dez mil páginas, sei lá. Isso foi dito pelo menino da OAB. Eles levaram e entregaram para a Comissão Estadual. E a gente notificou a Rosa Cardoso que esse material estava à disposição da Comissão Nacional da Verdade. Nunca nos procuraram; nunca pediram. E eu acho que pouco usaram o trabalho da gente. Uma das coisas que eu acho importante que seja dita é que eles pegaram – uma coisa que foi importante –, eles pegaram, por exemplo, o material referente aos médicos legistas que a gente tinha, que já era o material, não do Dops, mas do IML, e eles colocaram na relação final dos torturadores o Roberto Blanco dos Santos, que era um médico legista, que a gente não conseguiu: o cara entrou na Justiça, arquivou o processo, e a gente não conseguiu fazer nada contra ele. E tínhamos muitas provas. E ele era um delegado de Polícia, que durante a Operação Rio, inclusive, estava ligado à delegacia da Tijuca, uma das regiões ocupadas ali pelo Exército.

A.M. – Vocês tinham entrado na Justiça solicitando o afastamento dele?

C.C. – Não. Nós tínhamos entrado no Conselho de Medicina, pedindo a cassação do diploma dele de médico, junto com vários outros médicos legistas. O Roberto Blanco dos Santos era um deles; que era professor da Uerj; e que inclusive, os alunos nos procuravam, porque ele dizia que era invenção do Tortura Nunca Mais, a gente mostrava as necropsias dele, inclusive as fotos de perícia de local, mostrando as torturas que as pessoas sofriam, e que ele... que apresentavam no corpo, e que ele não descrevia na necropsia. E depois nós soubemos que ele era delegado. Na época da Operação Rio, a gente acabou sabendo que ele estava como delegado numa DP da Tijuca. Como é o nome daquele morro que tem ali na Tijuca? Que sai na Tijuca? Não é o Alemão. É o Alemão?

A.M. – Borel?

C.C. – Borel. O Borel. Isso. E que estava ocupado, tinha sido ocupado pelas forças armadas. E aí... Isso foi uma coisa muito importante, quer dizer, para nós que... Embora o nome da gente não seja citado ali, do Tortura Nunca Mais, mas eu acho que é uma coisa muito

importante, porque já que esse médico... e ele hoje está dando aula na Unirio. E já está havendo um movimento de alunos da Unirio, fizeram contato com a gente, para... E já houve uma resposta da... Unirio não. Desculpa. Cândido Mendes. E já houve uma resposta da direção da Cândido Mendes, dizendo “Não, ele não é professor regular. Ele dá aula, apenas, semestralmente...” não sei o que. Não... Então, voltou à cena o nome do Roberto Blanco dos Santos, que é um cara altamente comprometido com a repressão, enquanto médico legista e... E uma das coisas que eu acho que... Quer dizer, com todas as críticas que eu acho que a gente tem a fazer à Comissão Nacional da Verdade, e temos muitas: da apropriação do trabalho dos outros, da limitação, inclusive, de determinada... – e tem a ver com os acordos ali feitos, não temos dúvida disso – essa questão dos indígenas, que é uma coisa terrível, eles pouco colocaram... Vocês vão entrevistar o Marcelo Zelic? Sabe que eu acho que vale a pena, gente? Embora eu diga assim: “Zelic, tu é muito oficial para o meu gosto, Zelic. Mas tudo bem”. Ele é ótimo. Porque essa pesquisa que ele fez dos indígenas é muito interessante. Muito interessante. É...

A.M. – Você estava mencionando as críticas.

C.C. – É. Isso. Ou seja... Porque esse documento, uma das coisas que a gente coloca – por exemplo, a gente tinha feito críticas ao último livro que saiu quando o Vannuchi era secretário Especial de Direitos Humanos, que chama-se *Habeas Corpus... Habeas...*⁴

A.M. – *Habeas Corpus – Onde está o corpo.*

C.C. – Não. Não é *Habeas Corpus*, não. É *Habeas... Onde está o corpo...* Que eles fizeram uma segunda edição porque a gente criticou. Isso aí foi uma coisa muito séria. Muito séria. Eu fui procurada por um companheiro nosso, o Ivan Seixas, de São Paulo, que estava trabalhando na Secretaria com o Vannuchi, para levantar alguns cemitérios clandestinos. Como nós tínhamos a experiência de Ricardo de Albuquerque, a pesquisa que gente fez, fazendo todos os cruzamentos das informações que a gente tinha, (e os desaparecidos, obviamente, foram enterrados como indigentes – era essa a hipótese que a gente trazia, que eu acho que é uma hipótese que ainda ontem Sérgio Suiama estava colocando, que estão fazendo um trabalho, também, por aí) para ver a questão de Petrópolis. Porque nós fomos, o grupo Tortura Nunca Mais, logo que se descobriu... Quando em 82, ainda governo

⁴ Habeas Corpus – Que se apresente o corpo. A busca dos desaparecidos políticos no Brasil.

Figueiredo, a Inês Etienne Romeu vai e reconhece o Amilcar Lobo, aquele médico Amilcar Lobo, como sendo o cara que atendia a ela na Casa da Morte, em Petrópolis, no dia seguinte, a Dulce vai, eu, Dulce e outros companheiros vamos também no consultório, com Modesto da Silveira, e reconhecemos o Amilcar Lobo como aquele que assessora a tortura, antes, durante e depois. Nós fomos atendidas entre aspas pelo Amilcar Lobo. E nós, quando o Tortura Nunca Mais foi criado, nós fomos, fazer um levantamento da Casa da Morte, em Petrópolis. Nós fomos inclusive com Eliomar Coelho, recém eleito vereador, (acho que foi o primeiro mandato de Eliomar) e um cara que era... Alberto Brizola, nós fomos – eu fui junto com outros membros do Tortura Nunca Mais, para fazer um levantamento –, e, por pressão nossa, o governo Marcelo Alencar começou a fazer escavações num terreno enorme que tinha – assim, o quintal da casa, que era um terreno enorme –, inclusive com mapa etc. e tal. Quando nós chegamos lá, que nós vimos aquelas retroescavadeiras etc. dissemos: “é para não encontrar nada”.

A.M. – Foi em que ano isso?

C.C. – Em que ano isso... 87? 87. Tem que ver. Governo Marcelo Alencar. 87, 88. E aí nós fizemos inclusive um documento, que se perdeu, (outro dia, eu estava procurando, não consegui encontrar) mostrando que o *seu* Marcelo Alencar estava fazendo uma grande *mise-en-scène*, dizendo que estava procurando os corpos ali; só que a forma como estavam sendo procurados os corpos, era para não encontrar nada. A gente tinha alguma ideia – em 92 é que a gente foi entender um pouquinho mais, quando a gente foi para o cemitério de Ricardo de Albuquerque, que eu até aprendi um pouco a fazer lá as exumações, junto com a equipe argentina de antropologia forense, o cuidado que você tem que ter ao escavar determinados terrenos, onde você acha que as pessoas poderiam estar enterradas. E o que a gente viu ali era realmente... uma retroescavadeira etc. e tal, a gente ficou horrorizado com aquilo, fizemos um... E não adiantou nada, não deu em nada. Aquilo foi pura *mise-en-scène* do Marcelo Alencar. Em função disso, que nós conhecíamos, fomos outras vezes lá em Petrópolis, o Ivan, no governo do Vannuchi... na época do Vannuchi... – não me lembro também o ano, já não me lembro mais o ano; era recente, recente, eu não me lembro o ano. Vannuchi sai quando?

.M. – Assume em 2002 e fica até 2003, A.M. – Assume em 2002, fica até início de 2004.

C.C. – 2003?

A.M. – É.

C.C. – Então foi isso. 2003...

A.M. – E o Nilmário Miranda assume em 2004 a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

C.C. – Não, não. O Vannuchi foi depois do Nilmário. Não. Vannuchi foi antes da [Maria do] Rosário. O Vannuchi é recente.

V.A. – O Marcelo Alencar é em 95. 95.

A.M. – Desculpa. Eu estou lendo... Você tem razão.

V.A. – Então não era oitenta e...

C.C. – Então é isso. Não. Então é 95. 95. Foi quando ele resolveu escavar lá.

A.M. – De 95 a 99.

C.C. – Isso.

A.M. – Ele assume... Desculpa. Errei completamente. Ele [*Vannuchi?*] assume em 2008 e fica até 2011. [*2005 a 2011?*] Paulo Sérgio Pinheiro [2001 a 2003].

C.C. – 2010. É isso. Em 2010, a gente vai pesquisar em Petrópolis. Aí a gente procura – inclusive, através do Marlon⁵, aquele procurador de São Paulo, (eu esqueci o nome dele. Ele até recebeu a medalha Chico Mendes, o Marlon) – a procuradora dra. Vanessa Seguezzi, que é a procuradora de Petrópolis, fomos conversar com ela, para ter acesso aos livros do cemitério, em função do depoimento da Inês Etienne, que ela fez à OAB; ela citava algumas pessoas, que ela tinha ouvido falar que teriam passado pela Casa da Morte ou que ela tinha ouvido a voz. Era um... talvez umas nove ou dez pessoas, desaparecidos. Em função disso é que nós vamos pesquisar, fazendo o mesmo tipo de cruzamento etc. e tal, com o apoio da procuradora. É tão desagradável falar isso... Mas eu acho que tem que falar, porque isso faz parte da história. No meio desse processo...

V.A. – Isso é em 2010, que vocês vão lá falar.

⁵ Marlon Alberto Weichert

C.C. – Em 2010. No meio desse processo, a Secretaria de Direitos Humanos, através do Ivan Seixas, apresenta uma série de nomes que poderiam estar em Petrópolis, de desaparecidos; nomes esses que a gente nunca tinha ouvido falar. E a gente: “de onde esses nomes foram tirados?” – “Ah. Informações que nós tivemos” etc. e tal. E aí sai, no final do *governo Vannuchi*, 2011, um livro... *Habeas Corpus?* Eu não me lembro o nome. Eu acho que é esse o nome. – onde se coloca a questão de que estariam enterrados ou na Casa da Morte ou em alguns... porque tinha o cemitério de Petrópolis e o de Itatiaia – em alguns desses cemitérios, fulano, beltrano, sicrano, botando uma relação enorme. Isso provocou nos familiares, que ligavam para a gente, um negócio assim muito sério. E aí nós fizemos uma carta – pública – para Ivan, o Tortura Nunca Mais, assinado por mim, dizendo que a gente discordava profundamente daquele livro; que aquilo era um documento oficial, saído do governo, e aquilo, não se tinha prova concreta; que nós tínhamos participado do início daquela pesquisa, nós não tínhamos prova sobre isso; e que a gente queria uma explicação sobre aquilo, ou então a retirada daqueles nomes. E encaminhamos para a procuradora. A procuradora nos ligou, chamou para uma reunião. E foi muito ruim a reunião. Porque foi o Wadih Damous, como presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, na época... Não! Como presidente da OAB. Ele era presidente da OAB. Ainda não tinha sido criada a Comissão Estadual da Verdade. E o Wadih... Isso ela nos contou. O Wadih foi lá, pedindo que ela fizesse a abertura desses... não era vala – desses túmulos. E aí ela nos chamou para uma reunião: eu, Beth, que era vice-presidente, Elizabeth Silveira, e o Ivan Seixas, e foi o Cid Benjamin como assessor de Comunicação da OAB. E foi muito desagradável. Uma reunião muito desagradável. Eu estou tornando isso público pela primeira vez, porque eu acho que é importante. A gente não pode ficar guardando segredos em função de... O Tortura Nunca Mais, óbvio que isso foi discutido na plenária do Tortura Nunca Mais. E sem ninguém pedir segredo de ninguém. Porque isso foi tornado uma carta... escrevemos uma carta pública; isso foi, depois, discutido com a Nadine, quando a Nadine estava organizando a Comissão Estadual, ainda ligada à Comissão... como assessora da Maria do Socorro... Rosário. Chamei Socorro. – [ligada à] Maria do Rosário, na Comissão Nacional –, e houve um puxão de orelha por parte da procuradora, e dizendo: “Olha. Eu não tenho o que abrir, porque nós não temos comprovação de nada. Este livro, que eu tomei conhecimento via o grupo Tortura Nunca Mais, foram eles que me encaminharam o livro e que encaminharam a carta pública deles, esse livro, ele não contém verdade; eu acho que esse livro tem que ser recolhido”. E o livro

foi recolhido. E fizeram uma segunda edição. Retiraram a parte da Casa da Morte, em Petrópolis. Posteriormente, eu fui ver a segunda edição do livro, e, nos nomes das pessoas que eles constavam, estava lá, pequeno: “possivelmente, pode estar em Petrópolis...” Quer dizer, foi mantido. De alguma forma, foi mantido. E aí eu... nós...

V.A. – Não entendi. Tirou o quê?

C.C. – Tirou... Tinha um capítulo específico sobre Petrópolis. Esse capítulo...

V.A. – Cidade.

C.C. – Não. Sobre a Casa da Morte e os enterrados em Petrópolis. Esse capítulo foi retirado. Mas na relação dos desaparecidos, que tinha o nome de todos os desaparecidos...

V.A. – Do Brasil inteiro?

C.C. – Do Brasil, é. Nesses nomes que tinham sido apresentados como estando em Petrópolis, não foi retirado isso. Foi retirado o capítulo referente a Petrópolis. A gente tem os dois... Depois, se vocês se interessarem, a gente tem as duas edições. Que eu acho que é importante. Porque é um documento oficial. E que, realmente, colocou em polvorosa muitos familiares. Um menino... o filho do Togo... do Tomás Meirelles, o Togo, que mora no Canadá, me ligou, pediu para fazer contato com a procuradora, botei ele em contato com a procuradora – ele achando que o pai pudesse estar em Petrópolis; o irmão do Sérgio Landolfo Furtado, é outro desaparecido, de Salvador, ligando para o Tortura Nunca Mais... Porque, ao longo desses anos, a gente teve muito contato com esses familiares, que têm muita confiança no grupo, eles. E aí eu questionei, nesse... lá com a... posteriormente, não na frente da procuradora – eu digo: “Mas por que isso?” – “Não. É uma forma de pressionar, não é, Cecília? Isso é uma forma de pressionar, para que as pesquisas continuem”. Eu digo: “Vocês não podem fazer isso; – eu digo – você é familiar de um morto político, Ivan. Você como filho de um morto político, você não pode fazer uma coisa dessas”. Então tem meandros aí, tem coisas que... muita coisa a gente não sabe. Certos acordos que foram feitos, e não foram só com os militares, não são só com forças civis que apoiaram o golpe; são acordos que têm aí, que são acordos que ferem eu acho que questões éticas muito sérias, de pressionar, para que o próximo governo possa continuar nas investigações... E isso foi claramente colocado. Então, quer dizer... o grupo Tortura Nunca Mais sempre foi visto, e eu acho que a gente...

como aquele que... “Ah. Vocês pregam a pureza”. Pregamos, sim. Eu acho que certas coisas, não dá para misturar. Certos acordos, não dá para fazer. Certas práticas a gente, realmente, abomina. E cortamos relações mesmo. E fica muito difícil, porque já somos tão poucos... Então esse livro foi recolhido, mas na realidade não foi mexido grande coisa.

V.A. – E a parte da Casa da Morte, saiu por quê? Porque não era essa a questão.

C.C. – Não. A Casa da Morte... Aí a gente foi lá. Eu quando estive lá com Ivan, a gente foi várias vezes na Casa da Morte, a Casa da Morte acabou. Aquele terreno... Eu disse: “Gente, não tem ninguém enterrado aqui. Se foi enterrado, se tem gente enterrada, não vamos descobrir mais” Porque é uma região de elite de Petrópolis, um bairro de elite, e o terreno, ele foi loteado. Então, hoje, são grandes mansões que tem lá, com piscinas... Então você não tem como, não tem como descobrir alguma coisa ali. Pelo menos naquele terreno. Obviamente que pode ter ido para algum cemitério ou de Petrópolis ou de Itatiaia. Pode ter ido. Mas a gente acha que tinha gente enterrada ali, naquela casa. Porque era um terreno imenso, inclusive com mata. Aquilo tudo foi dividido, e hoje são grandes mansões que tem ali. Então, hoje, é impossível se...

V.A. – Não. A minha pergunta é em relação ao livro. Porque no livro, você disse, há um capítulo sobre a Casa da Morte.

C.C. – O capítulo foi retirado. Foi.

V.A. – Mas não era essa a questão. A questão era a lista das pessoas desaparecidas.

C.C. – Sim. Mas aí...

V.A. – Por que foi retirado o capítulo sobre a Casa da Morte?

C.C. – Sim, para... Eu acho que é uma outra *mise-en-scène* que foi feita. Se você for procurar com cuidado, se você for... Eu é que descobri. O pessoal disse: “Não acredito, Cecília”. Eu digo: “É. Pega lá. Tomás Meirelles. Possivelmente, seu corpo se encontra em Petrópolis. Tendo ido para a Casa da Morte... não sei o que, possivelmente foi enterrado em Petrópolis”. Então aquele... Tomás, eu estou guardando o Tomás por exemplo, que o Tomás é o pai do Togo, que é muito meu amigo, que mora no Canadá, foi fundador do Tortura Nunca Mais no Togo, juvenzinho, e nós nunca tínhamos ouvido dizer que o Tomás, o pai dele, pudesse ter

ido para a Casa da Morte. Nunca tivemos nenhuma informação sobre isso. Ao contrário. A informação que a gente tinha tido, que ele foi preso no Rio e mandado para São Paulo. Mas eram informações. Não tínhamos dados. Mas aí você vê, quando está Tomás Meirelles, você vê: possivelmente, deve ter ido para a Casa da Morte. A informação foi mantida. Uma informação que é errônea. Então foi tirado a coisa que chamava atenção, um capítulo referente à Casa da Morte. E, nos nomezinhos, foi mantido uma coisa...uma frasezinha. Mas foi mantida. A segunda edição do livro. Então... Isso, inclusive, a gente discutiu isso com Nadine, a gente... a Nadine levou para Maria do Rosário, foi retirada a edição. Aí, quando veio a segunda edição, a gente nem... a gente olhou... “Ah, é, foi retirado”. Depois, posteriormente, eu fui olhar, meses depois, aí eu digo: “Gente! Foi mantido, na realidade”. Foi retirado aquilo que chamava atenção. Mas se você for ler com cuidado, no nome refe... Aqueles nomes que... Por exemplo, aquele menino, que depois foi dito que foi... o Sérgio Guerra disse que foi lá para aquela usina... O...

V.A. – Itaperuna, não é?

C.C. – Itape... Não.

V.A. – A usina de açúcar, em Itaperuna.

C.C. – A usina, é. De Campos. De Campos. Ô meu Deus! Que era do Partidão... Meu Deus! – David Capistrano! Estava lá, David Capistrano – possivelmente, poderia [ter] ido para a Casa da Morte. Eu me lembro do nome David Capistrano, porque eu conheço muito a filha do David. Então... Que a gente nunca tinha ouvido falar. O caso do Tomás e do David, a gente nunca tinha ouvido falar. Então tem certas coisas aí... Aí eu fico dizendo: gente, deve ter havido muito acordinho, muito, na Comissão Nacional da Verdade. Não tenho dúvida. Não tenho dúvida. Outro dia, apareceu no *O Globo* documentos, que foram... vocês devem ter acompanhado – que o próprio Daniel Aarão Reis, a menina que trabalhou aqui, a... Ô meu Deus. Meu Deus, como é o nome dela?! Aquela que trabalhava aqui...

A.M. – Aqui no CPDOC?

C.C. – É. Que pegou o depoimento, estava naquele projeto dos militares...

A.M. – Ah. Maria Celina d’Araújo.

C.C. – Não. É outro nome.

V.A. – Ângela de Castro Gomes.

C.C. – Castro. Ângela de Castro. Falando, ela, Daniel e o outro professor...

A.M. – O José Murilo de Carvalho.

C.C. – O José Murilo, justamente. Dizendo que documentos importantes, de pessoas que recebiam dos infiltrados, não sei que, não foram levados em consideração. Eu acho que isso... Essas coisas... Que bom, que bom que essas coisas estão pululando por aí. Agora é aquela coisa. Foi uma resposta política, que eles podiam dar num determinado momento. Eu não tenho dúvida disso. E não tenho dúvida... Eu, ontem, estava falando para o Sérgio Suiama: não temos dúvida de que esses processos que o Ministério Público está entrando não vão, não vão adiante. Vai ser... O que estão dizendo é que o STF vai reafirmar essa questão da Lei da Anistia.

A.M. – A interpretação que leva em consideração os crimes conexos.

C.C. – Que estariam anistiados todos os torturadores. E o Sérgio Suiama colocou: “Se isso for...” Parece que o Barroso está com isso nas mãos, para dar... para dar o parecer. Que deve ser em resposta à movimentação que o Randolpho está fazendo, possivelmente. A gente levantou isso. A gente estava sabendo. E o Sérgio estava levantando que se isso for reafirmado, investigação sobre crime não será possível ser feita. Não vai ser possível mais a investigação. E eu acho que é assim que vai acabar, numa grande pizza. Eu acho que é assim que vai acabar. Eu acho que... são os limites aí, desses acordos, que foram feitos desde a Lei da Anistia, desde a Lei da Anistia, e que... como eles dizem, o possível foi isso. A gente chamava a comissão do possível. [riso] O possível foi isso, nesse momento. Só que eu acho que enquanto a gente puder, a gente vai continuar. Até quando, eu não sei. Nós vamos continuar tentando trazer essa história e trazer o nome dessas pessoas.

A.M. – Cecília, vocês discutem, discutiam quais são os princípios que devem reger a criação de uma comissão da verdade nacional, estadual etc.?

C.C. – Não. Discutimos naquela época. Depois...

A.M. – Naquela época, 2009.

C.C. – É. E toda vez que a gente fazia a crítica, a gente estava apontando. Todas as críticas que a gente fazia – devia ter sido assim, assim, assim. A gente, o tempo todo, estava apontando isso. Que era a proposta inicial da Heloisa Greco, que foi apoiada por todos nós. Mas hoje a gente não... Até porque nós estamos velhos. E são muito poucos os jovens. Tem alguns jovens lá no grupo Tortura Nunca Mais. Mas eu acho que são poucos, porque vai ficando cada vez mais distante, cada vez afeta menos. É interessante isso, a questão do tempo. Como a coisa vai ficando muito distante. Você se indigna, você se interessa, você até se [afeta], mas nessa... Porque a militância da gente é uma militância assim, ainda bastante tradicional. A gente, toda segunda-feira, se reúne, há trinta anos. Toda segunda-feira, às 7 da noite, a gente se reúne. É semanal - os encontros da gente, para botar a par, o que está acontecendo, o que é que a gente pode fazer, o que é que tem que fazer, criticar, chorar... E aí, há pouco tempo, o Chico Otávio e uma outra menina, Juliana, descobriram...

A.M. – Juliana Piva?

C.C. – Juliana Piva. Descobriu a do Jorge... a do menino, que a gente procurou tanto, que a mãe dele foi uma das fundadoras do grupo... Ô meu Deus! Esqueci o nome dele. A irmã dele estava lá na semana passada, chorando, [dizendo] como foi difícil... Foi confirmado que ele estaria em Ricardo de Albuquerque, esse menino de dezenove anos. Gente. Esqueci o nome dele. Esqueci. Me deu um branco. Então, como isso ainda mexe muito com as pessoas que estão mais diretamente envolvidas. Mas essa coisa do... E como... Mas isso vai ficando cada vez mais distante, para a juventude. Agora pelo menos, eu acho que a gente tem uma coisa... Até se levantou essa pergunta na mesa que eu estava, no encontro que vocês fizeram. Fala-se muito mais do que foi a ditadura de 64 a 85 do que do Estado Novo, do que a ditadura de Vargas. Não se formaram grupos, posteriormente, para que... O conservadorismo foi tão grande com o Dutra etc. e tal, não se formaram grupos para trazer essa história, essa memória. Eu acho que a gente conseguiu um grande trabalho. Todos nós. Não só o Tortura. Todos nós, familiares, comissão de familiares de São Paulo, o próprio [Cegil] nos ajudando etc., todos esses outros Tortura Nunca Mais e outros. Eu acho que é uma coisa importante, sem dúvida. E também, com todas as críticas que a gente faz à Comissão da Verdade e às comissões estaduais, eu acho que trazem uma coisa que os grandes meios de comunicação

nunca deram. Hoje se fala de golpe. A Rede Globo é obrigada a falar que houve um golpe em 64. Se usa esse nome - golpe. Isso afeta um pouco as novas gerações? Lógico que afeta. Muito mais do que quando nós falávamos, e não tínhamos... nunca tivemos repercussão. Óbvio que a Comissão Nacional e as comissões estaduais tiveram repercussão. A de São Paulo fez um trabalho belíssimo. Eu acho que vale a pena conhecer o trabalho de São Paulo. Fez um trabalho muito bonito a Comissão Estadual da Verdade, ligada à Assembleia Legislativa, ao Adriano Diogo. O depoimento dos filhos, que saiu agora o livro, belíssimo, é belíssimo, assim de uma... Sem dúvida que isso é importante. Só que nós queríamos mais. Isso para a gente não é suficiente. Nós queremos mais. [riso]

A.M. – O quê?

C.C. – Que essa história seja conhecida – toda! Obviamente que tudo... é uma coisa muito relativa. Mas que esses nomes possam ser trazidos a público. Não só o idiota do Brilhante Ustra, que é um velho gagá. Que eu acho que não é por acaso que ele é trazido a público. Não é por acaso. É um velho gagá. E aí fica assim: ah, coitadinho... Aí você... “Mas vai prender um pobrezinho de um ancião, coitadinho?” A questão não é essa. A questão... Por isso que eu acho que a questão não se resume na punição. Quando dizem: “Ah. Porque não era comissão da verdade e memória e justiça...” Não é a questão de colocar: faltou a justiça. A questão não é essa. A questão são os acordos que foram feitos, muito em função de não se contar essa história; de não se contar... quer dizer, a responsabilização de uma série de militares e civis, que estão aí ainda hoje, de grandes grupos econômicos, que respaldaram a ditadura, que financiaram a tortura. Aí você escolhe o cidadão Boilesen. Tudo bem. É importante? É importante. Agora tem muitos outros. Tem muitos outros. Tem Abílio Diniz, tem grupo Pão de Açúcar, tem... uma série de coisas. Aí tem *A Folha de São Paulo*... Uma série de... E que você... Quer dizer, eu lembro que o Sindicato dos Economistas, [Coroa] e um companheiro, estava muito interessado em levantar essas questões desses grupos econômicos que... E foram, inclusive, procurar a Comissão Estadual e a Comissão Nacional. Isso pouco apareceu. Eu lembro que o grupo da Virginia Fontes trabalhou muito com essa questão – você pode até questionar etc. e tal – ditadura empresarial, civil, militar. Mas por que é que isso foi abafado? Não foi adiante. Não interessa. Esses acordos não estão só lá com os milicos, não. Esses acordos estão também com os grandes grupos econômicos. Não sei se daqui a vinte anos a gente... Óbvio que a gente vai ficar sabendo de mais coisas. Não sei se eu

estarei viva. Mas espero que ... Vocês estarão vivas para... É como se fosse... Você vai sabendo em doses homeopáticas. É muito interessante. A gente via, quando surgia... Assim, ao longo desses trinta anos da existência do grupo, a gente via, determinados documentos, às vezes, apareciam na imprensa. Aí aparecia um... Aí aparecia o Amílcar Lobo falando. E a análise que a gente fazia é o seguinte. A comunidade de informações, ela, apesar das divergências do grupo do Fiúza, do Leônidas, obviamente que eles... as informações que são... Isso ficou muito claro ao longo desses trinta anos. As informações que são publicizadas são informações permitidas. É o que é permitido ser publicizado. Então a gente sabe, tem jornalista d' *O Globo* que é o... do Leônidas Pires Gonçalves, que recebe material do Leônidas. E a gente sabe que não é... É aquilo que é permitido pela comunidade de informações que vai ser publicizado. Outro dia, eu tive acesso – uma coisa que ia me interessaria muito, mas eu não tenho mais gás para fazer pesquisa, que me interessaria muito – até falei para o pessoal: “Gente. Vocês não querem fazer?” – falei para ex-alunos meus que estão trabalhando em Rio das Ostras, na UFF de Rio das Ostras, eu disse: pô... Consegui o material de um jornalista d' *O Globo*, possivelmente mandado pelo Leônidas, onde se mostrava como na... Que eu fiz, no meu doutorado, eu mostro como o Forte do Leme, junto com psicólogos, psicólogos foram chamados para dar aulas no Forte do Leme e formar –que eu mostro – o perfil psicológico do terrorista brasileiro, para mostrar que os militantes políticos eram doentes, carentes; então se aplicou testes de psicologia, testes de nível mental, testes de personalidade, para mostrar que essas pessoas advinham de famílias desestruturadas, eram pessoas carentes, por isso é que tinham entrado na luta armada. Eu aponto isso na minha tese de doutorado, mostrando como a psicologia é utilizada para desqualificar os militantes. E consegui uma documentação, interessantíssima, do currículo que era dado pelos psicólogos no Forte do Leme. Que ainda existe lá o Centro de Estudos do pessoal do Exército, no Forte do Leme. E consegui. Mas eu não tive... Consegui. Um jornalista me passou tudo, querendo fazer... (Já vai?) Mas aí... Isso aí já é... já não tem importância agora. [riso]

[FINAL DO ARQUIVO 3]

C.C. – Isso eu mostro lá no meu trabalho.

A.M. – Cecília. Tanto a Lei 9.140 como a lei que cria a Comissão Nacional da Verdade traz, não em seu preâmbulo, mas em um dos seus artigos, a ideia de que elas estavam sendo

criadas sob o princípio da reconciliação nacional e da pacificação. Em sua concepção, o que significaria essa ideia de promoção de uma reconciliação nacional?

C.C. – A mesma coisa que o Caxias fez. [riso]

A.M. – Desenvolve um pouquinho para a gente.

C.C. – É. Eu acho que esse nome pacificação e reconciliação, eu acho que eles se juntam, estão próximos... estão próximos não, estão juntos – não estão nem próximos, estão juntos. Que eu acho que a pacificação, não é por acaso que a gente tem as unidades de polícia pacificadora. Se a polícia pode ser pacificadora de alguma coisa. Então eu acho... A gente faz uma análise. Não precisa nem você ir para Foucault. Faz uma análise em termos marxistas do que é o aparato de Estado e o que é o braço policial do aparato de Estado, o Estado nunca vai pacificador de nada, nem reconciliador de nada. A reconciliação, no caso, é muito utilizada para evitar todo e qualquer questionamento, toda e qualquer crítica, toda e qualquer contestação. Estamos reconciliados. A grande reconciliação nacional. É uma forma de você abafar as diferenças, você abafar as críticas, você abafar os questionamentos, homogeneizar tudo. Eu acho que é a coisa de... Que tem muito a ver com a democra... o dito estado... o dito não, o estado democrático de direito, que é o estado democrático de direito do capital. Estado democrático para quem e direito para quem. Que eu acho que tem a ver com essa questão de... Você quando pacifica, você... Na realidade, pacificação é... O seminário de vocês acho que mostrou isso muito bem. A pacificação é sinônimo de repressão e de contenção de todo e qualquer questionamento, de silenciamento, disciplinamento. Eu acho... No *Sociedade de Controle*, o Deleuze dizia: estamos saindo da sociedade disciplinar, que é a coisa de... Você agora entra na sociedade de controle, que aí você controla a céu aberto. Óbvio que as prisões são necessárias; mas você não precisa só de grades. Você tem as grades invisíveis, onde você controla as pessoas através de produzir modos de existir e de viver. Então, são os grandes meio de comunicação... e tudo. Você não precisa dominar um país em termos de armas. Você domina produzindo modos de existir coerentes com o sistema. Óbvio que essas coisas estão juntas o tempo todo. A UPP, primeiro teve a reentrada do BOPE. O BOPE entra, preparando as UPPs. E, junto com as UPPs... está aí, a Maré está mostrando lá, como, dentro da própria política de pacificação, a política de repressão explícita está clara. Só que a pacificação é a repressão mascarada, ou... fantasiada, sei lá. E de vez em quando você vem com a repressão

explícita. Então eu acho que na sociedade de controle, hoje, a gente usa determinados nomes, no sentido de você dizer – não, mas as diferenças estão sendo respeitadas, a pacificação está aí; olha a questão da reconciliação... Que é uma forma de você não mostrar diferença, de você homogeneizar tudo; e, obviamente, de você dominar. Eu acho que é muito interessante a gente pensar como esse conceito de pacificação, ele vem sendo utilizado de diferentes modos (isso o seminário de vocês mostrou) na história do Brasil. É um pecado mortal até, dizer Caxias, o grande assassino, o grande repressor. Não. Caxias, afinal, é pacificador. Então são determinadas figuras que entram para a história do Brasil... Aí eu me lembro da Marilena Chauí, no prefácio ao livro do De Decca... Não é Daniel, não. Como é o nome?

A.M. – Edgar.

C.C. – Do Edgar de Decca. Ela falando sobre o que é a questão da história oficial. A história é feita pelos vencedores. Gente, está aí a Comissão Nacional da Verdade, está aí o relatório final da Comissão, está aí o livro. Esses exemplos que a gente estava dando. Na realidade... [risos]

A.M. – O pessoal aqui está animado.

C.C. – Estão felizes aí. E é bom, no espaço de trabalho, as pessoas estarem rindo. [risos] A gente pode estar atrapalhando. É bom. A alegria sempre é boa. Desde que não atrapalhe o outro. [riso]

A.M. – Agora, a gente é que ri. Eles vão bater aqui na porta daqui a pouco.

C.C. – Mas é isso. Eu acho que... Nem sei mais o que é que eu estava falando.

A.M. – Estávamos falando sobre como é importante falar sobre esses conceitos, essas ideias que se perpetuam na construção de uma ideia de uma história oficial.

C.C. – Ah! A questão da história oficial, que a Marilena Chauí fala. Que é muito bonito. É a história feita pelos vencedores. E onde os vencidos – os ditos vencidos, que ela coloca entre aspas, são retirados do palco da história. E não só eles. Ela diz uma coisa que é muito séria. As suas utopias e os seus sonhos são retirados da história. Isso é fogo. Isso é lindo! É isso que a gente está vendo, de uma forma ou de outra, mas... sempre tem as brechas, sempre tem

esses depoimentos desses companheiros que... Sempre fica alguma coisa. Chega, meninas.
[emocionada]

A.M. – Cecília, muito obrigada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]